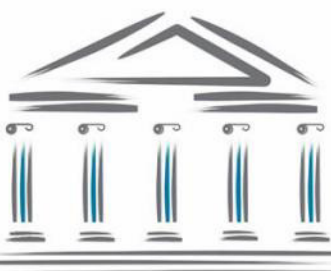


ANAIS ELETRÔNICOS



1º COLÓQUIO
MUSEUS, ARQUIVOS:
LUGARES DE MEMÓRIA
NO/DO ESPAÇO URBANO

26 a 28/09/2016



UNICENTRO
PARANÁ

Apoio:
DELET
DEPARTAMENTO DE LETRAS

**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**
Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



ORGANIZADORES :
Prof^a Dr^a MARIA CLECI VENTURINI
Prof^a Mestre MARIA CLÁUDIA TEIXEIRA

ISSN 2526-0685

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE-UNICENTRO
PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS- ÁREA DE CONCENTRAÇÃO INTERFACES ENTRE LÍNGUA E
LITERATURA

Anais do 1º Colóquio Museus, arquivos: lugares de memória no/do espaço urbano

ISSN 2526-0685

Comissão Organizadora do 1º Colóquio Museus, arquivos: lugares de memória no/do espaço urbano

Profª Drª MARIA CLECI VENTURINI
Profª Mestre MARIA CLÁUDIA TEIXEIRA

Comissão Científica

Profª Drª Adenize Aparecida Franco (UNICENTRO)
Profª Drª Alzira Fabiana de Christo (UNICENTRO)
Profª Drª Amanda Eloina Scherer (UFSM)
Profª Drª Célia Bassuma Fernandes (UNICENTRO)
Profª Drª Cláudia Maris Tullio (UNICENTRO)
Profª Drª Cristiane Pereira Dias (UNICAMP)
Profª Drª Denise Gabriel Witzel (UNICENTRO)
Prof Mestrando Jorge Nei Neves (UNESPAR – CAMPO MOURÃO)
Prof. Dr. Juan Manoel Munhoz Lopez (UNIVERSIDAD DE CADIZ - ESPANHA)
Profª Drª Luciana Fracasse Stefaniu (UNICENTRO)
Profª Drª Lucília Maria Abrahão E Souza (USP- RIBEIRÃO PRETO)
Profª Doutoranda Maria Cláudia Teixeira (UNICAMP)
Profª Drª Maria Cleci Venturini (UNICENTRO)
Profª Drª Maria Iraci Sousa Costa (UFSM)
Profª Drª Maria Salete Borba (UNICENTRO)
Profª Mestre Marilda Aparecida Lachovski (UNICENTRO)
Profª Drª Nilcéia Valdati (UNICENTRO)
Profª Drª Níncia Cecília Ribas Borges Teixeira (UNICENTRO)
Profª Drª Renata Adriana de Souza (UNICENTRO)
Profª Drª Rita Lenira Bittencourt (UFRGS)
Profª Mestre Roziane Keila Grandó (UNICAMP)
Profª Drª Simone de Mello de Oliveira (UFSM)
Profª Drª Stela de Castro Bichuette (UNICAMP)
Profª Drª Terezinha Aparecida Saldanha (UNICENTRO)
Profª Drª Vanise Medeiros (UFRJ)
Profª Drª Verli Petri da Silveira (UFSM)
Profª Drª Zélia Maria Viana Paim (UFSM)

Promoção – Programa de Pós-Graduação em Letras da UNICENTRO

Coordenadora: Maria Cleci Venturini
Vice - Coordenadora: Loremi Loregian-Penkal

Arte e criação do Cartaz do 1º Colóquio Museus, arquivos: lugares de memória no/do espaço urbano:
Marcia Costa

Revisão dos textos dos anais: Luciane Munhoz Stefano, Paula Maryá Fernandes, Sandy Karine Lima dos Santos Semczeszczm

Todos os direitos reservados aos autores, cedidos à Organização do Evento. Proibida a reprodução, armazenamento ou transmissão de partes deste livro, através de quaisquer meios, sem prévia autorização por escrito do organizador.

APRESENTAÇÃO

Esse evento é a culminância do projeto “Museus e arquivos: lugares de memória do/no espaço urbano”, financiado pela SETI – Universidade Sem Fronteiras – e do projeto produtividade da Fundação Araucária “Museus e Arquivos Históricos: memória e imaginários no/do espaço urbano”. Os palestrantes vieram de diferentes estados brasileiros e de Cadiz (Espanha), possuem produção em torno dessa temática, trazendo, por isso, muitas contribuições teóricas para os dois projetos e para a comunidade acadêmica. Essas contribuições serão disseminadas em livro a ser publicado pela Pontes Editores. Vale destacar que o evento é uma realização conjunta com o Laboratório Corpus – UFSM, coordenado pelas docentes Amanda Scherer e Verli Petri da Silveira, dando continuidade a parcerias interinstitucionais, que envolvem o Laboratório Corpus e o Laboratório de Estudos Linguísticos e Literários – LABELL.

Com alegria, lançamos os anais do encontro, a partir dos quais podemos fazer uma análise mais apurada do que aconteceu, na UNICENTRO, em setembro de 2016

Maria Cleci Venturini
Loremi Loregian-Penkal
Maria Claudia Teixeira

UNICENTRO, Guarapuava, dezembro de 2016.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	03
A MEMÓRIA DO CAOS: TRAÇOS DA MODERNIDADE NA ESCRITA DE BOLERO'S BAR..... Simone Pinheiro ACHRE	04
A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA NO BLOG “OS CIENTISTAS” DA DÉCADA DE 1970..... Carlos Alberto MACHADO	11
BIBLIOTECA <i>CAROLINA MARIA DE JESUS</i> Sandra Lúcia Dimidiuk BASSANI	17
ENTRE O MEDIEVAL E O MODERNO: A CIDADE DE PINHÃO/PR COMO “CIDADE CAMPESTRE”..... Marilda Aparecida LACHOVSKI	24
ENTRE O PASSADO, O PRESENTE E O FUTURO: A BIBLIOTECA ESCOLAR..... Maristela Aparecida NUNES	31
ESPAÇO URBANO E MEMÓRIA: A PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO COMO LUGAR DE MEMÓRIA PARA PONTA GROSSA – PR..... Vera Marina VIGLUS	39
ESTÁGIO VOLUNTÁRIO NO ARQUIVO HISTÓRICO E CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA – CEDOC/G..... Terezinha SALDANHA	47
HISTÓRIAS EM QUADRINHOS E CLÁSSICOS LITERÁRIOS: ADAPTAÇÃO E MEMÓRIA Marcia COSTA	56
LEITURA DE IMAGENS EM MOVIMENTO: A CONSTRUÇÃO DE SABERES, A (RE)CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA OBRA CINEMATOGRAFICA TEMPO DE MATAR..... Cláudia Maris TULLIO	64
MODOS DE SIGNIFICAR NO DICIONÁRIO INFANTIL ESCOLAR DE LÍNGUA PORTUGUESA: UM ESTUDO SOBRE A DEFINIÇÃO..... Maria Cláudia TEIXEIRA	71
<i>NICOLAU E CÂNDIDO</i> : LUGARES DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA LITERÁRIA PARANAENSE..... Scheyla Joanne HORST	79
O ESQUECIMENTO DAS MARCAS DA PRESENÇA NEGRA EM CURITIBA..... Tatiane Valéria Rogério de CARVALHO	87
PROBLEMATIZAÇÕES E NOTAS METODOLÓGICAS SOBRE AS MEMÓRIAS NA PLATAFORMA FACEBOOK..... Filipe Arnaldo CEZARINHO	95
TRABALHO ARQUIVÍSTICA: DIAGNÓSTICO DO ARQUIVO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA -MST/CE..... Francisco Flavio Pereira BARBOSA	102
ORGANIZAÇÃO DE ACERVO: PESQUISA E MEMORIA DO COOPERATIVISMO. UMA FERRAMENTA A SERVIÇO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA..... Pedro Ivan CHRISTOFFOLI	109

A MEMÓRIA DO CAOS: TRAÇOS DA MODERNIDADE NA ESCRITA DE BOLERO'S BAR

Simone Pinheiro ACHRE (PPGL – UNICENTRO)
Maria Salete BORBA (orientadora)

RESUMO: Muito já se narrou acerca do período obscuro de ditadura no Brasil, no entanto, percebeu-se que o escritor Wilson Bueno (1949-2010) traz, em *Bolero's bar* (2007), mais precisamente em *Diário Vagau*, textos que remetem ao período sombrio do país. Verificou-se que, para isso, o escritor paranaense volta-se para o passado e utiliza-se de ferramentas próprias do modernismo para tecer sua ficção, como o uso da linguagem coloquial, personagens marginais, entre outros. Assim, o trabalho deste escritor contemporâneo, visa, não o rompimento com o passado, mas faz uso deste enquanto fonte que dá continuidade à vida, à literatura. Haroldo de Campos, em *Metalinguagem & Outras Metas* (2013) e Silviano Santiago, em *Uma literatura nos trópicos* (2000) apresenta os modos de ler o texto literário a partir de escritores consagrados da literatura brasileira, já Flora Süssekind, em *Literatura e Vida Literária* (2004), abordou como os escritores trabalharam os absurdos cometidos, durante o período conturbado para os artistas e a imprensa no Brasil, no entanto, não esgota o *hol* de autores que apresentaram em suas obras esta época. Tendo como norte estes estudos, buscou-se demonstrar que Bueno retoma o passado e traz à luz do presente questões que não podem ser esquecidas e devem ser repensadas e o faz através da linguagem e dos personagens que compõe seu texto como forma de atualizar a memória.

Palavras-chave: Modernismo; Wilson Bueno; Memória; Literatura contemporânea brasileira.

Introdução

Em entrevista concedida a Manoel Ricardo de Lima (2007), editor da *Germina*, Revista de Literatura e Artes, Wilson Bueno descreve que os anos oitenta eram anos de inquietação no campo da criatividade e de experimentação dos limites, e foi neste contexto, aos 38 anos, em que o escritor teve a sua estreia literária. Descreve ainda, que *Bolero's Bar* (2007) surgiu de um processo de escrita e reescrita, pois passou seis meses revisando-o, graças ao apoio financeiro do editor da Travessa dos Editores, cujo resultado desse trabalho culminou na publicação do mesmo em 1986. Também discorre que, por sugestão de Jamil Snege, dividiu a obra em dois volumes, um que manteve o título original e o outro, que passou a ser intitulado como *Diário Vagau*. Em ambos, estão reunidas prosas curtas, que foram escritas e guardadas por quinze anos e outras escritas na época da publicação. Segundo o escritor, no primeiro reuniram-se as prosas ficcionais e no segundo, as que se voltavam mais para a realidade.

Assim, tendo em vista o contexto em que a obra foi escrita e que sua publicação se deu após o período da censura, buscou-se ler como a memória se configura no tecer da obra de Bueno, de modo que se buscará traçar um panorama sobre quais as temáticas que o regem tendo como norte os vestígios do modernismo. Para tanto, optou-se pelo segundo volume: *Diário vagau*.

Diário Vagau

Os textos que compõe os dois livros de Wilson Bueno se estabelecem no entre-gêneros, pois o limite entre eles é tênue. Como apontado por Thimóteo (2014), a crônica se estabelece como um gênero híbrido, entre o ficcional e o real, pois busca no cotidiano suas temáticas e mistura-se à

poesia para formar-se. O cronista utiliza-se da metalinguagem para alcançar o leitor. Assim, ele particulariza o coletivo e o transforma para produzir a obra.

Neste sentido, *Diário de Vagau* apresenta-se como um conjunto de escritos que tende à mescla e à fuga de padrões estilísticos pré-estabelecidos. Bueno ao intitular os textos como: “Memória do caos, Horóscopo Chinês, Notícia de Deus, Cão Íntimo” entre outros, contesta-se a estrutura, pois através do título evocam-se outros gêneros; essa mescla já foi trabalhada por outros escritores anteriormente à publicação do livro de Bueno. Flora Süssekind em *Literatura e vida Literária* (2004) que expõe que, como isto no romance *Liberdade*, “só pela mistura de gêneros (ensaio, diário, ficção), o romance de Silviano Santiago já se situa em oposição singular em meio ao panorama da última década” (SÜSSEKIND, 2004, p.92). Anteriormente a Silviano Santiago, os modernistas já propunham a mescla de gêneros, de métodos, como no caso do “Poema de uma notícia de Jornal” (1930) em que Manuel Bandeira usou dos elementos de dois gêneros para compor o seu texto.

Verifica-se ainda, que a obra do escritor Wilson Bueno se estabelece em três eixos principais: linguagem, personagens e espaço. Discutir-se-á cada um, com um enfoque que visa traçar como o modo que os regem são oriundos do modernismo e que são resgatados na escrita ficcional de Wilson Bueno, para retomar a questão da ditadura no Brasil.

Para analisar o livro parte-se da linguagem que, como no modernismo, transforma-se com o uso da linguagem coloquial; com tal estratégia, lê-se que em Wilson Bueno há uma aproximação com o leitor, e, ao mesmo tempo, há um retorno às formas trabalhadas por muitos escritores modernos. Ou seja, em Bueno tem-se o uso de siglas, gírias, expressões idiomáticas. Percebe-se com isso, uma reflexão sobre a normatização da língua como uma crítica à imposição das normas como sendo as únicas que se constituem de valor.

Nesse contexto de opressão e imposição, remete-se à imposição, às normas do regime de ditadura que se estabeleceu no Brasil, bem como a imposição da cultura estrangeira, que era vista como sendo melhor que a cultura nacional. Esta crítica é apresentada na primeira crônica que abre o livro, em que o narrador apresenta uma reflexão acerca da escrita da palavra “vagau”, sendo ela redigida com u ou com l.

Seria simples caso alguns autores apressados não insistissem em grafar a palavra vagau com um triste e fino e melancólico l final – o que os faz mais magros e ainda menos vagabundos. Como idioma tem a sua música secreta de vogais que se chocam, seria vagais e tudo estaria arranjado do jeito que mandam os códigos e as leis que, por serem desamados, ninguém os respeita (BUENO, 2007, p.12).

Afonso Ávila publicou na Revista Iberoamericana (2007) artigo que fala do uso da linguagem no modernismo, assim como do caráter metalinguístico que os escritores do movimento atribuíam ao fazer literário. Assim, verifica-se que este, está em consonância com a reflexão que é estabelecida sob a escrita de Vagau, o que demonstra que Wilson Bueno recupera com sua escrita

esse processo reflexivo da linguagem proposto pelos modernos.

Esse princípio valorizador da experimentação exerce-se em nível de *reflexão*, com o escritor voltado de início para a inerência linguística imediata - a palavra, a frase, o sintagma -, vai evoluindo para operações mais complexas que abarcam toda a problemática estrutural de seu texto. Entretanto, o que passa a ser questionado e reflexionado não tão só uma linguagem literária brasileira que se precisa rever e reformular, mas a própria modernidade da escrita naquilo que as correntes internacionais do momento impõem então como força renovadora do pensamento criador. O modernismo quer também utilizar-se da lição das culturas mais amadurecidas, assimilando técnicas e, se possível, reduzindo-as a uma necessidade *nossa* de expressão, de *atualidade* de expressão. É aqui que o processo da reflexão modernista, como um grande leque de arejamento crítico, primeiro se abre ao sopro novo da viração universal, para depois fechar-se sobre nossa própria perplexidade e repensá-la já não apenas em termos de linguagem, mas sobretudo de realidade (ÁVILA, 1971, p.34).

Também se pode estabelecer o vínculo que Bueno estabelece com a repressão e o caráter de dualidade que cada palavra carrega consigo. Em épocas de censura, os artistas diziam muito através dos não-ditos, das ambiguidades oriundas das frases curtas e diretas. Ainda, denuncia-se a tensão em que os escritores trabalhavam; a vigilância é demonstrada pela pressão da norma, escreve-se seguindo às normas daquele que dita como deve ser. Como apontado por Flora Süssekind:

E, nos anos 70, surge uma profusão de trabalhos de qualidade discutível e autodefinidos como “análise estrutural de...”, cheios de gráficos, quadros de “actantes”, linguagem pseudocientífica, repetições do que se lera no último número da revista *Poétique*; e, na verdade, preocupação teórica quase nula e descaso pelos seus eventuais objetos de análise. O importante era seguir a voga generalizada, usar o pensamento estrutural como um método e nada mais. Era estar atento ao vocabulário acadêmico e às correntes mais recentes, acompanhando o ritmo frenético e descartável das flutuações da moda universitária (SÜSSEKIND, 2004, p. 51-53).

Outro fator que merece a atenção diz respeito à escolha dos personagens feitas pelo escritor ao tecer seu texto. Se o cronista lê o mundo com os olhos de poeta e pretende a poesia nas minúcias do dia a dia, Wilson Bueno, nesse segundo volume, apresenta textos com uma visão crítica e reflexiva, usa-se da literatura como forma de denunciar, expressar o mundo como ele é, fugindo do conceito de literatura apenas para o prazer estético. Assim, verifica-se que, com os modernos, introduziram-se como protagonistas, os anti-heróis, como apontado por Haroldo de Campos, em *Metalinguagem & outras metas* (2013) e cita o livro *Macunaíma*, de Mario de Andrade, em que o personagem principal não era o herói europeu, valente, guerreiro, perfeito, mas totalmente o contrário, com o intuito de voltar-se contra as imposições do modelo europeu. Textos que chegam a causar um estranhamento no leitor, um incômodo que resulta no seu desassossego frente as temáticas apresentadas “É um herói anti-herói, questionante e contraditório” (CAMPOS, 2013, p.181).

Como apontado por Campos, o modernismo surgiu em meio a um descontentamento político no país, ainda que, foi um movimento que perpassou o período de ditadura, sendo que grandes autores sofreram com a repressão e a censura da época. Mas, em meio à poesia e ao dia a dia

oprimido, a literatura estabelece-se como forte arma de denúncia e de expressão. Do mesmo modo, os excluídos, os “vagos” que não se enquadram e não concordam com a política vigente, ganham o *status* de personagens principais das narrativas. Sendo assim, os textos que compõe o livro de Bueno, seguem por essa linha de pensamento estético. Este aspecto já foi observado em outros autores por Flora Süssekind (2004), em que o leitor é o cúmplice, enquanto que o ambiente e o tom da narrativa demarcam a aproximação e a identificação com o que está sendo lido. Nesse sentido, bares, personagens, cenas que indicam sentidos, enfim, tudo converge para o reconhecimento por parte de quem lê.

Nos textos que compõe *Diário vagau*, o cenário a cidade de Curitiba. Mas não é aquela que todos veem. É aquela que se esconde, que é reprimida, que acolhe os seus marginais, transcendendo aos olhos burgueses e estabelecendo assim um diálogo com a cidade que existe por trás da cidade das aparências, a cidade “real”. Tal processo se dá através da linguagem. Nesse sentido, o leitor do texto depara-se com o contraste de locais que surgem da mesma cidade. Os espaços transitáveis que nos são apresentados pelo livro de Bueno são ruelas, certos bairros, as praças, os bares, que expõe a Curitiba que dribla o sistema e sobrevive, mesmo contra a vontade do sistema opressor. Apresentar o sistema opressor é uma das características da escrita do autor de *Cachorros do céu*, pois fornece ao leitor material não somente para adentrar os espaços daquela época, mas para formar uma leitura reflexiva através das escolhas feitas pelo autor. Tais escolhas auxiliam os leitores a construir e sua reflexão a partir da ficção. Pelo uso da memória, a narrativa de Bueno transcende o tempo para reavivar o passado oculto, proibido, o sentimento de medo e opressão de um tempo que não deve ser esquecido. Nesse sentido, Renato Franco em “Literatura e catástrofe no Brasil: anos 70”, ao analisar a obra *Bar Don Juan*, de Antônio Callado descreve:

[...] o espaço privilegiado desses romances, no qual se verificam grande parte dos acontecimentos, é o bar e, portanto, o local da boêmia, que é, a um só tempo, refúgio (in) seguro e local de oposição, fato bastante significativo, visto que tal espaço não é propriamente o da ação, mas da tagarelice (FRANCO, 2003, p.355).

Fica claro que, pelo fato do escritor ter morado em Curitiba na época da ditadura e ser um assíduo frequentador da noite, tem-se em sua escrita a descrição sob o seu ponto de vista, assim descreve o que via, o que ouvia e o que sentia, se não de forma literal, mas mesclando ficção e realidade, pois os vestígios de suas vivências ficam impregnadas em seu fazer literário através da memória.

No entanto, cabe ressaltar que para que essas leituras sejam possíveis, o leitor não deve ser ingênuo, deve percorrer o espaço ficcional do texto e buscar através do explícito, aquilo que os olhos não veem. O filósofo, historiador, crítico literário e professor Georges Didi-Huberman em *O que vemos e o que nos olha* (2014), esclarece que “O que vemos só vale – só vive – em nossos

olhos pelo que nos olha. Inelutável, porém é a cisão que se separa dentro de nós o que vemos daquilo que nos olha (DIDI-HUBERMAN, 2010, p.29), cabe ao leitor lera as entrelinhas do texto. Nem tudo está dito, muitos não-ditos são importantes para a construção dos sentidos em um texto. Além disso, cada objeto, cada palavra carrega consigo um conjunto de significações que serão acionadas pela memória, pelo leitor.

Portanto, verifica-se que o livro de Bueno traz consigo o processo de criação do espaço, esse modo já foi utilizado por outros autores do modernismo, como é o caso de Graciliano Ramos, ao descrever a vida sofrida do sertão ou ainda, em *Memórias do Cárcere* (1953), no qual aponta para a repressão que culminou na sua prisão em 1936, em que mesmo diante da sua situação, manteve-se como escritor, registrando o período e as cenas que presenciou (cf. RIDENTI, 2014). Neste aspecto, os textos de um a nove do livro de Wilson Bueno, que se compõem como “Memória do Caos”, trazem descrições que remetem às situações que muitos vivenciaram antes e durante o período da ditadura. Assim, o que resulta dessas leituras são narrativas oriundas de outras narrativas, não no sentido de cópia, mas de pastiche ou de paródia; pode-se citar, por exemplo, o próprio modernismo, que ao romper com a tradição acaba por admitir que existe algo além da superfície das palavras, ou seja, há a possibilidade de se visualizar processos de metamorfoses da própria escritura. Neste caso, pode-se pensar na memória como processo artístico, pois ao lembrar-se de algo sempre o faz com um misto de realidade e ficção, ou seja, matéria prima necessária para a criação. Além disso, o ato de lembrar serve para que o ser humano repense as possibilidades e conseqüências e assim não repita os erros do passado, ou reflita acerca deles em qualquer momento da criação, na escrita e na leitura.

Desta maneira, Bueno vai buscar no modernismo as ferramentas necessárias para compor a sua obra, como a mescla e a hibridização de gêneros, o uso e a mistura da linguagem coloquial, a metalinguagem, a paráfrase, o uso de ditados populares, a forma não linear da narrativa. Com textos que estão no limiar entre a crônica e o conto, ora parecem ser ficcionais, ora reais, com tom de denúncia; as repetições de temas, de nomes, o uso de personagens populares, marginais, protagonistas, fogem à concepção romântica de seres perfeitos, puros, dos heróis tradicionais.

O que resulta desse processo é a atualização da memória através das palavras e dos sentidos que emergem delas, como *Diário de Guerra* (BUENO, 2007, 63), em que a primeira apresenta o tom confessional, realista e a segunda o tipo de situação, conflito. A necessidade de pesquisa para compreender o sentido de outras palavras como “fleury” (idem, p.65) que designava os espiões que se infiltravam no meio do povo para identificar pessoas com ideias e posições contra o governo. E ainda há o uso de palavras, expressões, nomes de lugares, que contribuem para fazer com que os leitores se identifiquem com esses temas e situações que talvez já tenham vivenciado ou lido sobre o assunto. Certamente, essas memórias são oriundas de outros tempos e espaços, mas que ao serem

atualizadas pela leitura podem ser resinificadas por quem os lê. O próprio Wilson Bueno (2007), em entrevista publicada no *site Germina*, ao ser questionado sobre a escrita de *Bolero's Bar*, diz: “memória, e tudo é memória”, o que confirma o caráter memorialístico, mesmo diante de textos que estão no limiar do real e da ficção.

Reviver, na escrita, na leitura o que aconteceu na época da ditadura é refletir sobre o presente e ainda, buscar na origem/passado material para a ficção, tal como Hal Foster nos ensina em *O retorno do real*: “Para ampliar o espaço estético, os artistas escavaram no tempo histórico e devolveram ao presente os modelos do passado, de tal modo que novos lugares foram abertos para o trabalho” (FOSTER, 2014, p. 184).

Considerações finais

Quanto à leitura realizada de Wilson Bueno percebe-se que há a necessidade de se enfatizar a existência de certos vestígios do passado que o leitor deve trazer à tona para dar vida ao trabalho do escritor. Portanto, a cada leitura novas lembranças são acionadas, novas memórias recuperadas e outros sentidos passam a ser possíveis. Nesse sentido, a leitura dos textos de Wilson Bueno traz à tona anos de repressão que não se apaguem juntamente às consequências de um regime ditatorial. Reviver o passado é fazer com que as atrocidades não se repitam, do mesmo modo, é trazer para o presente, debates que pretendem um processo reflexivo de si e da sociedade.

Bolero's Bar, como o próprio escritor apresentou na entrevista para o *site Germica*, se constitui como uma obra mais ficcional, no caso de *Diário Vagau*, tem um tom mais realista, fato este confirmado, sendo que este último tem um cunho mais jornalístico, como que estabelecendo uma denúncia dos fatos que aconteceram entre os mais de vinte anos de ditadura no Brasil, mas que se distingue por ter sua publicação póstuma ao período de censura. Desta maneira, o autor volta-se para o passado e neste processo de construção da narrativa, contribui para a consolidação da literatura contemporânea com o uso de ferramentas do modernismo, da memória dos textos lidos e de suas experiências de jovem que cresceu em meio a este tempo conturbado, e que “amadureceu”, inclusive como escritor, para não deixar apagar esse período obscuro, pois é preciso que se mantenha viva na memória, o que um regime como esse significa, um atraso e uma afronta à liberdade e à justiça.

Referências

ÁVILA, Affonso. Revista Iberoamericana. 2007. Disponível em:<<http://revista-iberoamericana.pitt.edu/ojs/index.php/Iberoamericana/article/viewFile/3208/3390>> Acesso em: 22 jul. 2016.

- BANDEIRA, Manoel. Poema tirado de uma notícia de jornal. In: **Libertinagem**. Nova Fronteira, 1930.
- BANDEIRA, Manuel. **Poesia completa e prosa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1993.
- BATAILLE, Georges. Informe. In.: **Suplemento**. Belo Horizonte, janeiro de 2009, nº. 1316, Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais.
- BUENO, Wilson. **Bolero's Bar**. 2. ed. Curitiba: Travessa dos Editores, 2007.
_____. **Diário Vagau**. 2. ed. Curitiba: Travessa dos Editores, 2007.
- CAMPOS, Haroldo. **Metalinguagens & outras metas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- FOSTER, Hal. **O retorno do Real**: a vanguarda no final do século XX. Trad. Célia Euvaldo. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- FRANCO, Renato. Literatura e catástrofe no Brasil: anos 70. In: SILVA-SELIGMANN, Márcio. (org.). **História, memória, literatura na era das catástrofes**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- LIMA, Manoel Ricardo de. Um bolero em Curitiba. **Germina**: Revista de Literatura e Artes. 2007. Disponível em: <http://www.germinaliteratura.com.br/pcruzadas_wilsonbueno_jun2007.htm> Acesso em: 12 jul. 2016.
- RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- RIDENTI, Marcelo. **Graciliano Ramos e suas Memórias do Cárcere**: cicatrizes. 2014. Disponível em: <http://revistappgsa.ifcs.ufrj.br/wp-content/uploads/2015/05/7-ano4-v04n02_marcelo-ridenti.pdf> Acesso em: 14 jul. 2016.
- SANTIAGO, Silvano. **Uma literatura nos trópicos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- SÜSSEKIND, Flora. **Literatura e vida literária**: polêmicas, diários e retratos. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA NO BLOG “OS CIENTISTAS” DA DÉCADA DE 1970

Carlos Alberto Machado (professor adjunto do DEPED - UNICENTRO)

Resumo: O texto apresenta a criação e a confecção de um blog sobre a coleção científica da década de 1970, denominada “Os Cientistas: a grande aventura da descoberta científica”, que possuía 50 caixas de isopor tamanho A5, comercializadas em bancas de revistas e jornais brasileiras, contendo experimentos científicos que formavam ao final da coleção um verdadeiro laboratório de ciências, que abrangia as áreas de biologia, física e química. Também acompanhava a caixa, do lado de fora, um fascículo contendo a biografia de um cientista. A coleção lembrava kits de laboratórios similares estrangeiros, possíveis inspiradores dos criadores da coleção, que naquele período, foi lançada pela extinta FUNBEC (Fundação Brasileira para o Desenvolvimento de Ensino de Ciências), em conjunto com a Abril Cultural, posteriormente Editora Abril. Foram analisados depoimentos de usuários do blog, bem como estatísticas referentes a consultas realizadas por usuários de todo o mundo. Também se faz uma discussão entre os conceitos de memória e história do historiador francês Pierre Nora (1993). Será mostrado ainda que apesar do objetivo principal ter sido nostálgico, ou seja, por conta da memória, com o tempo, o blog passou a ser consultivo por conta de seu conteúdo histórico utilizado para trabalhos acadêmicos, Enem e o vestibular. Mesmo sem divulgação, ele conta com aproximadamente 100 visitas diárias desde sua criação em 2009. Serão apontados no artigo pontos produtores e pontos contraproducentes da coleção, que pouco foram discutidos academicamente na época, devido ao período em que foi produzida a coleção, ou seja, em plena ditadura militar.

Palavras-chave: Memória; Coleção; Blog; Laboratório; Ciências; História.

Introdução

A memória e a história podem ser consideradas distintas, mas como veremos nesse artigo, estão comumente entrelaçadas no resgate histórico. Foi através da memória que nostalgicamente montei um blog sobre a coleção da década de 1970 “Os Cientistas: a grande aventura da descoberta científica”. Esta coleção que perdurou apenas um ano e meio, (posteriormente foi lançada em caixas maiores contendo apenas algumas caixas que retornaram à *Abril*) e justamente no período da ditadura militar em nosso país, ainda sobrevive na memória de muita gente. Foi lançada pela FUNBEC (Fundação Brasileira para o Desenvolvimento de Ensino de Ciências), em conjunto com a *Abril Cultural*, posteriormente *Editora Abril*, e disponibilizada nas bancas de revistas brasileiras, um dos veículos de comunicação mais abrangentes, antes da invenção da internet. Constatando a não existência de um local apropriado no mundo virtual sobre a coleção em questão, resolvi investir um determinado tempo na confecção do blog, que incluí praticamente a reprodução digital de todos os 50 fascículos (3 livros) e das 50 caixas de isopor e de seus conteúdos específicos. Acompanhava a caixa tamanho A5, um fascículo contendo a biografia de um cientista que ao final da coleção, proporcionava 3 volumes encadernados. As caixas também continham um pequeno manual que orientava para vários experimentos possíveis, sempre relacionadas ao cientista da caixa, finalizando cada um deles com perguntas e respostas ocultas. Para saber a resposta certa, a pessoa usava um pequeno plástico vermelho que, ao ser sobreposto no espaço da resposta embaralhada, permitia vê-la e checar o acerto ou o erro. Era uma tecnologia sofisticada para a época. Considerado até hoje, como um ótimo material didático para a escola da época, apesar dos riscos à saúde que algumas caixas continham, continua persistente de maneira produtora na memória de muita gente. Por conta do valor, considerado alto, a maioria das pessoas obtiveram apenas as primeiras caixas que além dos experimentos científicos auxiliavam a montar um pequeno microscópio, que para a época

em questão, era uma raridade. Dentre as principais experiências destacavam-se a pilha elétrica feita com papel higiênico, as leis de movimento de Newton, analisadas com carrinhos de plástico e bexigas de borracha, experimentos do princípio da aviação, balança de laboratório, genética de Mendel, Gerador de Vandergraft e um microscópio que permitia realizar várias observações durante a coleção entre muitos outros. O incentivo a ciência está claro no conteúdo da coleção, o que demonstra, como pode ser observado abaixo, influência nas escolhas profissionais de vários cientistas da contemporaneidade.

Infelizmente, mudando-me tantas vezes e emprestando a amigos, pois queria compartilhar e estimular neles o espírito científico, acabei, ao longo dos anos, extraviando e perdendo a coleção. Os kits seriam para mim ainda hoje, uma excelente ferramenta para ensinar ciências na educação básica. (Prof. ensino médio)

Tive contato com “Os Cientistas” na minha infância, e até hoje tenho alguns dos fascículos, mas não tenho mais as caixinhas. Eu mesmo juntava o dinheiro para comprá-las. Essa coleção foi muito importante para mim. Hoje sou professor de física no ensino médio e analista de sistemas. (Prof. ensino médio e Analista de Sistemas)

Minha formação é em Física; fiz mestrado em Astrofísica (pelo INPE), trabalhando algum tempo em Radiotelescópio do Itapetinga, Atibaia/SP, com a observação de Quasares. Lecionei em escolas públicas, privadas e na unidade da Fatec de Jahú (Construção fluvial). Se eu pudesse voltar no tempo, faria isso mesmo, tudo de novo, tal é minha satisfação em conhecer Ciências. Não posso negar que aquelas caixinhas me influenciaram sobremaneira e se houvesse alguma chance de tê-las reeditadas, seria um primor! (Prof. de Física e Mestre em Astrofísica)

Ainda hoje tenho os fascículos encadernados em capa dura na minha estante e algumas das caixas que guardei por todos estes anos. Em outra caixa mantenho as bússolas, as bobinas, motor elétrico, tubos de ensaio e uma miscelânea que representa meu “museu” pessoal... Nestes quase 40 anos formei muitos estagiários e técnicos. Tenho certeza que o espírito científico de olhar o mundo com os olhos da racionalidade científica foi inspirado nestas primeiras lições, lições dos mestres da ciência exemplificados em experiências muito simples e criativas, tais como a balança analítica feita com um alfinete e um canudo de refrigerante. (Mestre em Química)

Ao longo dos últimos 35 anos eu revi todas elas de tempos em tempos, procurando selar frascos com substâncias que poderiam vazar e danificar o material e o roteiro [manuais]. Jamais consegui me desfazer delas, pois ocupam um lugar especial na minha vida pessoal e que direcionou a minha escolha profissional. Quando estava na época de fazer uma escolha de carreira a nível universitário eu não tinha dúvidas de que queria ser cientista, e não me importava em qual grande área eu seguiria: física, química, biologia ou fisiologia, os temas principais das caixinhas. Acabei seguindo a física por circunstâncias, mas tenho hoje plena certeza de que me sentiria perfeitamente à vontade se tivesse seguido qualquer uma das outras (Prof. de Graduação – Física)

É possível perceber nesses seis depoimentos (um abaixo), inseridos na primeira página do blog, que de alguma forma a coleção “Os Cientistas” influenciou a vida dessas pessoas no sentido de seguirem a carreira acadêmica e de se tornarem professores ou pesquisadores.

Efeito contraproducente

Naturalmente que na década de 1970, não existiu qualquer preocupação com os produtos químicos e cortantes que se encontravam no interior das caixas de isopor da coleção. A caixa que trazia experimentos sobre o tipo de RH continha em seu interior agulhas para perfuração do dedo, e em outras lâminas cortantes de vidro, tubos de ensaio, químicos como ácido sulfúrico, etc. Possivelmente imaginava-se que os pais seriam os responsáveis acompanhando o manuseio do conteúdo das experiências. Mas como em toda regra a exceções, como veremos a seguir, no

depoimento de um biólogo que na época ainda era uma criança.

E foi assim, em 1973, que uma caixa dessas, contendo ácido sulfúrico, foi vendida a uma criança de 12 anos. Eu, com 9, ao manipular o conteúdo, deixei cair ácido em meus olhos. Sou cego do olho direito até hoje, aos 45, após passar por inúmeras cirurgias e sofrimentos. Mas a vida é muito engraçada e acabei me formando em biologia e hoje sou pesquisador na mesma instituição do “grande Prof. Raw” que teve a brilhante ideia? de vender caixas contendo ácido sulfúrico a criancinhas...(biólogo, pesquisador)

É possível perceber um certo rancor por parte do depoente com a coleção, visto que ficou deficiente após essa experiência, então com 9 anos, com seu irmão de 12. Toda a coleção, principalmente as caixas contendo elementos químicos apresentavam advertências de perigo, acrescentadas de um desenho de caveira. Portanto, esse cuidado foi tomado pela fundação Abril e pela FUNBEC na época. Também a responsabilidade dos pais tinha um peso maior naquele período. Também se acreditava que os usuários leriam as instruções dos manuais onde existiam as advertências. Como este caso, outros devem ter ocorrido pelo país afora, mas como na época vivia-se um período ditatorial, dificilmente a imprensa daria atenção a esse tipo de ocorrência relacionada à coleção, que fazia grande sucesso em todo território nacional. Ademais, a aceitação do público e do governo para costumes culturais arraigados eram diferentes dos atuais. Por exemplo, fumar em ambientes públicos fechados ou abertos, era considerado natural. Também se deve levar em conta o poder aquisitivo de quem adquiria as caixinhas, pois seu preço como já citado, não era baixo e a maioria das pessoas que as adquiriram não chegaram a completar a coleção. Os que conseguiram, obtiveram ao final, um verdadeiro laboratório experimental de alto valor. No decorrer dos anos e em alguns depoimentos do blog, percebemos que poucos colégios tiveram acesso a essa coleção, mas ainda foram encontrados nos laboratórios de suas dependências, mas normalmente abandonados em algum lugar empoeirado.

Lembro de tê-los visto numa escola estadual, abandonados num canto do laboratório, incompletos, muito desgastados pelo tempo. Foi na Escola Estadual Maurício Antunes Ferraz, Prof. em São Bernardo do Campo, creio em 1996. Tentando conhecer melhor a escola onde lecionaria, entrei no laboratório, grande e surpreendentemente equipado para os padrões de escola pública. O mérito da conservação do laboratório deve-se em grande parte ao professor de biologia, Fred. Enquanto remexia em algumas coisas, encontrei parte da referida coleção (Prof. de Física).

A memória nostálgica como responsável

A memória foi o estopim para a criação do blog em questão. Vez ou outra me lembrava com nostalgia da coleção, que na época, foi comprada por meus pais e me recordo que eles não puderam comprá-la por inteiro, foram apenas 15 dos 50 exemplares que consegui. Lembro da expectativa que retornava a cada 15 dias, quando visitava as bancas de revistas próximo a minha residência. Por sorte, anos mais tarde, ainda encontrei uma ou duas caixas ocultas e esquecidas em meio a revistas antigas dentro de algumas bancas.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, p. 09, 1993).

É possível perceber essa revitalização em um dos depoimentos do blog quando se refere a um parente seu que também tinha a coleção:

Indiquei o blog “Os Cientistas” ao meu cunhado, 3 anos apenas mais novo que eu, e, para minha surpresa, me disse que tinha TODAS as 50 caixas da coleção “Os Cientistas” e que recentemente reviu todas elas e as guardou com carinho em novas caixas de plástico. Afirmou que em dúvida essa coleção foi fundamental em aumentar o seu interesse pela ciência (interesse esse que acabou moldando sua vida), pois a coleção era espetacular, pois nunca viu nada semelhante antes ou depois em lugar algum. Hoje é professor associado do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Com a criação do blog e com os contatos que realizei, consegui doações ou compras de algumas caixas que agora viraram peças de colecionador. Elas raramente aparecem no Mercado Livre, mas quando surgem por lá ultrapassam a casa dos dois dígitos. Se a coleção estiver pela metade ou completa, chega tranquilamente nos três dígitos.

A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido do eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é efetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções (NORA, p. 09, 1993).

Essas lembranças vagas muitas vezes propiciam misturas de elementos que traem nossa memória sem o percebermos.

(...) tais como a balança analítica feita com um alfinete e um canudo de refrigerante (Mestre em Química).

No exemplo acima a citação sobre a balança está equivocada, pois a balança da coleção não usava alfinete ou canudo de refrigerante, possivelmente pertencia a outro tipo de coleção posterior. Mas isso não desmerece a lembrança do professor, pois a sensibilidade da memória está presente.

A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo.

A mudança de direção

Após o blog ter sido criado e divulgado na internet, várias mensagens começaram a surgir vindas de todo canto do país. Percebeu-se pelo conteúdo delas, que o direcionamento inicial de memória nostálgica, acabou transformando-se, por conta das informações biográficas dos fascículos de “Os Cientistas” que fazem parte da coleção. Vários recados contêm agradecimentos por conta das informações dos cientistas, ou de suas experiências percebendo-se que estão sendo utilizados para estudos vestibulares, Enem, ou de trabalhos escolares de pesquisa acadêmica. Muitos, como os exemplos abaixo, costumam enviar perguntas acreditando que o blog foi idealizado para isso:

Boa tarde! Gostaria de saber além de Einstein existe mais algum cientista envolvido no Efeito Fotoelétrico? Obrigada!!!
Muito bom o texto mais tem como fazer um favor conseguir uma experiência sobre a teoria dos gases de Boyle, Joule ou de Gay-Lussac. Por Favor! Obrigada!
ESSE SITE ME AJUDOU MUITOOOOOOOOOOO!!!!!!!

Eu gostei muito deste site, ajudou-me muito para um trabalho da escola! OBRIGADO POR ME DAR ESTE PRAZER DE FAZER ALGO BEM!
 Gostei muito desse texto, era o que eu precisava, obrigada.
 Foi-me muito útil!
 Obrigado, estão a me salvar a vida, porque com este site vou tirar boa nota num trabalho, eheheh.
 Até cansei...trabalho para faculdade..Muito bom!!!
 Legal, me ajudou no trabalho escolar, obg.
 Valewww, me ajudou bastante
 Me ajudou muito essa pesquisa, fui ótima no trabalho

Visto esse interesse, resolvi acrescentar uma página dentro do blog contendo inúmeras experiências laboratoriais práticas para que possam auxiliar nesse sentido.

Interesse mundial

Número de visitas entre 2009 e 2016 do blog “Os Cientistas”, praticamente sem divulgação:



Figura 01

Abaixo, lista dos principais países e do número de visitantes de 2016, que já visitaram o blog “Os Cientistas”:

País	Visualizações
Brasil	19.790
Estados Unidos	2.197
Angola	372
Portugal	371
Moçambique	221
União Europeia	218
Noruega	111
Itália	64
Alemanha	48
Irlanda	26
Cabo Verde	24
África do Sul	23
Canadá	22

Figura 02

É possível perceber que a maioria dos países que visitou o blog é, predominantemente, de língua portuguesa e inglesa. Apesar disso, apenas alguns estrangeiros de Portugal, Canadá e EUA, manifestaram-se no blog, elogiando-o.

Considerações finais

Dessa forma, concluímos que a coleção “Os Cientistas” demonstra importância considerável

na vida de muitos cientistas brasileiros. Cabe à ciência procurar resgatar através de mais pesquisas, a memória e os resultados producentes ou não que ela trouxe a nossa civilização.

Também se faz importante salientar que a mudança de interesse que o blog vem provocando pode demonstrar que a curiosidade e a pesquisa ainda prevalecem, mesmo que para a realização de um trabalho científico obrigatório.

Lembro ainda que a existência do blog só ocorreu por conta da memória de uma pessoa que precisou realizar muita pesquisa para conseguir levantar o máximo possível de informações sobre uma coleção que praticamente nada possuía na internet.

Encerramos este artigo de forma nada protocolar, com duas citações de leitores do blog, certos de que essa coleção ficará na memória de muita gente e por toda a vida, dessa forma ela já faz parte da história. O blog “Os Cientistas: a grande aventura da descoberta científica”, é apenas uma lembrança, uma miragem do que foi a coleção para muitas crianças brasileiras que hoje são profissionais liberais e pesquisadores em nosso país.

Não tenho outras palavras para descrever Os Cientistas, exceto como um sonho. A gratíssima lembrança que tenho da série me acompanha sempre. Quando lembro da excelência do material dos kits, chego a duvidar se seria possível uma publicação similar hoje em dia. Espero que sim. Curiosamente algo que guardo de muito especial desde a infância com relação aos kits é a memória do maravilhoso cheiro que se evolava quando abríamos as caixinhas – para mim, sempre, cheiro de ciência. Que pena que não guardei nada daquela maravilha, além da deliciosa lembrança. (Prof. Física)

Estou sem palavras!!! Mas, feliz! Vocês não imaginam a emoção que senti ao “descobrir” esse blog! Apesar de ser algo “caro”, para meu pai, sempre que saía uma caixinha de “Os Cientistas”, ele trazia para mim. Eu ficava ansiosa, aguardando para completar o tão sonhado microscópio! Lembro-me exatamente o que senti ao ver a lâmina, as células da batata!! Azul de metileno e outros corantes e reagentes que vinham nas caixinhas. Foi graças a essas “caixas dos meus sonhos”, que hoje sou Professora de Ciências e apaixonada pela mesma. Sempre contei para meus filhos e alunos sobre essa coleção. Agora poderei mostra-la. Obrigada! Infelizmente não possuo mais nada devido a um problema que tivemos no sótão e tudo se perdeu com a chuva. (Profª. Ciências)

Referências

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Proj. História, São Paulo, (10), dez. 1993.

OS CIENTISTAS: a grande aventura da descoberta científica. Blog <https://oscientistas.wordpress.com/>. Consultado em setembro de 2016.

BIBLIOTECA CAROLINA MARIA DE JESUS

Sandra Lúcia Dimidiuk Bassani (PPGL/Unicentro)

Prof. Dra. Denise Gabriel Witzel(orientadora - PPGL/Unicentro)

Resumo: Por meio dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa e das contribuições de Michel Foucault nesse campo do saber, propomo-nos, neste trabalho, a tratar da memória e do arquivo como formas de escolhas entre o que pode e o que não pode ser selecionado para fazer parte da história. Nesse sentido, o Museu Afro Brasil, situado em São Paulo, possui uma biblioteca com um acervo com mais de 10 mil itens. A biblioteca recebeu o nome Carolina Maria de Jesus em virtude das homenagens à escritora. Trata-se de um espaço de cultura negra, organizado como reconhecimento pelo trabalho não somente literário, mas também social de uma autora-personagem cuja obra se confunde com sua vida. Carolina foi sujeito-mulher, mãe solteira de três filhos, negra, favelada, catadora de papéis, com pouquíssima escolaridade e ganhou visibilidade porque relatava em cadernos o cotidiano miserável de sua vida na favela, metaforicamente identificada como quarto de despejo. Assim, nosso objetivo é discutir teórica e analiticamente os processos de subjetivação da mulher negra a partir da atualidade da memória que definiram os papéis sociais das mulheres de modo geral e das mulheres negras de modo particular, concentrando-nos na irrupção dos discursos que ganharam materialidade nas páginas da obra *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* e, hoje, autorizam a enunciabilidade do nome da biblioteca do referido museu, em aberta alusão ao fato de que, em uma época em que poucas mulheres tinham voz, uma mulher negra e pobre mostra ao mundo sua vida de dificuldades e sua busca incessante ao acesso a leitura e à escrita.

Palavras-chave: Mulher Negra; *Quarto de Despejo*; Discurso; Modos de Subjetivação.

Introdução

Nome de Biblioteca. Tal homenagem para Carolina Maria de Jesus é, de certa forma, um resgate da mulher guerreira e corajosa que essa escritora foi, assim como são muitas e, no caso do nosso estudo, especificamente as mulheres negras. Para que possamos ter a compreensão das barreiras que tiveram de ser enfrentadas por essas mulheres, faremos aqui um breve relato sobre a história das mulheres negras no Brasil. O que procuramos destacar desde a vinda das primeiras escravas negras é a luta constante pelas igualdades sociais e raciais. Carolina Maria de Jesus seguiu o exemplo dessas mulheres, como símbolo e demonstração de resistência aos poderes constituídos, força interior e modos de subjetivação e sobrevivência diante de tantas dificuldades, em uma busca de superação dos preconceitos de gênero e de raça. Ela procurou resgatar os vazios e esquecimentos, dando voz a mulheres silenciadas por uma história oficial que permanecia masculina e branca.

Ao chegarem ao Brasil, vindas de diversos pontos da África, aquelas mulheres – após todo tipo de atrocidades e exploração sexual nos navios negreiros – eram batizadas com nomes cristãos, como Maria, Eva, Anastácia e, ironicamente, “Felicidade”, mas para elas, os novos nomes eram considerados apelidos utilizados apenas nas relações com os brancos, donos das fazendas. Na convivência com os demais escravos, elas utilizavam seus nomes de origem, ou seja, até nessa questão elas resistiam. Ao chegarem ao Novo Mundo, tinham a convicção de que haviam roubado suas liberdades, mas não as suas memórias, elas “agregaram fé, saberes e sabores as maneiras de ser de toda a gente” (SCHUMAHER e BRAZIL, 2007, p. 23).

Aquelas mulheres eram enviadas para as fazendas e incluídas no mundo do trabalho forçado, nos árduos afazeres agrícolas, domésticos, lavagem do ouro, comércio ambulante e recebiam apenas

uma refeição ao dia com as sobras das carnes, o que se tornou um dos pratos mais populares do Brasil: a feijoada (2007). Quanto à religiosidade, podemos citar a Santa Padroeira do Brasil, Nossa Senhora Aparecida, que é negra e teve a imagem encontrada por pescadores no rio Paraíba do Sul. “A mãe negra do Brasil”, (2007) a escrava Anastácia, mulher que usava uma máscara de metal, é reverenciada por mais de 30 milhões de fiéis e tem um santuário no subúrbio do Rio de Janeiro. Na área da saúde, encontramos a figura das benzedadeiras, tão comum no Brasil, resultado da mistura entre as raças africanas, indígenas e europeias que, embora apagadas dos relatos médicos oficiais, dedicavam-se a curar as pessoas das primeiras famílias brasileiras. Parteiras, rezadeiras, benzedadeiras, todas profissões não reconhecidas.

Em resumo: o preconceito aparece no Brasil desde os primeiros contatos, no início com os índios e, posteriormente, com os negros. O que era perfeito vinha do branco europeu enquanto a cultura e os costumes dos povos do novo mundo eram considerados imperfeitos e selvagens. No século XIX, surge a necessidade de estabelecer leis diferenciadas para brancos e negros, com a criação de dois códigos penais; teorias racistas destacando a natureza inferior dos negros e mestiços. Com a abolição dos escravos, em 1888, os negros continuam a ser marginalizados e os preconceitos raciais são legalmente constituídos, ou então: os negros passam de escravos a não-cidadãos.

Carolina Maria de Jesus

Carolina Maria de Jesus, mãe, solteira, catadora de lixo, negra, escritora, exemplo da resistência negra. Essas são algumas das características da escritora que surgiu nos anos 1960, época em que a maioria das mulheres e, especialmente as mulheres negras, eram fortemente subjugadas pela sociedade patriarcal brasileira. Carolina, vinda muito jovem de Minas Gerais, após ter perdido a mãe, chega a São Paulo e, como a maioria das negras da sua geração, vai trabalhar em “casa de família” como empregada doméstica. Permanece por algum tempo na atividade, mas após engravidar do seu primeiro filho, mãe solteira, não serve mais para este trabalho.

Quando manter contato com as famílias estabelecidas e tradicionais de São Paulo passa a ser impedimento para Carolina, ela vai morar nas ruas da grande metrópole, em cortiços ou embaixo de viadutos. Por conta das ações de higienização da capital paulistana, os moradores de rua são destinados a uma região de terras chamada Canindé, local onde passam a levantar seus casebres de madeira ou com restos encontrados nas ruas, dando origem à primeira favela da cidade, novo endereço de Carolina e seu filho. Para se sustentar, ela tem de recolher e vender materiais resgatados do lixo e das ruas. Com o passar do tempo, Carolina engravida mais duas vezes.

A atividade de catadora proporciona para ela o contato com diversos materiais bibliográficos: livros, revistas, apostilas e outros. Nos cadernos que recolhe, começa o registro minucioso e diário da sua rotina de sofrimento e dificuldades que contempla os cuidados com os

filhos, os afazeres domésticos, a convivência conflituosa com os vizinhos da favela e todos os acontecimentos corriqueiros que a envolviam. Desses relatos surge o seu primeiro e mais famoso livro, *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, obra lançada com o auxílio do jornalista Audálio Dantas, que descobre e se surpreende com aquela história. A publicação torna-se campeã de vendas dos anos 1960, sendo traduzida para mais 13 idiomas, chegando a vender quantidade superior à de escritores renomados, como Jorge Amado. O sucesso de público proporciona à Carolina Maria de Jesus as condições para finalmente realizar o sonho de sair da favela e morar na “alvenaria”.

Em *Quarto de Despejo*, Carolina relata diversas passagens de dificuldades, destaca a precariedade das condições de vida de todos os moradores, faz denúncias e críticas aos governantes. A escritora relata: “[...] eu classifico São Paulo assim: O Palácio, é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar, a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos” (JESUS, 1960, p. 33). No ponto de vista de Carolina, os moradores da favela são entulhos escondidos pelos políticos no fundo do quintal de São Paulo, ou seja, num lugar de despejo, como aquele quartinho que geralmente as pessoas possuem em casa e que serve como depósito para tudo o que não tem mais serventia.

Sendo assim, Carolina Maria de Jesus passa a ser exemplo de resistência, representando mulheres negras que vivem à margem de uma sociedade branca e burguesa. A memória dela surge como testemunha não somente da sua própria vida, mas também de todos que vivem ou viveram o seu sofrimento. Ela marca a sociedade de uma época e torna-se porta-voz de uma coletividade negra no Brasil. Força, coragem e representatividade fizeram com que a escritora improvável, como diria o escritor Joel Rufino, fosse homenageada com o nome de uma biblioteca dentro do Museu Afro Brasil. Este museu fica situado em São Paulo e procura destacar a perspectiva africana na formação do patrimônio, identidade e cultura brasileira. Na *Biblioteca Carolina Maria de Jesus*, encontramos um acervo com mais de 10 mil itens, coleções sobre escravidão, histórias a respeito do tráfico de negros, abolição no Brasil, na América Latina, no Caribe e, inclusive, nos Estados Unidos, além de diversos materiais e livros escritos desde o século XIX.

O recebimento da homenagem através do nome da biblioteca exalta as contribuições de Carolina de Jesus para a construção de uma identidade racial. Por ser um espaço de cultura e, especialmente, da cultura negra, o título destaca não apenas o trabalho literário da escritora – que também foi autora de poesias, letras de marchas carnavalescas e peça de teatro –, mas também social de uma mulher negra que confunde sua obra com a própria vida.

Espaço de memória e arquivo

Por meio dos enunciados é que podemos ter contato com a memória: “no enunciado, há uma articulação dialética entre singularidade e repetição: de um lado, é um gesto; de outro, liga-se a uma

memória, tem uma materialidade; é único, mas está aberto à repetição e se liga ao passado e ao futuro” (GREGOLIN, 2004, p.9); ou então, “a memória é feita de esquecimentos, de silêncios de sentidos a não dizer, de silêncios e silenciamentos” (ORLANDI, 2010, p.59). De acordo com Pêcheux, é o não dito, e tudo que ressoa, ou então, “a memória discursiva seria aquilo que, em face de um texto, surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os implícitos” (PÊCHEUX, 2010, p. 52). Ou ainda: “a memória é tudo que pode deixar marcas dos tempos, que nos permite a todo o momento fazer surgir e reunir temporalidades passadas, presentes ou que estão por vir” (SCHERER, s/d, p. 5). Memória não é algo assim tão simples de definir, para Foucault todo enunciado está ligado a uma memória e os enunciados “tem sempre margens povoadas de outros enunciados, que de uma forma ou de outra, reatualizam outros enunciados”, o enunciado circula (FOUCAULT, 2009, p.111).

Como podemos pensar em memória ou esquecimento dos enunciados em Carolina Maria de Jesus? A quais efeitos de sentidos este nome nos remete, como forma de possibilitar a conservação ou reativação e garantir que os discursos não fiquem à sombra? Foucault sugere que a conservação dos enunciados ocorre por meio do acúmulo, considerando que a memória intelectual dos homens não tem condições de conservar um discurso com todas as palavras e, para que possam ser resgatadas, ou então, para que a conservação de documentos históricos possa ser realizada, existe a necessidade de uma materialidade. A obra de Carolina Maria de Jesus surge como este suporte para a memória.

Foucault descreve que os enunciados não devem retomar o passado, ao contrário: eles devem reformular e se deixar modificar. O já-dito, este jogo entre a memória e o esquecimento, em sua positividade, mostra como os textos “falavam as mesmas coisas” com a mesma formação discursiva (2009), para que na dispersão desta exterioridade se estabeleçam as positivities dos enunciados e, por meio deles, consigamos nos questionar sobre as subjetividades às quais as mulheres negras foram expostas, qual é o lugar destas mulheres e quais são os papéis a serem desempenhados na sociedade por elas. Foucault nos leva a questionar e a pensar que essas subjetividades ressoam em Carolina Maria de Jesus, uma mulher além do seu tempo, que não permanece na continuidade. Ela é transgressora, pois a escritora favelada resiste entre as relações de força e poderes constituídos pelo Estado.

Em relação ao arquivo, é ele que permite que diversos autores, com a mesma formação discursiva, se comuniquem pela positividade de seus discursos. Conforme Foucault (2009, p. 144), “por meio de identidades formais, continuidades temáticas, translação de conceitos, jogos polêmicos” os sujeitos podem desempenhar “*a priori* histórico”, que deve ser compreendida como a condição de realidade para enunciados, a lei de coexistência entre os diferentes enunciados e autores. Com a história das coisas efetivamente ditas, este *a priori* procura dar conta dos enunciados

em sua dispersão, nas falhas, nas lacunas, para esclarecer que os discursos não possuem apenas um sentido ou uma verdade, mas sim, uma história.

Este *a priori histórico* não é intemporal, ele se define por regras que caracterizam uma prática discursiva, sendo que: “o *a priori* das positivities não é somente o sistema de uma dispersão temporal; ele próprio é um conjunto transformável” (FOUCAULT, 2009, p. 145). *A priori* é uma figura empírica que permite que o discurso possa acolher ou utilizar esta ou aquela estrutura formal, pontos de junção da história, lugares, domínios, determinado tempo ou espaço, em sua regularidade. Encontramos nessas práticas discursivas os enunciados como acontecimentos e condições de aparecimento e, por outro lado, as coisas com suas possibilidades e campo de utilização, sistemas estes de enunciados e coisas que são nomeados por Foucault como arquivo.

Segundo o estudioso, não se trata da soma dos textos, documentos ou identidade de uma cultura, nem de uma instituição que uma sociedade pretenda preservar, mas sim do que tantas coisas ditas há milhares de anos possam permanecer na memória dos homens (2009), discursos que surgem graças a um jogo de relações, seguindo regularidades específicas que pertençam ao sistema de discursividade.

Ressalta Foucault: “o arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (2009, p. 147). Por meio do arquivo as coisas ditas podem permanecer e não desaparecem ao simples acaso, segundo suas regularidades e aparecimentos, as coisas de tempos longínquos podem chegar até nós, porque ele protege o enunciado-acontecimento e o seu sistema de enunciabilidade atualiza o enunciado-coisa e o seu sistema de funcionamento. O arquivo reativa as práticas de multiplicidade dos enunciados e não tem tradição ou esquecimento. Ou seja, não é uma biblioteca, pois ele permite um novo campo de exercício da palavra e novas regras de aparecimento e manifestação dos enunciados.

Não é possível descrever exhaustivamente o arquivo, pois ele possui suas próprias regras e seus modos de aparecimento e existência. De acordo com Foucault, ao nos aproximarmos do arquivo percebemos que ao mesmo tempo em que está próximo de nós e distante da nossa atualidade, é o tempo que nos cerca e que nos delimita, são os discursos que deixam de ser nossos, “por meio do arquivo podemos estabelecer diferenças em nossa história e nossa razão” (FOUCAULT, 2009, p. 149).

Ao estudar o arquivo, as descrições das formações discursivas, as positivities e os campos enunciativos, Foucault parte para pesquisas com o título de arqueologia, não para buscar um começo, uma origem, mas sim para verificar o nível de existência da função enunciativa, da formação discursiva que o arquivo faz parte. Para o autor, “a arqueologia descreve os discursos como práticas específicas no elemento do arquivo” (FOUCAULT, 2009, p. 149).

Considerações finais

Acreditamos que discussões que giram em torno de discriminação de gênero e de raça, impondo a subjetivação das mulheres, especificamente as mulheres negras, devem cada vez mais fazer parte dos debates, não somente nos meios acadêmicos, mas também na sociedade como um todo. Falar de racismo e das consequências que ele pode causar na vida das pessoas é uma forma de repensar atitudes e procedimentos. Carolina Maria de Jesus – mulher que viveu além do seu tempo, subjugada, humilhada, sempre batalhando para a manutenção e sustento da família, em busca de um ideal da leitura e da escrita – realiza por meio das suas obras não somente os seus desejos pessoais, mas abarca contribuições para a comunidade afro-brasileira.

O fato de ela descrever, se mostrar e deixar explícitas as mazelas da sociedade em que vivia proporciona que outras vozes se manifestem e permite que as mulheres repensem a sua condição no mundo que as rodeia. Quem são essas mulheres? Para que elas vieram? Onde podem ou devem chegar? Percebem que podem ir além do que determina a sociedade patriarcal em que estão inseridas, libertar as amarras mantidas desde o período da cruel escravidão a que seus antepassados foram expostos, verificar que, como disse Audálio Dantas no prefácio da obra *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*:

Grande é a irmã que abriu a porta. Ela é um pouco de vocês todos, na revelação. É até um pouco de muito do Brasil, que muitos são os quartos de despejo, sul-norte-leste-oeste, beira de rio, beira de mar, morro e planalto. Vejam o sol que entra agora no Quarto de despejo. Aqueçam-se, irmãos, que a porta está aberta. Carolina Maria de Jesus achou a chave. Aqueçam-se (JESUS, 1960, p. 9).

Nomear uma biblioteca com o nome de Carolina Maria de Jesus, mulher que gostaria viver mais de 100 para poder ler todos os livros do mundo, é muito significativo e o fato de o espaço estar situado no Museu Afro Brasil, local de preservação, arquivo e memória de toda a comunidade afro brasileira, representa um expressivo reconhecimento por toda a luta desta grande escritora que conseguiu abrir as portas da favela e, assim, escancarou para a sociedade o que realmente acontecia no fundo do quintal da cidade de São Paulo.

Referências

ARCHARD, Pierre. **Papel da Memória**. 3. ed. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

GREGOLIN, M. R. Michel Foucault: o discurso nas tramas da História. In: FERNANDES, Cleudemar; MATTOS, João Bosco Cabral (Org.). **Análise do Discurso**. Unidade e Dispersão.

Uberlândia: Entremeios, 2004.

JESUS, Carolina Maria. **Quarto de Despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Editora Paulo de Azevedo Ltda, 1960.

OLIVEIRA, M. L. P., MENEGHEL, S. N. e Bernardes, J. S. **Modos de subjetivação de mulheres negras: efeitos da discriminação racial**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n2/v21n2a14.pdf>; em 21 nov. 2016.

SCHERER, A., TASCHETTO, T. **O Papel da Memória ou a Memória do Papel de Pechêux para os estudos linguísticos-discursivos**. Laboratório Corpus/ Labclin. Universidade de Santa Maria. Disponível em: <http://anaisdosead.com.br/1SEAD/Paineis/AmandaEScherer.pdf>. Acesso em 04 out 2016.

SCHUMAHER, S; VITAL BRAZIL, E. **Mulheres negras no Brasil**. Rio de Janeiro: Senac Nacional. REDEH (Rede de Desenvolvimento Humano), 2007.

ENTRE O MEDIEVAL E O MODERNO: A CIDADE DE PINHÃO/PR COMO “CIDADE CAMPESTRE”

Ma. Marilda Aparecida Lachovski¹

Resumo: A cidade e seu espaço delimitado ou não, organizado e atrelado aos corpos dos sujeitos que a constituem, é nosso objeto discursivo neste trabalho. Pensando o sujeito e seu corpo como domínios significantes na constituição do imaginário urbano e dos movimentos de sentidos, nos filiamos neste trabalho aos pressupostos teóricos da Análise de Discurso de linha francesa, mais precisamente, área dos estudos da linguagem postulada por Michel Pêcheux e relida/ressignificada por Eni. P. Orlandi e outros autores no Brasil. Neste sentido, busca-se compreender os modos como a cidade de Pinhão/PR e os sujeitos significam e se significam, fazendo ressoar a memória e mobilizando o trajeto de sentidos acerca do espaço urbano, numa relação entre a cidade medieval e a cidade moderna. Fazemos isso tendo como corpus analítico uma série de fotografias feitas da cidade e de seu espaço. As fotografias, na abordagem teórica que adotamos, funcionam como texto-imagem, ou ainda, como acontecimento discursivo, bem como forma de arquivo e lugar de memória que inscrevem os sujeitos na ordem do dizer, portanto, no imaginário da cidade como lugar de memória. Na revisitação da história das cidades, desde o período medieval, mobilizamos a teoria da AD na tentativa de compreensão dos modos como a cidade analisada guarda traços das cidades antigas, no entanto, deslizando os sentidos e movimentando a historicidade, constitui-se como cidade moderna.

Palavras-chave: Sujeito; Memória; Cidade.

Introdução

Um trabalho analítico, como sabemos, tem início com a delimitação ou “escolha” do objeto de análise. Neste sentido, no momento em que fazemos essas opções, nos deparamos com algumas dificuldades, sobretudo se pensamos os deslizamentos de sentido e o movimento da memória como elementos primordiais nos gestos de interpretação. O estudo da cidade e do espaço urbano, desde a sua origem como forma de organização social, política e econômica, tem nos causado certas inquietações na medida em que nos filiamos ao dispositivo analítico da Análise de Discurso de linha francesa, inaugurada e postulada por Michel Pêcheux, na França e relida, resignificada por autores no Brasil, destacando-se os trabalhos de Eni P. Orlandi. Dizemos isso partindo do princípio de que essa área surge como um espaço de entremeio, de estudos da linguagem em movimento, no entrecruzamento do real da língua e da história, considerando o sujeito como não origem do dizer, mas assumindo posições diferentes no dizer, na linguagem em curso – em discurso. Dizer, pelo viés teórico que adotamos, é uma das condições para que o sujeito entre na ordem do simbólico e do político, (se) significando e constituindo os sentidos sempre móveis e plurais, na condição da ideologia como evidência do sujeito, ou seja, um sujeito que existe porque assume uma posição no/pelo discurso e diz que o é. (PÊCHEUX, 2009, p. 139).

Ao assumir essa mesma posição e ao (tentar) significar a cidade e o espaço urbano, nos

¹

colocamos na condição de sujeito, portanto, seguimos, neste trabalho, um trajeto analítico a partir da nossa relação com a história e a língua, real que aparentemente é transparente, mas assim como a linguagem, trabalha no deslize dos sentidos, nos movimentos da memória, nos efeitos dessa evidência. Essas possibilidades, postas de antemão, nos permitem compreender as marcas de historicidade e as mudanças de sentidos que sinalizam para a noção de cidade e de espaço urbano numa perspectiva além da história, sendo, portanto, entendida como memória.

As duas noções – memória e história – mesmo parecendo similares e aproximadas, não o são. Jaques Le Goff (1990), na obra *História e Memória* discute essas relações postas entre os termos e questiona os problemas que essa aproximação pode causar, pois memória, segundo o autor é “o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado” (LE GOFF, 1990, p. 467). Se para a História a memória diz das escolhas de lembranças, dos arquivos e da factualidade, isso não é aleatório, ao contrário, são posições que o sujeito historiador assume ao dizer e construir a narrativa histórica. Tomamos a noção posta pelo autor e nos filiamos ainda a Nora (1984) já que aponta para a relação da memória atrelada aos grupos sociais, baseada nos laços de pertencimento que une esses sujeitos, ou melhor:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, de longas latências e de repentinas revitalizações. [...]. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. [...]. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo (NORA, 1984, p. 09).

Assim, na perspectiva da Análise de Discurso (AD), que pertencer a um grupo é uma das ilusões que liga o sujeito a suas condições sociais de existência. (INDURSKY, 2011). Logo, sendo a memória discursiva (da qual tratamos) irrepresentável, ela mesma produz efeito, inserindo assim a memória em uma atualidade que funciona sendo sujeita a equívocos e em qualquer acontecimento, sendo uma formulação. Estabelece-se, portanto, um jogo constante entre a memória, ou interdiscurso (estruturada pelo esquecimento) e a memória institucional, que não esquece; logo, são as contradições entre o que deve e o que não deve ser esquecido que sinalizam para as formulações, as quais, são feitas e que, pelo efeito de presentificação, produz um passado. (ORLANDI, 2012, p 57-59). É a partir desses movimentos teóricos que analisamos a cidade e espaço urbano de Pinhão/PR, no entrecruzamento do político e do simbólico, da língua e da história, como espaço de produção de sentidos e de memórias que retornam, que se presentificam e que instauram novas formas de textualizar esse espaço. Há, neste sentido, a relação entre aquilo que se mostra na atualidade, como real da língua e aquilo que se esconde, pelo real da história, mas que nesse movimento, formula novos dizeres sobre, na e pela referida cidade. São esses efeitos de sentidos que constituirão nosso gesto interpretativo a seguir.

Entre o medievo e o moderno: memórias e dizeres

Quando nos referimos à palavra “medieval”, na perspectiva histórica da Nova História, como

faz Le Goff (1990), um problema surge: as diferentes compreensões sobre os sentidos que se filiam à noção. Para alguns historiadores o termo medieval remete ao período de obscurantismo e trevas, ligando a época à inaptidão dos homens medievais no uso da razão e do raciocínio, visão colocada, sobretudo, com o advento da(s) ideologia(s) do Renascimento². Na medida em que o feudalismo entra em crise e as monarquias, junto a classe burguesa emergem como modeladoras de um novo modo de produção – o capitalismo – o espaço fechado e circunscrito ao feudo e domínios do senhor feudal, vai aos poucos deixando de existir e surgem então as novas organizações sociais – os burgos. Como a sociedade era estática, até o surgimento da burguesia, essas “cidades” eram também chamadas vilas, já que nelas habitava a classe social hierarquicamente destinada ao trabalho – vilões ou camponeses. Mas mudando os modos de economia, política e sociedade, outras formas de cidade vão aparecendo, separando-se aos poucos o espaço rural do urbano. Segundo Le Goff:

A cidade medieval situa-se entre dois tipos de cidades que souberam, com ou sem muralha, separar-se radicalmente do campo: a cidade antiga, que vivia na oposição *urbs/rus* e mantinha a rusticidade no exterior, e a cidade industrial e pós-industrial, que devorou o campo. Em ambos os casos, o que permanecia de "natureza" não passava de uma "imitação" sofisticada da natureza — os jardins na Antigüidade, os "espaços verdes" hoje. (LE GOFF, 1992, p. 15)

No entanto, a maioria das cidades medievais atende a uma característica bastante comum: a divisão e organização das duas áreas – rural e urbana – distribuídas no mesmo espaço, ou seja, ambas estão mescladas na urbanidade das cidades medievais. Partindo desse real histórico, nos orientamos para os efeitos de sentido e memória que se instauram sobre o termo espaço. Ocupar um espaço, sendo uma propriedade física - corpo no espaço – como materialidades físicas em suas dimensões específicas; todavia, na perspectiva da AD, Pêcheux (2009, p. 56), destaca o espaço como mobilização de sentidos e produção de discursos e é, segundo o autor, antes de tudo, “um espaço movente de disjunções, de deslocamentos, de retomadas, de conflitos de regularização. [...] Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos”.

Vale ressaltar que analisando o lugar em AD, tratamos da dimensão do discurso, das falhas e incompletudes inerentes à linguagem, na produção dos discursos que se cruzam, se distanciam, retornam e ressignificam, sempre abertos a sentidos outros, e que inscrevem sujeitos e suas ações nos liames do político, do simbólico, do dizer. Essa noção de espaço, pelo viés discursivo que adotamos, nos encaminha para Orlandi que postula a idéia de que, estudando a cidade e o espaço urbano, entende-se a relação entre os sujeitos e esses elementos, haja vista que, para a autora,

2

O renascimento, pela História tradicional, seria uma separação entre a Idade Média – período de trevas – e a Idade Moderna. Essa ruptura seria fundamentada pelo uso da Razão, na medida em que, segundo os renascentistas o homem medieval tinha a cabeça voltada para os céus – poder instituído pela Igreja como maior instituição da época, e os pés presos na terra – pelas relações de vassalagem que tornava a terra a moeda mais utilizada e valorizada no período. No Renascimento, segundo esses pensadores, o homem tem maior domínio de suas ações e de seus modos de pensar, o que atribui um sentido pejorativo a Idade Média, chamada de “Idade das Trevas”.

espaço e sujeito formam a cidade, na textualização dos corpos desses sujeitos que inscrevem a cidade na memória e assim se significam, significado-a.

Sobre tal relação, Le Goff afirma que “a comunidade urbana é mais do que a soma dos habitantes que a compõem e diferente dela: a partir do momento em que coletividade está devidamente fundada, existe um novo ser, independente dos indivíduos.” (LE GOFF, 1992, p. 82). Esse novo ser sobre o qual Le Goff discute, seria em nossa análise, a constituição do próprio elemento/espaço urbano, ou seja, uma noção que agrega aquilo que é físico e material – os sujeitos e seus corpos – e aquilo que é da ordem do simbólico, do político – como esses corpos e sujeitos fazem movimentar os sentidos sobre os espaços, na produção de sentidos que integram a cidade na ordem do discurso, do dizer. Ser coletivo e individual ao mesmo tempo, é um corpo urbano que constitui a cidade nas suas várias maneiras de vestir, de deslocar, de agir e de significar, tornando a urbanidade desse espaço citadino, como elo que garante a formação de um novo ser social – um sujeito que significando, significa os lugares por onde circula, transita, ou pára, silencia, mesmo assim produzindo o dizer, o discurso e os efeitos de sentidos.

Espaço e urbanidade em Pinhão/PR

Se por um lado, como defende Nora (1984) existe a necessidade de preservação da memória pela função dos lugares de memória, por outro há um constante apagamento dessa mesma memória. Logo, podemos dizer, pelo viés teórico que adotamos e pelo cruzamento da história, que a cidade, bem como o espaço urbano, constituem-se como uma espécie de memória esfacelada; que não se materializa de imediato, que é fugidia, efêmera. Essa memória, ou memórias, não sendo postas como materialidade, necessitam não só de um lugar de memória, mas de sujeitos que as elejam, que pelo discursivo, os coloquem como tal. Nesse sentido, a função dos lugares de memória são, como diz Nora, uma possibilidade de falhas de memória, ou seja, se há a necessidade de existirem esses lugares é justamente por que não existem e essa é sua função – eternizar a memória, sendo assim, a memória, no ponto de vista do autor, tem várias funções, dependendo dos sujeitos que a mobilizam e a significam. Logo: “[...] Para uns, pode tratar-se de reconstituir um tecido social rasgado. Para outros, trata-se de fortificar um sentimento nacional no espírito tradicional de uma cidadania ameaçada”. Ou ainda, segundo o autor, “trata-se de enriquecer este sentimento nacional de partes da história deixadas de lado ou de tipos de história marginalizados” (NORA, 1984). Diferentes naturezas e necessidade da existência desses lugares nos levam a pensar sobre os modos como o político e o simbólico se cruzam no espaço urbano, espaço esse que são é único nem uniforme.

Trabalhamos na perspectiva de que a cidade e sua espacialização enquanto acontecimento discursivo é lugar do mesmo e do diferente, das lutas entre o público e o privado, o particular e o coletivo, sendo, portanto, policêntrica. Se sujeito e sentidos que constituem e textualizam as cidades

são plurais, e se, o corpo do sujeito significa e se significa nesses espaços, dizemos que as naturezas de memória que definem as cidades, bem como as funções dos lugares de memória não são únicas. Cabe, nesse sentido, destacar o papel das instituições que regulam e estabelecem as condições materiais e imateriais desses lugares, pois, são essas, autorizadas pela história, que atualizam e legitimam esses efeitos de memória.

Quanto à cidade de Pinhão, entendida aqui como acontecimento discursivo e lugar de memória, nos orientamos no sentido de que seu espaço se constitui como memória, principalmente pelo museu municipal como lugar de preservação e materialização de memórias, como instituição que regula e legitima os sentidos de memória sobre a cidade. No entanto, como afirmamos anteriormente, não são apenas as pessoas e fatos legitimados e “guardados” no referido museu que constituem o espaço, mas sim aquilo que escapa a essa legitimação, que foge da ordem da instituição e do lugar definido como mantenedor dessas memórias. Assim, nos encaminhamos para as relações entre a história, como marcas de historicidade (passado/presente) e o real da língua, nos registros imagéticos de uma cidade que funciona e significa de modo diferente daquela posta e autorizada pelo museu. Ao contrário da visão e função tradicional da história e dos museus, a cidade e seu espaço são elementos vivos, fugidios e efêmeros, são plurais e não transparentes.

Logo, podemos dizer que é o batimento entre esse passado “eternizado” pela memória patrimonial, inscrita na ordem do fazer crer pelo/no museu e a ordem do presente vivido dos sujeitos que a preenchem como partes integrantes desse mesmo espaço; a justificativa que sustenta a necessidade de lugares de memória atemporais, não delimitados e sujeitos ao novo, ao breve e similar que produz efeitos de memórias, que inscreve cidade e sujeitos no simbólico, significando. E se falamos de memória, eis nos diante da noção de arquivo, que segundo Pêcheux (1997), enquanto discurso, “direciona e interdita efeitos de sentidos, que se produzem pela inscrição da língua na história”, já que também “não pode prescindir de suas condições de produção”. Esse gesto de interdição diz respeito ao papel da instituição que ainda nesse sentido, estabelece os seus limites, as suas bordas móveis que, aparentemente completas, não o são, permitindo as falhas, as cesuras, as incompletudes.

Não afirmamos com isso o menosprezo pelas instituições que regulam esses saberes e memórias, mas sim que a função dessas seja atualizar esses sentidos e não apenas reservar-lhes a natureza da imortalidade pelo/no museu. Isso é possível, pela nossa análise, na medida em que a referida cidade tem características variadas e historicamente construídas desde a Idade Média, como mencionamos anteriormente. Ela está situada na região centro-sul do Paraná, numa área de 2002 Km², com aproximadamente 30.000 habitantes, tendo sua economia baseada principalmente na pecuária e agricultura. Com pequenas oportunidades de emprego e renda, a cidade se constitui como espaço quase provinciano, com poucas pessoas circulando pelo centro, ainda sem semáforos. A

maioria dessas pessoas que circulam no espaço central da cidade, é do sexo feminino devido ao fato de que os homens, em grande parte, deixam suas famílias e seguem para outras cidades que oferecem melhores condições de emprego.

Desde suas “portas” de entrada e saída, Pinhão guarda seus traços de cidade ligada ao religioso, uma das funções postas por Le Goff, desde a cidade medieval. Mas não só, no espaço que circunscreve a urbanidade dessa, há ainda um certo apagamento do rural que a constitui historicamente (e está “guardada” no museu), e um atravessamento do urbano. As condições de modernidade são postas por pôsteres, placas, lojas, mercados, academias e outros; no entanto, o mesmo espaço tem jardins, hortas, galinheiros e plantações que dividem lugar com as casas comerciais e de moradia. Além disso, os limites da cidade, aqueles que separam o centro e o restante dela, bom como suas entradas e saídas configuram-se a partir da relação entre passado e presente, guardando traços de uma cidade medieval. Sendo assim estabelece-se uma dupla via:

[...] ambigüidade da relação cidade/campo. A muralha define um espaço de exclusão, o do mundo rural, mas também é feita para acolher eventualmente, em caso de guerra, habitantes desse mesmo mundo. A função pode inverter-se e, em relação à população rural, a muralha pode definir, no interior, um espaço de refúgio, em conformidade, aliás, com uma das grandes imagens da cidade — a cidade do refúgio — que o Antigo Testamento lega à cidade medieval. (LE GOFF, 1992, p. 14).

Como muralhas, entendemos não só as construções físicas, materiais e, sobretudo, espessas; mas sim os limites políticos que compõe o espaço urbano, tais como a disposição das casas de comércio, áreas de lazer, praças e lagos, enfim, a distribuição espacial de lugares que juntos integram a cidade. Esses laços que unem a cidade, segundo Le Goff (1992, p. 24), formam o que o autor definiu como *memória topográfica*, ou seja, “o que estrutura a cidade é um certo número de lugares e monumentos que determinam até certo ponto o ordenamento das casas e das ruas e, sobretudo, a circulação”. Todavia, Pêcheux (2009), em seu *Papel da Memória*, discute a funcionamento da memória no seio das sociedades alertando que não se deve pensar numa memória apenas no “sentido psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (PÊCHEUX, 2009, p. 50), mas sim numa memória entrecruzada, lacunar, e sujeita a falhas, permitindo outros efeitos de sentidos, outros efeitos de memória, atualizando os sentidos e permitindo a inscrição do velho, no novo. Os dizeres, sempre já lá, sinalizam para a produção dos efeitos de sentidos sempre outros.

Considerações finais

A partir dos gestos interpretativos da Ad, na tripla relação sujeito/mundo/história, trabalhamos na perspectiva de que a cidade de Pinhão, neste sentido, é pela História, monumento,

sobrevive como “escolha efetuada”, como herança do passado, perpetuando a recordação. Essa recordação, pelo viés que adotamos, não se fixa apenas nos registros de memória arquivados no/pelo museu, mas sim pelo entrecruzamento do passado e do presente, estando em constante movimento, transformação. Ela significa. Os movimentos da memória sinalizam para os diferentes efeitos de sentido construídos não pelos historiadores da cidade – e o museu como garantia dessa memória factual – mas pertence aos demais sujeitos, aos homens e mulheres que circulam e que ao mesmo tempo textualizam esse espaço.

Pela AD, a cidade é acontecimento discursivo, sempre aberto aos movimentos da memória, é interdiscurso, é historicidade. Abre-se assim para outros sentidos, dispersa, põe em movimento. (ORLANDI, 2012, p. 172). E, são esses movimentos, deslizos e falhas que instauram a possibilidade de sentidos sempre outros, e que, no caso que analisamos, sinalizam para a cidade como espaço do múltiplo e do único, do privado e do público. É no espaço urbano heterogêneo que os sujeitos materializam as relações sociais humanas, numa espécie de atrelagem, ou como diz Orlandi (2004, p. 11): “todas as determinações que definem um espaço, um sujeito, uma vida, cruzam-se no espaço da cidade”. Logo, a cidade de Pinhão, na teoria que adotamos, significa a partir da inscrição do sujeito como espaço não vazio, lugar de silêncios e dizeres, espaço no qual a história e a memória se cruzam, se estabelecem e significam.

Referências

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. 5ª Ed. Campinas, SP: Unicamp, 1990.

_____. **O Apogeu da Cidade Medieval**. Tradução Antônio de Padua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

NORA, Pierre. **Entre mémoire et histoire**. La problématique des lieux. In: _____. Les lieux de mémoire. Tradução de Yara Aun Houry. Paris: Gallimard, 1984.

ORLANDI, Eni. P. Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

_____. **Cidade dos sentidos**. São Paulo: Pontes, 2004.

PÊCHEUX, Michel. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Trad. Bethania Mariani et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

_____. **Semântica e discurso**. Uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni P. Orlandi et al. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

SHERER, Amanda. Dos domínios e das fronteiras: o lugar fora do lugar em outro e mesmo lugar. In: SARGENTINI, Vanice/ GREGOLIN, Maria do Rosário. (orgs). **Análise do Discurso. Heranças, métodos e objetos**. São Paulo: Claraluz, 2008.

VENTURINI, Maria Cleci. **Imaginário Urbano. Espaço de rememoração/comemoração**. RS, Passo Fundo: Editora UFP, 2009.

ENTRE O PASSADO, O PRESENTE E O FUTURO: A BIBLIOTECA ESCOLAR

Maristela Aparecida Nunes – Unicentro
Profº Drº Marcos Gerhke - Unicentro

Resumo: Embora neste início de século XXI estudos de diversas áreas apresentem um conhecimento mais amplo a respeito da biblioteca escolar, ela é ainda desconhecida e desvalorizada pelos sujeitos. Contudo, como nos relata Gehrke (2014, p. 214), essa instituição é “[...] um dos espaços de produção e circulação da informação e dos conhecimentos científico, escolar, cotidiano, da cultura e da arte”. Encarregada da difusão do conhecimento, a biblioteca escolar tem seu raio de circunscrição ampliado. Para Marques e Rodrigues (2014, p. 74), ela “é um espaço que colabora com a perpetuação da memória da comunidade a qual pertence”, e essa é uma das principais razões pela qual defendemos que a biblioteca escolar – por se tratar de um tipo de biblioteca a que a maioria das pessoas tem acesso ainda na infância - precisa ser ressignificada como um local de conhecimento, da cultura, do estímulo ao gosto pela leitura e de constituição dos sujeitos críticos. Diante do exposto, esta pesquisa objetiva refletir a cerca da biblioteca escolar enquanto lugar de memória relacionado à cultura e à educação, construído pelo e para o homem com vistas ao seu desenvolvimento intelectual e a preservação de bens culturais como os livros. De caráter bibliográfico, este estudo nos possibilitou reconhecer o quanto a biblioteca está relacionada à história e à memória do ser humano. E que ela precisa ser valorizada em nome da preservação da identidade e das referências históricas que comporta em seus bens materiais e imateriais e das relações que estabelece com seus usuários.

Palavras-chave: Biblioteca escolar; Conhecimento; Memória.

A noção básica de biblioteca se estabeleceu no momento em que o ser humano percebeu a necessidade de arquivar e ordenar os conhecimentos produzidos. Contudo, conforme destaca Milanesi (2002, p. 77), a biblioteca desde a sua origem foi “[...] a forma como os grupos humanos, os povos preservavam os seus conhecimentos acumulados, transferindo-os de geração a geração com os acréscimos feitos por novas produções”. Estudiosos da área nos mostram que a biblioteca pode ser concebida e caracterizada sob vários aspectos: segundo Pimentel, Bernardes e Santana (2007, p. 22), “[...] a palavra biblioteca tem sua origem nos termos gregos *biblíon* (livro) e *theka* (caixa), significando o móvel ou lugar onde se guardam livros [...]”. Também Macedo (2012, p. 26) registra definição semelhante a essa: “[...] significado etimológico do termo *bibliotheke*: ‘caixa para guardar livros’; que, por extensão passou a designar o local onde se guardariam de forma organizada, permitindo e facilitando o trabalho de possíveis pesquisadores”. São conceitos que se referem exclusivamente ao local e ao acervo, ou remetendo-se ao aspecto físico.

Definições afins foram as que por mais tempo caracterizaram a biblioteca, permanecendo até os dias atuais no imaginário social definida como um lugar para guardar de materiais. Pensada dessa forma, o todo que ela expressa se encerra apenas em um elemento: o acervo. Porém, tal como apontam os estudiosos que tratam da biblioteca escolar como Milanesi (2002), reduzi-la a um amontoado de livros ou a um acúmulo de obras impressas significa limitar seu potencial formador e desconsidera “[...] a movimentação continuada das palavras e das ideias” (FRAGOSO, 2013, p.12) próprias desse ambiente que engloba seus usuários e as relações que ocorrem entre os sujeitos nesse local como a produção do conhecimento e da cultura. Compreendida apenas como local de depósito, sua função é descaracterizada. Essa condição contribui com a institucionalização do menosprezo por esse ambiente. Nessa perspectiva, apagam-se “[...] os sentidos que tratam a

biblioteca como uma unidade de informação voltada para o ensino, pesquisa e aprendizagem, na qual se realizam diversas atividades educativo-culturais [...]” (FERRAREZI e ROMÃO, 2008, p. 341). Concluem as autoras que terminologias alternativas não abarcam o caráter semântico que a biblioteca possui, e se ela não é vista com toda a potencialidade que congrega, corre-se o risco de perpetuar preconceitos e visões equivocadas a respeito dela. Contudo, defendemos que ela é um lugar onde se guarda vários documentos de diversos suportes, mas ela não se resume apenas a isso. Seu conceito vai além e é isso que a configura como lugar de memória.

Longe de ser apenas um mero depósito de materiais, a biblioteca escolar, nos postulados de Milanesi (1986; 2002), Campello (2012) e Gehrke (2013; 2014) é um centro ativo de aprendizagem, história e memória. Essa ideia também está expressa no Manifesto em defesa da biblioteca escolar da Unesco (1999, s/p.) que defende que o papel da biblioteca está relacionado, ainda, com “a ação cultural com vistas a favorecer o entendimento de identidade do cidadão no espaço em que vive”. Nessa definição, além das questões propriamente pedagógicas direcionadas à leitura, são levados em conta aspectos voltados ao entorno social, como a arte, a cultura e a necessidade informacional, assim como a identidade individual e coletiva da comunidade. Para Marques e Rodrigues (2014, p. 74), ela é um espaço que colabora com a perpetuação da memória da comunidade a qual pertence.

Fragoso (2013, p. 11) relata que conceituar uma biblioteca escolar não é uma tarefa tão simples, devido à diversidade de significados que esse espaço recebe. A autora afirma que “[...] para poucos que a frequentam assiduamente, a biblioteca constitui o local do encontro com a leitura, a informação e o conhecimento”. Nesse caso, pode-se compreender que a própria definição do que é uma biblioteca depende do modo como ela é vista e do que se faz nela.

Para Silva (2003, p. 51), a biblioteca configura-se numa “[...] instituição social destinada à popularização da cultura”. Conforme destaca esse autor, estudos específicos da área da biblioteca conferem dois principais objetivos à biblioteca escolar: estimular o gosto pela leitura e ser um instrumento de apoio ao processo de ensino-aprendizagem. Observando as definições explicitadas nos documentos oficiais que normatizam a biblioteca escolar verificamos que a Lei nº 12.244, de 2010, que trata da universalização das bibliotecas escolares, em seu artigo 2º assume que “[...] para os fins desta Lei, considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura” (BRASIL, 2010, s/p.).

A questão da construção dos significados acerca da biblioteca escolar também é abordada por Campello (2012) que levanta o questionamento sobre como os usuários da biblioteca elaboram sua compreensão desse espaço, como um local de aprendizagem, para refletir acerca de que significados são erigidos na interação entre os sujeitos e a biblioteca em momentos de ensino-aprendizagem. Essa autora salienta a importância da estrutura física da biblioteca, pois, de acordo

com as experiências vivenciadas nesse espaço ajudam na consolidação de significados desse local.

Embora inicialmente ela tivesse um encargo mais afinado ao armazenamento de jornais e revistas e, posteriormente, dos audiovisuais e das tecnologias da informação e comunicação, “[...] salientando o papel fundamental de salvaguardar o patrimônio para que futuras gerações possam (re)ver sua história” (MARQUES; RODRIGUES, 2014, p. 74), as transformações ocorridas, sobretudo no século XX, exigiram alterações na sua finalidade, o que ocasionou uma evolução conceitual. A concepção de biblioteca escolar como meio de estímulo à leitura e à aprendizagem foi firmada com a reforma do Estado brasileiro na década de 1930 (SILVA, 2011). Além disso, a valorização do conhecimento foi outro fator que colaborou para a alteração do conceito e da função da biblioteca. A difusão dos saberes e das informações tiveram forte influência no fato da biblioteca passar de um milenar depósito de materiais, espaço passivo, para se transformar num serviço ativo de informação e formação.

Na contemporaneidade, a função mais eminente da biblioteca é a promoção da leitura e a disseminação de informações. O papel da biblioteca, tal como mostra Campello (2012), transcende conceitualizações iniciais e passa a englobar uma funcionalidade que a compreende e a lança como um espaço promotor de aprendizagens. Milanesi (1986) ressalta que a relação da biblioteca com a cultura letrada configura esse espaço com um importante papel na constituição dos indivíduos, sendo também a memória dos grupos humanos. Para esse autor,

[...] a biblioteca é o testemunho radical das oposições do pensamento. Passar por ela é uma experiência de conflito: tonal/atonal, abstrato figurativo, capitalismo/socialismo, Freud/Jung, funcionalismo/estruturalismo, Guimarães Rosa/Jorge Amado (MILANESI, 1986, p. 98).

Para Gehrke (2014, p. 214), a biblioteca escolar é “[...] um dos espaços de produção e circulação da informação e dos conhecimentos científico, escolar, cotidiano, da cultura e da arte”. Esse autor compreende que além do papel de difusora do conhecimento, ela também é disseminadora e produtora artística e cultural, ampliando o seu raio de circunscrição. Nesse sentido, vislumbra-se seu papel pedagógico no interior escolar, isto é, o compromisso com o conhecimento sistematizado, mas também se assinala a sua responsabilidade com a sociedade, com a formação cidadã e na transformação dos sujeitos que a frequentam.

Da sua histórica característica de guardião intocável do conhecimento ela passa a ter como função justamente a disseminação e o acesso a esse conhecimento. Ela comporta materiais que representam os saberes dos díspares grupos sociais, as inúmeras manifestações artístico-culturais, as variadas formas de expressão de um povo, as criações científicas e tecnológicas de uma época e as diferentes formas de viver, fazer e criar história, cultura que fazem parte da memória coletiva da sociedade. Assim, de acordo com Gehrke (2014), a instituição biblioteca vai se forjando como produto da cultura humana, constitui-se em espaço de cultura, trabalho, conhecimento, memória e

luta. Esse professor destaca a importância de pensar a biblioteca “[...] enquanto latifúndio improdutivo-produtivo” (GEHRKE, 2014, p. 22), ou seja, ver a biblioteca enquanto terreno que pode ser campo de luta das seguintes questões: disseminação *versus* censura do conhecimento, gosto *versus* desgosto pela leitura. Uma arena que pode ser tanto produtiva ou improdutivo, ou ainda, mascarar atrás da sua inoperabilidade, a produção da perpetuação da alienação dos sujeitos. Portanto, não se trata de uma luta entre passado x presente, mas a soma destes para a construção de um presente para a projeção de um futuro.

A origem da biblioteca escolar, no Brasil, está estritamente associada aos Jesuítas que já organizavam esse espaço no interior de seus colégios no período colonial, entre 1549 e 1822, com o principal propósito de atuar na instrução dos colonos e na catequização dos indígenas. A abertura das bibliotecas monásticas foi o fato propulsor das bibliotecas no país. Percebe-se, assim, que a biblioteca escolar, desde a sua origem e por muito tempo esteve atrelada às organizações religiosas, que de modo geral desconsideravam a função informacional e educativa, sendo ela vista como um simples lugar dentro da escola para guardar livros.

No início do século XX as bibliotecas escolares ganham novos contornos, pois se passou a entender que a biblioteca deveria constituir-se em um centro informativo de interesse público, embora na prática, a institucionalização desses espaços ainda tenha demorado para acontecer (SILVA, 2003). Foi a partir das reformas educacionais que a biblioteca passa a ser vista com outros olhos, sendo que a década de 1930 foi um marco nas ações reflexivas e propositivas para esse setor. Segundo Silva (2011), a biblioteca escolar foi legitimada dentro do sistema educacional, especialmente, com a Escola Nova e as reformas proporcionadas com ela, e com os esforços de Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. Assim, entre 1930 e 1940, ela assume como principal função o desenvolvimento do gosto pela leitura, passando a ter um caráter educativo e a ser vista como estímulo do processo de ensino e aprendizagem.

Milanesi (1986) salienta que a biblioteca escolar passou a ser efetivamente procurada a partir da Reforma de ensino, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 5.692 de 1971, que instituiu a pesquisa na escola. A implantação via Lei, introduzida pela reforma educacional de 1970, da pesquisa escolar levou crianças e adolescentes às bibliotecas. Igualmente, a necessidade da leitura como coeficiente decisivo no processo de educação brasileira foi reconhecida na década de 1970. Em consequência disso, as bibliotecas passaram, então, a ser consideradas instrumentos de ascensão cultural e desenvolvimento. Cumpre registrar que a biblioteca municipal de São Paulo resultou dos esforços do trabalho de Mário de Andrade quando prefeito da cidade. Inclusive, a configuração que a biblioteca escolar tem hoje, advém principalmente das escolas de caráter religioso da década de 1970.

A biblioteca, além de comportar a produção humana, também é ela própria uma construção

da humanidade. A biblioteca escolar desempenha um importante papel na guarda e preservação de livros e demais materiais históricos que se configuram como bens materiais e imateriais tanto individuais como coletivos que refletem e influenciam “[...] a identidade coletiva de sua sociedade” (MARQUES; RODRIGUES, 2014, p. 75). Seja inserida no contexto social ou educacional, ela dispõe de uma legislação e de documentos que a respaldam e garantem – ou pelo menos deveriam garantir - a sua existência e a sua funcionalidade. Esses textos norteiam as políticas de uso e funcionamento da biblioteca, prescrevendo o que deve e o que não deve ser feito nesse ambiente. Como aponta Gehrke (2014, p. 149), “[...] toda biblioteca escolar relaciona-se com uma conjuntura mais ampla, em que a escola, a educação e toda uma teia social influenciam fortemente sua existência, seu planejamento e trabalho”. Assim, a problemática da biblioteca escolar não se encontra circunscrita em si mesma, mas é resultado de um contexto maior de déficit de investimentos na educação e da forma escolar capitalista. Os aspectos aqui mencionados, dentre muitos outros, evidenciam a grave desvalorização sofrida por esse setor tanto no âmbito científico, pedagógico, político quanto social.

Na busca por possibilidades de resistência e mudança, estudiosos, como Milanesi (1986), chamam a atenção para alguns fatores que podem auxiliar no resgate da biblioteca no interior da escola. Esse autor é efusivo ao argumentar que as instituições precisam ressignificar o papel da biblioteca dentro da escola para que esse espaço corresponda aos objetivos educacionais que pretende atingir. Essa clareza é necessária para que se possa manter a biblioteca funcionando adequadamente, porém para isso, a que se propõe uma reeducação do(a) próprio(a) educador(a) na sua forma de conceber e se relacionar com a biblioteca.

Os demais tipos de bibliotecas existentes (infantil, pública, particular, comunitária, universitária, especializada, entre outras) são imprescindíveis porque desenvolvem um trabalho de preservação da memória da humanidade. Assim, ela é importante ao desenvolvimento da criança por possibilitar aos pequenos o contato com uma série de conhecimentos precedentes a eles que lhes serão necessários para que eles, além de terem contato com a história, também a partir dela construam os seus próprios pensamentos.

Por isso, acreditamos, em conformidade com Nobrega (2011, p. 128), na biblioteca como espaço de “[...] (re)significação para os sujeitos sociais, na medida em que servindo-lhes tanto como possibilidade de apropriação e produção, quanto de organização, oportunize construção de singularidades, transformação de realidades”. Para que ela se torne um ambiente de questionamento, de contato com a pluralidade de sentidos e dos pontos de vista ali presentes, que estimule em seus usuários o desenvolvimento da criticidade, é necessário que se desenvolva, segundo Nobrega (2011, p.132), “[...] uma metodologia de ruptura com os padrões até então vigentes. Uma ruptura no modo corriqueiro de ver a biblioteca, para uma ampliação do olhar sobre

ela”. A presença de pessoas na biblioteca possibilita formas de interação mais concretas e reais e é no desenvolvimento das atividades que vão da leitura à interpretação e ao debate da informação que essa adquire um sentido, um lugar de cultura, de história e de memória. Por possibilitar o contato com os diversos tipos de conhecimento, e por meio dele promover a ocorrência de práticas sociais, a biblioteca escolar torna-se um ambiente de experiência cultural e memória social. Como a escola desenvolve seu trabalho a partir do conhecimento, a biblioteca, como instituição disseminadora e promotora dos saberes historicamente construídos tem grande influência na forma como o organismo escolar realiza sua função. Assim percebemos o quanto esses três elementos (conhecimento, escola e biblioteca) deveriam se complementar mutuamente.

Essa complementariedade, no entanto, se consolida na relação entre eles e as pessoas, ou seja, em se tratando do ambiente escolar, o vínculo entre biblioteca e conhecimento se efetiva na relação desses com as crianças, jovens e adultos partícipes desse meio. Como bem registra Gehrke (2014, p.14), “[...] o conhecimento numa perspectiva social e humana não reside nem no sujeito nem no objeto, mas na relação fecunda destes”, o que, por sua vez, requer a focalização e a validação das vozes das crianças. E o maior ou menor grau de interação entre criança e biblioteca depende da forma como esse ambiente está organizado, dos sujeitos ali envolvidos, mas também da política de funcionamento da instituição escolar. Como espaço de conhecimento a biblioteca pode permitir a circulação de saberes, condição que supera a visão de ser um lugar estático.

A biblioteca é, sem sombra de dúvidas, um local que comporta uma riqueza de vozes, que ganha vida com seus frequentadores. Em nome dessa interação, quanto mais cedo as crianças forem levadas à biblioteca, maiores serão as chances de se tornarem leitoras e frequentadoras assíduas desse espaço, e também de ampliarem suas experiências culturais, o repertório de ideias e fomentar a criatividade. Uma relação harmoniosa entre os pequenos e a biblioteca os conduz à “[...] extravagante felicidade de escutar várias vozes dentro de um livro” (FERRAREZI e ROMÃO, 2008, p. 344). A partir dessa retrospectiva, percebemos que a história das bibliotecas, tal como se pode verificar, é ao mesmo tempo de luta e de resistência. Por comportar o conhecimento humano, que, em nome do poder, não poderia ser divulgado a todos, foi alvo de perseguição e destruição³. Contudo, mesmo diante de todos os percalços pelos quais passou, inclusive a censura, ela superou essas adversidades e perdura ao longo dos anos. O estabelecimento de novos vínculos reivindica a condução de novos olhares, pensamentos e ações. A transformação da biblioteca em um espaço de recreação, diversão, fruição da imaginação e lazer, pode ser um dos caminhos para o estabelecimento do sentimento de pertença entre as crianças e concorrendo para que a biblioteca se

3

Tal como foram aniquiladas as imensas bibliotecas na Idade Antiga como a de Alexandria.

torne para elas um lugar de memória que traz consigo o prazer, o aprendizado e a cultura.

Diante de toda essa importância, há que se destacar, conforme o faz Gehrke (2014), que a biblioteca se constituiu historicamente em espaço de poder, tanto no período de seu surgimento, como na contemporaneidade, a serviço da elite dominante. Mas, em contrapartida, o autor identifica que ela não é um espaço pronto e acabado, pois assim como a dinâmica humana e o movimento informacional, a História, ela constantemente é e precisa ser forjada no contexto social e escolar. E é nessa ‘ocupação’, nesse construir a biblioteca que ela se transforma num espaço de luta, de resistência e de memória.

Referências

BRASIL. Lei n.º 12.244, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 maio 2010. Seção 1, 2010.

CAMPELLO, Bernadete. **Conhecimentos que sustentam a prática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. Coleção Biblioteca escolar, 3

FERRAREZI, Ludmila; ROMÃO, Lucília Maria Souza. O dizer dos documentos oficiais: a normatização como efeito de sentidos sobre a biblioteca escolar. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.13, n.º 2, p. 323-346, jul./dez., 2008.

_____. Biblioteca na escola. In: **Revista Presença pedagógica**, Minas Gerais, v. 19, n. 110, mar./abr., 2013.

GEHRKE, Marcos. **Contribuições da práxis para a construção da biblioteca escolar do trabalho a partir da educação do campo**. Tese de doutorado em Educação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

GEHRKE, Marcos; BUFREM, Leilah Santiago. Apontamentos sobre bibliotecas em escola do campo no estado do Paraná. In **Revista Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 23, n. 3, p. 109-122, set./dez., 2013.

MACEDO, Lucas. **Práticas de leitura e biblioteca no imaginário de adolescentes do ensino médio em Guarapuava-Pr**. Dissertação de Mestrado, Maringá, 2012.

MARQUES, Luciane Silveira A.; RODRIGUES, Marcia. Biblioteca, memória e patrimônio: um olhar sobre a biblioteca rio-grandense. **Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, S/l, v. 28, n. 2, p. 73-93, jul./dez., 2014.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê editorial, 2002.

_____. **O que é biblioteca**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PIMENTEL, Graça; BERNARDES, Liliane; SANTANA, Marcelo. **Biblioteca escolar**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. Caderno do curso Profucionário

NOBREGA, Nancy Gonçalves da. Biblioteca: vozes silenciadas? In: PRIETO, Benita. **Contadores de histórias: um exercício para muitas vozes**. Rio de Janeiro: 5. ed., 2011. p.127-133.

SILVA, Waldeck Carneiro. **Miséria da biblioteca escolar**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2003. Coleção Questões da nossa época, v. 45

UNESCO. **Manifesto da Biblioteca escolar da IFLA/UNESCO**. 1999. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>>. Acesso em: 28 de ago.

ESPAÇO URBANO E MEMÓRIA: A PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO COMO LUGAR DE MEMÓRIA PARA PONTA GROSSA – PR

Vera Marina Viglus

(UEPG - Mestranda do Programa de Pós graduação em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Bolsista(CAPES)

Dr.^a Maria Julieta Weber Cordova

(UEPG - Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Licenciada em História e Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Prof.^a Adjunta da Universidade Estadual de Ponta Grossa).

RESUMO

O presente artigo traz uma discussão sobre memória, lugares de memória e espaço urbano a partir de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, documental sobre a Praça Marechal Floriano Peixoto, situada na cidade de Ponta Grossa, no Paraná. O estudo compreende as décadas iniciais do século XX (1900 -1930), período em que a cidade está se urbanizando e a Praça Marechal Floriano Peixoto, que até então era o largo da Igreja Matriz de Sant'Ana, recebe características urbanas como calçamento, paisagismo, arborização, construção de um coreto, entre outros elementos que a legitimam enquanto espaço de sociabilização para grupos diversos que habitam a cidade. Autores como Pierre Nora (1993), Maurice Halbwachs (1990) e Jeudy (1990) contribuem para a compreensão dos conceitos de memória e lugares de memória. O trabalho é parte integrante da dissertação de mestrado desenvolvida junto ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa. As fontes utilizadas fazem parte dos Acervos da casa da Memória Paraná e do Museu Campos Gerais e se constituem em fotografias, jornais, Códigos de Posturas Municipais dos anos de 1891 e 1914 e álbuns Comemorativos do Estado do Paraná dos anos de 1923 e 1927. O estudo contribui para a identificação de elementos que se configuram enquanto memória oficial e intencional e que podem ser relidos a partir do tempo presente.

Palavras-chave: Lugar de memória; Espaço urbano; Ponta Grossa.

Introdução

A Praça Marechal Floriano Peixoto localizada na cidade de Ponta Grossa, no Estado do Paraná, é um lugar bastante representativo da história e da cultura da cidade. Foi a primeira praça da cidade, apresentando-se como um dos primeiros espaços de socialização para a população que se estabelecia em seu entorno, o representou a fase inicial da urbanização do território.

Inicialmente Largo da Igreja Matriz de Sant'Ana construída no ponto mais alto do território, o que lhe confere um lugar de destaque no espaço local, a Praça Marechal Floriano Peixoto é assim denominada no período da Primeira República (1889-1930) no Brasil, momento em que, tendo por base princípios iluministas, cristalizavam-se ideais positivistas que apregoavam a separação entre Igreja e Estado, conflito também traduzido na separação e demarcação do espaço urbano, como foi o caso da praça aqui estudada.

Compreendendo a praça enquanto espaço urbano e lugar de memória para a cidade de Ponta Grossa, o presente estudo é parte integrante da dissertação de mestrado desenvolvida junto ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, na linha de pesquisa História, Cultura e Cidadania. A partir de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, pretende-se identificar elementos que legitimam a praça como lugar de memória para Ponta Grossa. O estudo compreende especialmente as três décadas iniciais do século XX, período em que a cidade se encontra diante de um acelerado processo de urbanização.

As fontes utilizadas fazem parte dos acervos da casa da Memória Paraná e do Museu

Campos Gerais e constituem-se em fotografias, jornais, códigos de posturas municipais dos anos de 1891 e 1914 e álbuns comemorativos do Estado do Paraná dos anos de 1923 e 1927.

Em um primeiro momento, busca-se trazer uma discussão envolvendo o espaço urbano, a memória e a necessidade da instituição de lugares de memória. Em um segundo momento, concentra-se a análise de alguns aspectos que contribuem para a compreensão da Praça Marechal Floriano Peixoto como espaço urbano e lugar de socialização para a sociedade ponta-grossense do início do século XX, identificando elementos que fazem deste espaço um lugar de memória para a cidade.

Espaço urbano e memória

O meio urbano é um meio construído pela ação humana, opondo-se ao rural, que prevê o uso do espaço natural, utilizando-se de recursos provenientes da natureza. Observa-se que “[...] o meio urbano é cada vez mais um meio artificial, fabricado com restos da natureza primitiva crescentemente encobertos pelas obras dos homens” (SANTOS, 1988, p.16).

“A cidade, enquanto construção humana, é um produto histórico-social e nesta dimensão aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo do processo histórico de uma série de gerações” (CARLOS, 2007, p.11). Olhando para a cidade é possível observar diversas camadas sobrepostas que nos permitem fazer uma leitura de seus processos históricos que se acumulam nas construções em tempos diversos. Lugar das trocas sociais, é na cidade que “[...] as relações sociais se realizam, concretamente, na qualidade de relações espaciais – constituindo-se enquanto atividade prática” (CARLOS, 2007, p.11).

Diante desta relação entre o espaço e o tempo vivenciado na cidade, grupos de indivíduos deixam marcas que se configuram enquanto memórias coletivas e heranças culturais que perduram e são ressignificadas pelas gerações presentes. Conforme observa Jeudy (1990, p. 17) “a memória da cidade é por um lado monumental, articulada em torno de marcos usuais (a catedral, a hospedaria da cidade), por outro cotidiana, vivida nos percursos das ruas e praças”. Assim, o cidadão que caminha pela cidade pode fazer a leitura destes espaços, evocando memórias que se correlacionam com o espaço vivido. “O que conta então é a preservação de monumentos ameaçados por um abandono relativo” (JEUDY, 1990, p.17).

Tem-se então que “o espaço urbano é um reflexo tanto de ações que se realizam no presente, como também daquelas que se realizam no passado e que deixam suas marcas impressas nas formas espaciais do presente” (CORRÊA, 1989, p.08).

Diversos estudos apontam para a questão da memória relacionada ao lugar. Halbwachs (1990) vai nos dizer que a memória está ancorada aos lugares. Desta forma é possível que grupos ou

indivíduos possam evocar suas memórias a partir do contato com os lugares. Mas a compreensão dos lugares de memória é uma perspectiva de Pierre Nora (1993) diante da aceleração do tempo, característica da modernidade. Assim,

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular de nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória (NORA, 1993, p.07).

Enquanto Halbwachs aponta em seus estudos para uma memória transmitida, formulada e reformulada através de um processo dialético, em que memórias individuais e memórias coletivas convivem em um movimento de trocas frequentes, movimento que as mantém vivas; Pierre Nora (1993) anuncia o fim das sociedades-memórias, dos processos de transmissão da memória por grupos e instituições que tinham a responsabilidade de manter essas memórias vivas por meio não só da transmissão, mas da vivência destas memórias.

Com o fim das sociedades-memórias, Nora aponta para outra forma de manutenção da memória, que vai se gestando nas sociedades modernas: os lugares de memória. Quando não existe mais essa memória vivida surge então a necessidade de se consagrar lugares. A memória coletiva, não mais transmitida pela tradição, passa a se desenvolver no quadro espacial, nos lugares de memória.

Halbwachs (1990, p.143) constata que o espaço é uma realidade que dura e nesta perspectiva observa que “[...] nossas impressões se sucedem, uma a outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca”. O espaço que vivenciamos é o que vai contribuir que as lembranças reapareçam.

Nora vai nos chamar a atenção para o fato de que os lugares de memória são, antes de tudo, restos. Se vivêssemos de forma verdadeira nossas lembranças, tais locais seriam inúteis. “Menos a memória é vivida do interior, mais ela tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas” (NORA, 1993, p.14).

A praça é um elemento característico do espaço urbano. “Em relação à morfologia da cidade, as praças diferenciam-se de outros espaços por representarem vazios na malha urbana, os quais proporcionam uma ruptura na paisagem conformada pelas edificações”. (CALDEIRA, 2007, p.13). Enquanto espaço urbano e urbanizado a praça também se configura como produto histórico-social, podendo se tornar um espaço simbólico para as gerações presentes, visto que sua história entrelaça-se diretamente à história do grupo em que ela está inserida.

A Praça Marechal Floriano Peixoto como lugar de memória para a cidade de Ponta Grossa-PR

A Praça Marechal Floriano Peixoto situa-se no centro histórico da cidade de Ponta Grossa, no Estado do Paraná. Local representativo para a história e a cultura da cidade, sendo a primeira praça instituída e urbanizada, enquanto espaço urbano, configura-se como território de disputa de poder e hegemonia entre grupos, que buscam se apropriar ora de seu espaço físico, ora de seu espaço simbólico, como irá se tratar a seguir.

O desenvolvimento urbano de Ponta Grossa configura-se a partir da escolha do local mais alto do território para a construção da Igreja Matriz. A partir dos entornos deste espaço, pode-se perceber que se estabeleceram as funções administrativas da cidade (prefeitura, fórum, cadeia) bem como atividades religiosas e comerciais representados pela Catedral, hotéis e comércio. O Largo da Matriz era o espaço de socialização por excelência para todos esses grupos. O local, conforme observa Chaves (2001b, p.12), “[...] era o preferido pela elite local, sobretudo pelas famílias tradicionais que controlavam o poder político e a economia regional”.

Com o crescimento da cidade, o Largo da Matriz vai se reafirmando enquanto espaço de convívio social e no início do século XX. Diante do processo de urbanização das cidades mais representativas do Paraná, este foi um dos primeiros locais a passar por transformações em sua paisagem, resultantes deste processo.

A urbanização de Ponta Grossa contextualiza-se em meio à valorização dos ideais republicanos de construção da nação pelo lema de ordem e progresso. O governo recém-instalado no país busca se legitimar através da urbanização das cidades e da construção de personagens enquanto “heróis” que passam a ser homenageados com a nomeação de ruas e praças. Dentro deste contexto, o Largo da Matriz passa a ser chamado de largo Floriano Peixoto e depois Praça Marechal Floriano Peixoto, nome do segundo presidente da república do Brasil, Floriano Peixoto: “a consciência da falta de apoio levou os Republicanos a tentarem legitimar o regime por meio da manipulação de símbolos patrióticos e da criação de uma galeria de heróis Republicanos”, conforme observa José Murilo de Carvalho (2002, p.82).

A cidade de Ponta Grossa no início do século XX se encontra em um acelerado processo de urbanização, com transformações generalizadas como a modernização e o embelezamento de seus espaços. Fatores como a criação de espaços culturais, o fortalecimento da indústria e do comércio, a chegada da ferrovia, o estabelecimento da imprensa periódica, são essenciais para se compreender este processo.

Nesta mesma época a Igreja Matriz de Sant’Ana passa por reformas estilísticas que a transformam em um ícone do progresso da cidade, em conjunto com a Praça Marechal Floriano Peixoto. “A primeira igreja construída ampliou-se na década de 1860, visando atender ao

crescimento da população. Mas foi no início da primeira década do século XX, que se iniciaram os trabalhos de estilização pelo arquiteto italiano Nicolau Ferigotti" (CORDOVA, 2012).



*Figura 1 - Aspectos da Praça Marechal Floriano Peixoto e do processo de urbanização das décadas iniciais do século XX
Acervo Casa da Memória Paraná*

No período das três décadas iniciais do século XX, Ponta Grossa já contava com diversas atividades culturais: “os clubes sociais ofertavam bailes e festas, alguns com atividades semanais, a prática esportiva também se configurava enquanto opção de lazer em esportes como tênis, basquete, boxe, handebol e futebol” (CHAVES, 2001). Dentre as opções de lazer e cultura, a praça também ocupava lugar de destaque: “[...] era nas praças que se realizavam comemorações cívicas e celebrações religiosas. Outro costume típico era concentrar-se diante das retretas que ocorriam na Praça da Matriz ao entardecer de domingo” (CHAVES, 2001a, p.68).

A Praça Marechal Floriano também servia como espaço de recepção para as autoridades que chegavam à Ponta Grossa, por concentrar em seu entorno uma estrutura capaz de acolher as autoridades que chegavam à cidade, composta por hotéis e casas comerciais. Por se constituir como espaço importante para a sociedade ponta-grossense do início do século XX, a praça constantemente aparece no noticiário local, o jornal periódico *Diário dos Campos*⁴, ora registrando seu progresso e desenvolvimento, ora cobrando melhorias por parte da administração pública e conservação por parte da população.

Atualmente a Praça Marechal Floriano abriga monumentos de diferentes períodos: Obelisco dos Fundadores (construído na década de 1930); Monumento do Sesquicentenário (construído no ano 1973 em comemoração aos 150 anos da elevação de Ponta Grossa a Freguesia); junto ao monumento do sesquicentenário está enterrada uma espécie de cápsula do tempo, uma urna de aço inox, que contém jornais, moedas, documentos, lista com o nome das autoridades civis,

4

Em Ponta Grossa a imprensa periódica se estabelece em meio ao contexto de modernização da cidade, no ano de 1907, com o jornal *O Progresso*, que mais tarde, em 1913 passa a ser chamado de *Diário dos Campos*.

militares e eclesiásticas de 1973⁵; Monumento à Bíblia⁶ (inaugurado em 1969). Além destes monumentos, a Praça Marechal Floriano Peixoto ainda abriga dois monumentos comemorativos em homenagem ao Lions Clube, organização internacional de clubes de serviço do mundo, voltada para serviços humanitários com representantes em Ponta Grossa (PONTA GROSSA, 2016).



*Figura 2 - Praça Marechal Floriano Peixoto nos dias atuais
Autor: Rodrigo Covolan; Fonte: Jornal Diário dos Campos - 2013*

Pode-se compreender a partir do conceito de Pierre Nora, que a Praça Marechal Floriano Peixoto acaba por corresponder a um lugar de memória, guardando em seu espaço urbano uma memória institucionalizada. A memória dos fundadores da cidade que está representada pelo Obelisco dos Fundadores desde o ano de 1930. Em 1973, foi removido para a lateral da praça, dando lugar ao monumento do sesquicentenário que foi construído na parte central da praça em homenagem aos 150 anos de elevação de Ponta Grossa à categoria de Freguesia. Este monumento forma o número 150. O mural que tem formato de número 5 contém desenhos que contam a história de Ponta Grossa (PONTA GROSSA, 2016).

Nora vai nos falar então que os lugares de memória são esses espaços que contém uma memória que não mais habitamos, onde palpita o simbólico gerando então um “[...] apego visceral que nos mantém ainda devedores daquilo que nos engendrou, mas distanciamento histórico que nos obriga a considerar com um olhar frio a herança e a inventariá-la” (NORA, 1993, p.14).

Local de disputas e de hegemonia política, tanto pelas diferenciadas apropriações físicas, como simbólicas, este espaço urbano demarca o estabelecimento de uma memória institucionalizada, conferindo, portanto, à Praça Marechal Floriano Peixoto um espaço de lugar de memória.

5

Esta urna deverá ser aberta em 2023, quando a cidade completará dois séculos.

6

Segundo o site da Prefeitura de Ponta Grossa este teria sido o primeiro monumento construído em homenagem à Bíblia no mundo.

Considerações finais

O espaço urbano decorre da ação do homem sobre um espaço geográfico em um determinado período de tempo. Assim, os elementos que compõem a cidade se estabelecem enquanto produto histórico-social, permitindo que ao longo do tempo alguns desses espaços sejam preservados e se tornem referências importantes para a memória social. A Praça Marechal Floriano Peixoto é resultado da primeira fase do processo de urbanização da cidade de Ponta Grossa, sendo um dos primeiros locais a receber características como calçamento, arborização, paisagismo tornando-se o principal espaço de socialização para a sociedade pontagrossense nas primeiras décadas do século XX.

Pode-se considerar que, mesmo diante de transformações, da modernização dos espaços, das construções e demolições identificadas na paisagem da praça e com as diferentes funcionalidades adquiridas em cada período da história da cidade, o referido espaço foi se estabelecendo como um lugar de referência da memória oficial da cidade. Dentro da perspectiva de lugares de memória, proposto por Pierre Nora, que segundo o autor são instituídos dentro de um contexto de aceleração da história, dos fenômenos de globalização, massificação e mediatização que resultam numa ruptura dos processos de memória que asseguravam práticas sociais espontâneas nas relações entre passado e futuro, compreende-se a Praça Marechal Floriano Peixoto como lugar de memória para a cidade de Ponta Grossa.

Ao longo de suas transformações urbanas, seu espaço físico foi modificado de acordo com decisões do poder público municipal, responsável pela administração do local, passando pelo movimento da construção/demolição e preservação. Construções como o coreto, a pérgola, e a catedral estilizada na primeira década do século XX, são alguns dos elementos que constituíam a paisagem da Praça Marechal Floriano Peixoto em suas primeiras fases de urbanização e que já não estão mais presentes neste local. Por outro lado, monumentos que representam grupos diversos foram construídos no espaço da praça, demonstrando que este espaço se configura enquanto lugar de disputa hegemônica de grupos que ali quiseram preservar suas memórias.

Referências

CÓDIGO DE POSTURAS MUNICIPAIS. **Ponta Grossa**, Paraná, 1914. Acervo Casa da Memória Paraná, Ponta Grossa, Paraná: 1914.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano**: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: Labur Edições, 2007, 123p.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: O longo Caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CHAVES, Niltonci Batista. A “cidade civilizada”: cultura, lazer e sociabilidade em Ponta Grossa no início do século XX. In: DITZEL, Carmencita Hollemben Mello; SAHR, Cicilian Luiza Löwen (org.). **Espaço e cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001a. P. 65-76.

CHAVES, Niltonci Batista. **A cidade civilizada**: discurso e representações sociais no jornal Diário dos Campos na década de 1930. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001b.

CORDOVA, Maria Julieta Weber. Demolição da Igreja Matriz de Sant’ana: o antigo e o moderno no imaginário social ponta-grossense. In.: **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.2, n.6, Jan / Jun. 2012 – ISSN- 2177-4129, p.90-110.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vertice, 1990.

JEUDY, Henri Pierre. **Memórias do Social**. Forense Universitária, 1990.

JORNAL O PROGRESSO. Ponta Grossa, 1 de julho de 1909, p.01. Acervo Casa da Memória Paraná, Ponta Grossa, Paraná:1909.

NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. In: **Projeto História: Revista do Programa de Estudos em Pós- Graduação em História** do Departamento de História da PUC – SP. São Paulo, SP: dezembro, 1993.

PARANÁ. **Edifício situado à Praça Marechal Floriano**. Secretaria de Estado da Cultura Coordenação do patrimônio cultural. <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php>> Acesso em 15 de julho de 2016.

PARANÁ. Álbum Comemorativo do Estado do Paraná, 1927. Acervo Casa da Memória Paraná, Ponta Grossa, Paraná: 1927.

PONTA GROSSA. **Praça Marechal Floriano Peixoto**. Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. <<http://pontagrossa.pr.gov.br/praca-marechal-floriano-peixoto>>. Acesso em 15 de julho de 2016.

ESTÁGIO VOLUNTÁRIO NO ARQUIVO HISTÓRICO E CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA - CEDOC/G

Prof.^a Dr.^a Terezinha Saldanha (Coordenadora do Programa de Extensão) (UNICENTRO, Cultura, Etnias e Identificações)

Resumo: O Programa de Extensão no formato de Estágio Voluntário, desenvolvido no Arquivo Histórico e CEDOC/G, objetiva instrumentalizar acadêmicos, alunos do ensino médio e comunidade nas técnicas de conservação documental, digitalização, restauro, catalogação e acondicionamento de documentos de valor histórico. As atividades tiveram início como Projeto de Extensão em 2008 que devido à procura e para ajudar nas atividades do dia a dia do Arquivo/CEDOC/C tornou-se Programa Permanente. A partir de 2013/2014 recebemos bolsistas Cotas Sociais CNPq e 2014 a 2016 com bolsistas CNPq e Fundação Araucária de Iniciação Científica Junior. Nos dois anos que tivemos bolsistas Cotas Sociais (2013 a 2014 – dois bolsistas e 2014 a 2015 - um), após várias discussões, estudos e consultas junto aos arquivos: Público do Estado do Paraná, Arquivo Nacional e com base nas normas da NOBRADE desenvolvemos a nossa própria ficha catalográfica para o fundo documental da Câmara Municipal de Vereadores. Separamos cronologicamente os documentos de 1831 e elaboramos o catálogo nº 01 de 1831 a 1861, com 276 páginas com 546 documentos catalogados, digitalizados, restaurados e disponibilizados para pesquisa. Com o encerramento das bolsas dos acadêmicos, os trabalhos continuaram com os bolsistas júnior. A meta foi à catalogação de todas as correspondências do Período Imperial. Encerramos essa fase com oito volumes perfazendo um total de 4.195 correspondências.

Palavras-chave: Conservação Documental; Estágio; Fontes de Pesquisa.

Introdução

As definições antigas de arquivo eram entendidas como depósito de papéis de qualquer espécie que se relacionavam com instituições ou indivíduos, cuja utilidade era para garantir ou reivindicar direitos. Quando não atendessem mais esse interesse eram repassados para museus e bibliotecas (PAES, 2004).

Para o historiador norte americano Schellenberg, que dedicou sua vida acadêmica ao estudo de arquivos, esse remete a origem dos arquivos como instituição na antiga civilização grega e que até o terceiro século da era cristã os documentos eram guardados em forma de rolos de papiro. Para o mesmo autor, que buscou as origens dos arquivos nacionais e justificativa dos governantes para sua criação, esse informa que o primeiro arquivo nacional teve origem na França em 1790, seguido da Inglaterra em 1838 e nos Estados Unidos em 1934 (SCHELLENBERG, 2006).

Já no Brasil, a Constituição de 1824 estabeleceu que a Secretária de Estado dos Negócios do Império tinha a finalidade de guardar os documentos públicos. O Arquivo Público do Império, que foi regulamentado em 1838, passou a denominar-se Arquivo Público Nacional em 1893. (Disponível em <http://www.arquivonacional.gov.br/Acesso em 14/09/2016>).

Schellenberg entende que os arquivistas modernos precisam dar uma nova definição para a massa documental produzida pelas instituições públicas e privadas que se destinam a preservação. Para definir arquivo primeiro o autor dá uma definição de documentos que são:

Todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou outras espécies de documentárias, independente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por

seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informático dos dados neles contidos (SCHELLENBERG, 2006, p. 41).

Após definir documentos com base na Lei de Distinção de Documentos de 1943, com algumas modificações, lembra que entidades são todas as organizações e passa a definição de arquivos:

Os documentos de qualquer instituição pública ou privada que hajam sido considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa e que hajam sido depositados ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente (SCHELLENBERG, 2006, p. 41).

A documentação, objeto desse estudo, que deu origem ao Arquivo Histórico e depois CEDOC/G, foi cedida a FAFIG em 1978 para o Departamento de História. Este fundo⁷ documental é composto de correspondências da Câmara Municipal de Guarapuava desde 1831 até 1970.

A Câmara de Vereadores de Guarapuava foi instalada em abril de 1853, enquanto entidade pública, que administrava o termo, a freguesia, a vila, e depois a cidade, inúmeros documentos foram produzidos e recebidos de diversas localidades, visto que Palmas, Catanduvas, Laranjeiras do Sul, Campo Mourão, Pinhão, Pitanga, Chapecó que nesse período pertenciam a Câmara e Comarca de Guarapuava, ou seja, cível e juridicamente os documentos estão, hoje, no mesmo acervo⁸.

Para dar conta das atividades diárias do Arquivo/CEDOC/G, devido ao grande volume de documentos e para que os acadêmicos também tivessem acesso às técnicas de conservação de documentos que perderam o valor jurídico/administrativo, para serem usados por outros e que não aqueles que os criaram, foram apresentados projetos e depois programas de extensão desenvolvidos em 80 horas de atividade dentro do Arquivo/CEDOC/G, porém algumas atividades como: origem da fotografia e conservação dessas como fontes de pesquisa é possível levar para outros locais, sala de aula, outra cidade, outros arquivos, atividades estas que são aplicadas pelos próprios estagiários que repassam as técnicas de conservação e metodologia de pesquisa com fontes iconográficas.

Com bolsistas Cotas Sociais, após todo o aprendizado do dia a dia das atividades do Arquivo, depois de vários questionamentos, discussões e pesquisas em outros arquivos chegou-se a criação de uma ficha catalográfica para as correspondências da Câmara, documentação que já tinha sido iniciada a catalogação, mas estas ficavam dentro das caixas arquivo, sendo muito difícil repassar ao pesquisador sem ter que abrir todas as 112 caixas.

Depois de concluído os itens para a ficha catalográfica iniciou-se a separação das

7

PAES, M.L. Define fundo como: “A principal unidade de arranjo estrutural nos arquivos permanente, constituída dos documentos provenientes de uma mesma fonte geradora de arquivos”. (p. 26).

8

Idem. Acervo é “O conjunto dos documentos de um arquivo”. (p. 23).

correspondências em ordem cronológica pela data de produção, o que levou também a vários questionamentos, porque determinados meses não existem cartas? Porque houve contagem de gado bovino? Porque em determinados períodos foram construídas e preservadas as pontes e estradas? As respostas foram respondidas com a cronologia, período e enchentes na região, morte do responsável pelo correio e Guerra do Paraguai.

Até 2013, sabia-se que as correspondências datavam de 1853, ano da instalação da Câmara de Vereadores em Guarapuava, com a organização cronológica foram encontrados documentos datados desde 1831, que estavam em outras caixas arquivo.

Com os bolsistas de Cotas Sociais acondicionaram-se todos os documentos em jaquetas de papel ph neutro, datada e numerada, algumas correspondências foram restauradas com papel japonês, cola metil celulose e todas digitalizadas. Este trabalho foi desenvolvido até 1865, devido o encerramento das bolsas. As atividades tiveram continuidade com os seis bolsistas, por ano, de Iniciação Científica Junior, que conforme proposta catalogaram, digitalizaram e restauraram os documentos até 1889, perfazendo um total de 4.195 documentos, divididos em oito volumes de aproximadamente 300 páginas cada um que estarão disponíveis na página da UNICENTRO para pesquisa em qualquer lugar do território nacional ou internacional.

Ficha Catalográfica

00003	6
	1854 <i>Ofício sobre morte da Rainha de Portugal</i>
2	
Cod Referência	BR CEDOC/G-PR PMG CR-01
Autor/Cargo	Zacarias de Góes Vasconcellos, Presidente da Província do Paraná.
Destinatário/Cargo	Presidente e vereadores da Câmara Municipal de Guarapuava.
3	
Assunto	Ofício ao Presidente e Vereadores da Câmara Municipal de Guarapuava, referente ao falecimento da Rainha de Portugal e declaração de luto do Imperador e sua Corte.
Local	Curitiba.
Dia/Mês	23 de Janeiro.
Notação	Caixa 01, Pasta 01, Documento 002.
6	
Estado de Conservação	Bom, Digitalizado, restaurado.
4	
Dimensão	01 página.
Características Físicas	Manuscrito.
Arquivo Digital	854.01.002-00003
7	
5	
Data-Assunto	
Notas	Posteriormente foi numerado em caneta azul (012).

O modelo da ficha catalográfica para compor os catálogos⁹ foi dividido em tópicos para melhor visualização e apresentação metodológica, cuja explicação resume-se abaixo.

9

PAES. Diz que catálogo é: “Instrumento de pesquisa elaborado segundo um critério temático, cronológico, onomástico ou geográfico, incluindo todos os documentos pertencentes a um ou mais fundos, descritos de forma sumária ou pormenorizada”. (p. 25).

Título – Nesse campo insere-se o título que é elaborado de acordo com assunto do documento e deve ser condizente com o conteúdo e o contexto. Por vezes, as correspondências são específicas, em outras não, de forma que a classificação é posterior e externa.

Código de Referência – É uma exigência que localiza o documento em nível regional, nacional e internacional. Para elaborar esse código, existem regras rígidas, que perpassam a tipificação e acondicionamento dos itens, por exemplo: neste caso, BR CEDOC/G PMG CR-01 – significa: Brasil, Centro de Documentação e Memória de Guarapuava, Prefeitura Municipal de Guarapuava, Correspondências-01, (primeiro acervo recebido na FAFIG).

Autor/Cargo – Destinatário/Cargo, Assunto, Data e Local - São campos que dão ideia do conteúdo e produção do documento, pelo chamado princípio da proveniência, no qual se procura identificar em que tempo, instituições e quais pessoas tiveram acesso. Na falta do nome do autor ou destinatário constará S/A e S/D.

Notação, Estado de Conservação, Dimensão - Um documento escrito pode ser impresso, manuscrito, fotocopiado, digitalizado, enfim, de diferentes tipos. Podem ter muitas páginas ou apenas um pequeno pedaço molhado, sujo de barro, tinta e borrado. Como ele é frágil e o contato com a luz e o oxigênio, levando-se em conta que muitos foram grafados com tinta a base de ferro, que corrói as fibras do papel, este campo destina-se a identificar algumas dessas características e apresentá-las ao pesquisador. **Notação:** Consta o número da caixa da pasta e da jaqueta nos quais estão acondicionados e é possível localizá-lo no arquivo físico, na sala do acervo. **Estado de Conservação:** Bom/Regular/Ruim/Péssimo, Digitalizado, Restaurado. **Dimensão:** São consideradas todas as páginas que estão dentro de cada jaqueta incluindo os anexos e páginas em branco. **Características Físicas:** Nesse item, anota-se a condição do documento impressos ou manuscritos.

Notas e Data-Assunto referem-se a avisos ou pontos que se julgam importantes, mas que não compõem outros campos, como notas, datas registradas posteriormente à produção do documento, rasuras entre outras marcas que interferem no conteúdo, ou agregam o assunto, são descritos nesses campos. Consta anexo ou não.

Documento, Arquivo-Digital - Campo especialmente criado para a gestão do acervo de correspondências da PMG, cuja numeração é referente a: ano.fundo.anual-geral. Ano: 1853, fundo: 01, correspondente à nomenclatura interna dada ao acervo da PMG; anual: correspondências que circularam apenas naquele ano, sendo que a numeração anual zera a cada novo ano catalogado; geral: todos os documentos, permitindo-se ter uma visão ampla do número de documentos desse fundo, depois de finalizada a catalogação. E após disponível na página da UNICENTRO, possibilitará ao pesquisador acessar o catálogo e documento original de qualquer localidade nacional ou internacional.

ORIGEM DOS TITULOS

Ao fazer a leitura individual de cada documento, para criar os títulos de chamada na ficha catalográfica, em princípio, tomou-se com base todos os documentos que se referem ao cotidiano da Câmara. Convencionou-se titulá-los como sendo da administração pública, seguidos de educação, eleições, judiciário, legislação, territórios e fronteiras, jurisdição, indústria e comércio, impostos e finanças, infraestrutura e logística, segurança pública, obras públicas, indígenas, escravos. Porém, no decorrer da catalogação, conforme os documentos foram se avolumando ano após ano, houve a necessidade de se adequar outros títulos de acordo com as necessidades, ou seja, alistamento militar, voluntários da pátria, pesos e medidas, código de postura, saúde pública, requerimento de terreno e edificação e outros temas foram surgindo à medida que a cidade e o país foram se modernizando.

Em **administração pública**, constam todas as correspondências produzidas/recebidas sobre dispensa de vereador na sessão da Câmara, editais, solicitação de envio de erva mate para o Rio de Janeiro, denuncia de falsificação de erva mate, envio de carregamentos de produtos, correspondências enviadas à Câmara, para que esta repassasse a moradores, autorização ou solicitação de pagamento do ordenado dos funcionários da Câmara, suplica de funcionários para receber ou aumento do ordenado para poderem sobreviver, cobrança de trabalhos em obras públicas ou de serviços e materiais disponibilizados a Câmara, a cadeia e a Igreja.

As correspondências tituladas como **educação** fazem referência a professores de primeiras letras, masculino e feminino, várias solicitações de informações da conduta de professores moral e religiosa, construção de duas escolas (percebe-se que uma era para alunos pobres e a outra para os mais abastados).

Todos os documentos que se referem à construção do quartel, construção da Matriz, abertura de estradas, conservação de ruas, conservação do chafariz, construção de pontes, construção do cemitério foram titulados como **obras públicas**.

Aqueles que tratam de prisão, presos, morte, lesões corporais, rapto, fuga de presos, envio de praças para outras localidades, referentes à guarda nacional, envio de armamento, munição, nomeação e exoneração de delegados de polícia levam o título de **segurança pública**.

Ataque e roubo de terras indígenas, pagamento da alimentação para os índios em trânsito, criações de aldeamento, diretor geral dos índios, para facilitar a pesquisa, foram intitulados como **indígenas**, assim como para os que fazem referência a escravos, foragidos, mortos por excesso de castigo, trocados para pagamento de dívida, escravos encontrados mortos, proprietários de escravos que descumpriram a lei e não libertaram seus escravos, solicitação de informação de como os **escravos** da vila estavam vendo as revoltas escravas no nordeste.

Judiciário quando o conteúdo relata licenças de juízes, promotores, posse e juramento de

juizes titulado e promotores, eleição de juizes, de paz, juiz de paz e de órfãos, sessão de júri, pedido de dispensa de júri, pagamento de multa por não comparecimento quando convocado como jurado, denúncia de juiz de paz e de órfãos que administra os bens dos órfãos e os deixa na mendicância, mesmo esses sendo brancos livres e nascidos no Brasil.

Foram titulados como **eleições** todos os regulamentos, requerimento eleitoral, as atas das juntas de qualificação de eleitores, os mapas dos qualificados e desqualificados como eleitores. Pela documentação do ano de 1881, observa-se que foi alterada a legislação eleitoral, pois neste ano, todos os homens moradores residentes na abrangência da Comarca de Guarapuava tiveram que requerer alistamento eleitoral, comprovando serem possuidores de gado, terras, casados, de religião católica e terem sido qualificados como jurados.

Outra mudança de lei que também produziu um volume grande de documentos é o **alistamento militar**. Quando a Guarda Nacional qualificou muitos cidadãos como aptos ao serviço militar e estes tiveram que apresentar documentos provando a idade, ser fazendeiros, marcar uma quantidade de gado anual, ser arrimo de família, casado, ter alguma deficiência comprovada com atestado médico para requererem qualificação para a reserva da Guarda Nacional.

Dezenove de Dezembro e Falla jornais impressos no Rio de Janeiro e enviados às vilas, termos e paróquias, muitas vezes, pedindo a observação das leis neles publicadas. No Falla estão contidos os discursos do Imperador na abertura da Assembleia Nacional.

Quando o Governo Imperial passou a padronizar os **pesos e medidas** em todo o território nacional, seguindo o modelo francês, há pedidos de informações sobre quais eram os pesos e medidas praticadas na vila, seguidos mais tarde com a imposição de adequar os pesos e medidas, há várias solicitações e ordens de retirada dos pesos e balanças que se encontravam na capital, percebe-se certa resistência em adotar a nova lei. Também, para facilitar aos pesquisadores, todos os documentos que fazem referência a lei, medidas praticadas e balança receberam o título de pesos e medidas.

Compondo o acervo, vários recibos de pagamento de ordenado do Procurador da Câmara, do escrivão do judiciário, do fiscal, do porteiro, da compra de terrenos, de multas, de compra e venda de produtos alimentícios (de pessoas da comunidade) de envio de produtos, de remessa de dinheiro para a capital da província, da compra do sino da Câmara, do aluguel da casa que servia para uso do quartel e Câmara, da iluminação e limpeza da cadeia, do serviço de transporte por tropeiros da Tesouraria da Província. Receberam o título somente como **recibo**.

As leis publicadas pelo Imperador eram reproduzidas manuscritas ou impressas e eram repassadas às províncias que reproduziam em cópia e enviadas às suas jurisdições. A Câmara Municipal de Guarapuava ou o poder Judiciário, mais uma vez copiavam essas novas leis e as encaminhavam às vilas, termos e paróquias que pertenciam a Guarapuava. Quanto aos documentos

produzidos pelas Assembleias Nacionais e Assembleias Provinciais, e enviados para conhecimento ou para cumprimento das determinações, muitos dos anexos não se encontram junto ao ofício de encaminhamento é possível que devido ao manuseio ou disponibilizado ao público tal documentação, titulada como **legislação**, perdeu-se ao longo do tempo. Assim como alguns exemplares encaminhados do Falla e do Dezenove de Dezembro que foram fixados na porta da Igreja para conhecimento de todos.

É a partir de 1873 que se encontram o maior número de **requerimentos de terreno** em área urbana ou no rocio da cidade, terrenos para edificação de casa de morada, de prédio, de potreiro. Com essa documentação, é possível perceber a formação da cidade, as ruas da Carioca, da Sacristia, das Chagas, dos Alemães, das Missões, Bela, dos Loures, das Tropas, da Cadeia, que foram alvo de constantes solicitações de terreno.

Considerações finais

Ao longo dos trabalhos de catalogação foi possível perceber que os catálogos, além de facilitar o encontro de fontes de pesquisa, também servem como mais uma fonte aos pesquisadores, tendo em vista que é possível verificar o analfabetismo, pois se tomou o cuidado de anotar também os nomes dos arrogo que assinam os documentos. É possível localizar todos os documentos que se referem a índios, escravos, juízes de órfãos, tropeirismo, minerais, fronteiras localidades a que pertenciam a Comarca judicial ou a Câmara de Vereadores de Guarapuava.

Ao mapear somente os requerimentos de terreno, pelos catálogos, já se pode verificar o aumento populacional ao longo dos anos e da formação da cidade de Guarapuava e de Palmas.

Na documentação de obras públicas se observa a modernização e transformação das ruas, das edificações, dos serviços básicos.

Dentre os vários autores e destinatários de cada ficha catalográfica podem-se rastrear os primeiros moradores, presidentes de província, secretários, vereadores, juízes de direito, de paz, de órfãos, promotores, delegados de polícia, fazendeiros, comerciantes, que hoje são homenageados com nomes de ruas na capital e nas cidades.

Referência

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: Tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra**. Nova História da Guerra do Paraguai. São Paulo: Cia. Das Letras, 2002.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, Angela de Castro. (Org.) **Escrita de si Escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

MAIOR, Armando Souto. **Quebra-Quilos**: lutas sociais no outono do Império. 2. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978.

MALATIAN, Tereza. Narrador, registro e arquivo. IN: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo**: teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004. MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. (Org.) **Coletânea da Documentação Educacional Paranaense no Período de 1854 a 1889**. Campinas SP: Autores Associados, 2000.

SCHELLENBER, T. R. **Arquivos Modernos**: Princípios e Técnicas. 6. ed. Trad. Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

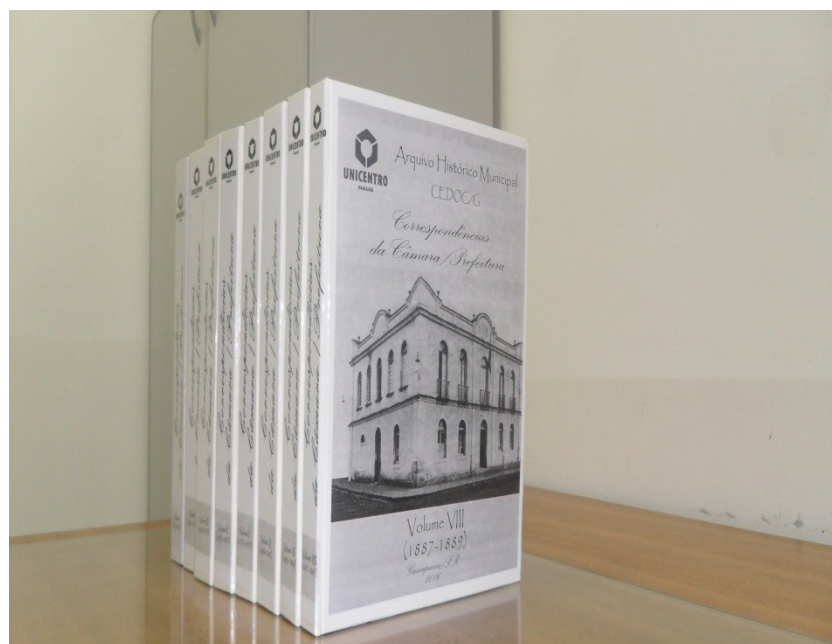


Foto nº 1 – imagem dos oito catálogos produzidos pelos acadêmicos Keli Regeane Burato, Wagner Henrique Neres Fiuza (bolsistas Cotas Sociais CNPq) e alunos Michael Matos Ribeiro, Alberto M. Pilati, Izabelly Constantinov Lemos, Lucas Smuezek Pereira, Samuel Kain Katchorouski e Vanessa Ale de Oliveira (bolsistas CNPq e Fundação Araucária).



Foto nº 2 – Prédio da Câmara de Vereadores – diagramação Michael Matos Ribeiro

HISTÓRIAS EM QUADRINHOS E CLÁSSICOS LITERÁRIOS: ADAPTAÇÃO E MEMÓRIA

Marcia COSTA¹⁰ (Bolsista CAPES)

Níncia Cecília Ribas Borges TEIXEIRA¹¹

Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava-PR

Resumo: As histórias em quadrinhos exercem papel importante na representação de elementos altamente significativos para o processo de socialização das memórias de um grupo, dos valores sociais e dos elementos culturais. Os quadrinhos estabelecem um espaço próprio entre as demais linguagens e veículos da arte em especial com a literatura. A quadrinização literária é uma prática que compreende a adaptação de obras da literatura para a linguagem dos quadrinhos. O conceito de adaptação, no caso de obras literárias quadrinizadas, compreende a interpretação da obra a partir de um texto primeiro (texto original), que é desenhada seguindo o ponto de vista de seu adaptador fazendo sua releitura conforme o contexto em que se encontra inserida. O presente trabalho tem como objetivo analisar a história em quadrinhos *Dom Casmurra*, baseada no original de Machado de Assis, e perceber de que maneira os adaptadores tentam ser fiéis às obras originais. Será utilizado como suporte teórico Umberto Eco (2007), Júlio Plaza (1987), quanto à questão de transmutação Inter semiótica; e Wolfgang Iser (1996), quanto à Estética da Recepção. No que concerne ao formato das Histórias em Quadrinhos, apoiaremos nossa pesquisa nos autores Will Eisner (2005), Waldomiro Vergueiro e Ramos (2014) e Álvaro de Moya, e Linda Hutcheon ao que se refere a adaptação.

Palavras-Chave: Histórias em Quadrinhos. Literatura Brasileira. Memória.

Adaptando-se ao passado no presente

Por muito tempo, houve uma grande rejeição quanto aos quadrinhos, por a sociedade achar que estes deixavam as crianças desleixadas, porém, segundo Moya (1986, p.7), cientistas mediram a retina das crianças para determinar quais quadros provocavam maior reação e provaram a utilidade da linguagem das historietas para fins de resposta pronta do intelecto infanto-juvenil.

Houve, ainda, a briga entre teóricos sobre o que era ou não literatura. A partir do século XX, com o surgimento dos estudos culturais, abrem-se questionamentos acerca de diversos assuntos que antes não eram aceitos pela academia. Logo, assuntos antes vistos como irretocáveis, como a literatura, por exemplo, passaram a se disseminar em formatos e textos nunca antes permitidos, aliás, tratando de assuntos que também não se permitiu por muito tempo questionar, como lutas de classe, feminismo, práticas culturais como formas materiais e simbólicas. Ligado a tudo isso, surge

¹⁰

Mestrando do Curso de Letras, da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), email: marcia4ever@hotmail.com

¹¹

Professora do Mestrado de Letras, da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), email: ninciaborgesteixeira@yahoo.com.br

uma explosão midiática, em que os meios de comunicação de massa tinham como maior preocupação seu crescimento econômico. Talvez seja este um dos motivos na queda das reproduções quadrinísticas, a partir de 1960 no Brasil, principalmente a quadrinização das obras literárias. Nos anos 2000 essa produção começa a ser reforçada novamente e tem seu grande “bum” a partir de 2009, segundo Vergueiro e Ramos, (2012, p.29). Por isso, é importante ressaltar como o leitor passa a consumir esses novos formatos de leitura de grandes obras literárias brasileiras.

Novos horizontes e expectativas são traçados a partir do que chamamos “Estética da Recepção”, termo criado por Jauss e que Wolfgang Iser descreve tratando da maneira como o leitor recebe o texto:

O modelo da interação entre texto e leitor é fundamental para o conceito de comunicação. Com isso é simultaneamente dito que o leitor recebe o texto na medida em que, conduzido pela articulação da estrutura deste, vem a constituir a função como o seu horizonte de sentido. Para uma abordagem de tipo comunicacional, as estruturas tem o caráter de indicações pelas quais os textos se convertem em objeto imaginário, na consciência de seu receptor. O conceito de comunicação, usado na teoria da literatura, acolhe, portanto, a descrição das estruturas e a determinação da função e, na verdade, deles necessita como o pressuposto necessário para que a transmissão e a recepção se tornem processos descritíveis (ISER apud LIMA, 2002, p. 944).

Quando apresentamos um texto clássico, em um novo formato, antes mesmo de abriremos o novo suporte, no caso, os quadrinhos, fica muito mais fácil adentrar na época histórico-social da obra original, a partir da nova formatação proposta, já que a facilidade da leitura de texto e imagem é muito mais interativa, principalmente quando se trata de uma linguagem mais formal, no caso de *Dom Casmurro* a língua portuguesa do século XIX.

Dom Casmurro é uma obra e ficção, mas tratada de uma maneira tão singular por Machado de Assis, que chega a confundir o leitor com a realidade, fazendo com que se mergulhe numa busca entre o real e o imaginário, isso, segundo Iser (2002), também é parte da construção da estética da recepção e da maneira de interpretar o texto a partir do sentido que o autor dá as estruturas e funções utilizadas. Para Iser (2002), na medida em que o texto se converte em um objeto estético, requer dos receptores a capacidade de produzir o objeto imaginário, que não corresponde as suas disposições habituais.

O autor dita os meios para que o receptor possa construir o objeto imaginário a partir de sua escrita. Em *Dom Casmurro* ao comparar a vida com uma ópera, Machado de Assis, já nos dá indicação de que vários “ensaios” serão encenados. Como descreve Guilhermino (2008):

Dom Casmurro não são apenas memórias, é também a encenação de um julgamento, que o narrador executa entendendo as palavras como indicações, de modo que o romance acaba sendo uma leitura para ser vista. Com isso, chega-se à conclusão que esse narrador é um contra-regra, um didascolo, agindo entre o escritor e o leitor, o que lhe dá poderes para acusar e sentenciar Capitu e Escobar, saindo-se assim, como vítima. A metalinguagem no romance é vista não só pela a referência a teatro elisabetano como também na forma que o autor expõe o feitiço da obra. (GUILHERMINO, 2008, P.53)

A partir deste imaginário literário, da memória coletiva, o trabalho pretende analisar a articulação entre memória individual e memória coletiva e observar se há mudanças nas maneiras de (re)apresentar a obra literária ao transpor a história para um novo suporte, e se os adaptadores conseguem manter-se fiéis à obra original escrita em 1899.

Literatura e Quadrinhos

Quando nos referimos a um clássico literário, devemos reforçar o quanto esta leitura contribui para que o sujeito que lê, desenvolva um conhecimento acerca do mundo que o rodeia. Visto que é necessário retomar o desenvolvimento sociocultural, econômico e político da época, para que se possa entender, ou ao menos, chegar mais próximo do entendimento da obra, seguindo as referências utilizadas por seu autor. Ler e reler um clássico são movimentos que possibilitam a descoberta de novas leituras.

Os clássicos são livros que, quanto mais pensamos conhecer por ouvir dizer, quando são lidos de fato mais se revelam novos, inesperados, inéditos. Naturalmente isso ocorre quando um clássico “funciona” como tal, isto é, estabelece uma relação pessoal com quem o lê. (CALVINO, 1999, p.12)

As três histórias em quadrinhos escolhidas para este trabalho conseguem manter a originalidade do autor, o que é bastante interessante, já que através de uma nova roupagem conta a história se valendo dos termos usados por Machado de Assis, despertando nos novos leitores, e amantes das histórias em quadrinhos, a curiosidade pela obra original, e acendendo nos antigos leitores, a vontade de visitar os “clássicos”. As histórias em quadrinhos têm a seu favor a particularidade de unir literatura e artes plásticas, o que torna sua leitura mais atraente, despertando o interesse para a literatura brasileira, principalmente em crianças e jovens, que atualmente, em sua maioria, preferem os meios digitais aos impressos, quando o assunto se refere às leituras.

Quando falamos em clássicos literários, somos automaticamente remetidos ao passado, e, talvez essa nova releitura, através dos quadrinhos, seja uma maneira de fazer uma viagem no tempo e trazer novamente à tona, grandes obras que merecem ser lidas e relidas por todas as gerações, como reforça Humberto Eco (1970):

As adaptações literárias para os quadrinhos podem ser consideradas não apenas um produto da indústria cultural, mas também um objeto no qual se pode presenciar um diálogo rico entre presente e passado, visto que, ao recriarem as tramas antigas em uma linguagem que se propõe mais atual, os quadrinistas refletem tanto o enredo da obra literária a qual estão adaptando, como também o discurso próprio da linguagem na qual estão veiculando e reinterpretando essa velha história. (ECO apud VERGUEIRO e RAMOS, 2012, p. 88)

Para Hutcheon (2013), as adaptações se adaptam ao contexto cultural, como são adaptadas aos novos modos de vida, fazendo com que haja essa aproximação facilitada entre a obra e o leitor e

nós, claro, também acabamos por nos adaptar a esses novos modelos que surgem:

Acho bastante sugestivo pensar a adaptação narrativa em termos de permanência de uma história, seu processo de mutação ou adequação (através da adaptação) a um dado meio cultural. As histórias não são imutáveis; ao contrário, elas também evoluem por meio da adaptação ao longo dos anos. Em alguns casos, tal como ocorre na adaptação biológica, a adaptação cultural conduz a uma migração para condições mais favoráveis: as histórias viajam para diferentes culturas e mídias. Em resumo, as histórias tanto se adaptam como são adaptadas. (HUTCHEON, 2013, p.58).

Os contadores de histórias

Machado de Assis além de contar histórias, mantinha em suas narrativas as características históricas de sua época, contadas, segundo Guilhermino (2008), em tom de sarcasmo:

O que mais diferencia Machado de Assis dos escritores brasileiros é que, ao invés de narrar os fatos da sociedade de seu tempo com o uso de procedimentos neutros, capta a essência das mazelas burguesas e as expõe com requintado sarcasmo. Para assegurar densidade ao foco narrativo, o autor utiliza a matéria local, fazendo uma análise universalista das condições e tipos humanos. As ideias liberais dos países europeus acabaram desvirtuadas quando deslocadas para países como o Brasil que, por viver em regime imperial, mantinha valores fundiários e escravistas, reforçando a existência de uma classe intermediária entre o latifundiário e o escravo: o homem livre, que passava a viver como agregado da burguesia e a utilizar o favor como meio para a aquisição de qualquer projeção social, ainda que esta não o levasse a ascender ao topo da escalada social e não o tornasse definitivamente um burguês. (GUILHERMINO 2008, p.21)

Machado narra a obra em primeira pessoa e deixa a interpretação final para o leitor.

Durante toda a narrativa do romance, a metalinguagem tem um papel fundamental, dando um tom, muitas vezes jocoso, ou criando cumplicidade com o leitor, que ao invés de apenas ler passivamente, participa do próprio ato de narrar, ao servir de confidente do escritor, transcendendo o próprio texto. (SENDAY, 2011. Disponível em:< <http://bia-senday.blogspot.com.br/2011/01/tese-psicologia-na-literatura-em-dom.html>>. Acesso: 07/04/2016).

Mesmo sendo escrita em uma época carregada de costumes, é possível trazê-la para o momento atual sem que a história sofra grandes mudanças. Alguns questionamentos são feitos, por fatores históricos, mas nada que o leitor não consiga decodificar de imediato.

Dom Casmurro assinala o momento em que o escritor e o romancista se consorciavam equilibradamente, graças à harmonia entre o estilo e a imaginação. Se antes deste romance o escritor tendia a prevalecer, e se, depois dela, o memorialista entraria a preencher o vácuo da fantasia criadora, – em Dom Casmurro se observa a íntima fusão das duas vertentes machadianas. De onde ser a obra-prima de romances, e das mais altas expressões da ficção brasileira de todos os tempos. (SENDAY, 2011. Disponível em:< <http://bia-senday.blogspot.com.br/2011/01/tese-psicologia-na-literatura-em-dom.html>>. Acesso: 07/04/2016).

Ao compararmos a obra literária de Machado de Assis, *Dom Casmurro* escrita em 1899, com três modernas adaptações da obra para as histórias em Quadrinhos, percebemos o quanto a força do texto machadiano se mantém mesmo passado tantos anos da escrita original. Como afirma

Calvino, (1999, p.15): “É clássico aquilo que persiste como rumor mesmo onde predomina a atualidade mais incompatível”.

A intertextualidade entre as duas obras, faz com que o leitor atual busque informações históricas (em sua memória e ou através de estudos), para interpretar e interagir com a obra machadiana. Na concepção da intertextualidade o sentido é produto da troca entre leitor e texto. O receptor/leitor, a partir de suas experiências, irá construir sentido, influenciado pelo conhecimento que já detém sobre o mundo. Ou seja, a noção de intertextualidade desenvolvida por Kristeva - com base em reflexões de Mikail Bakhtin (1970) – *La poétique de Dostoievski* - sobre o dialogismo – coloca em evidência a constante influência que um produto da expressão cultural exerce sobre outro. Todas as formas de expressão carregam consigo marcas de seu contexto histórico e da recuperação de significados que lhe são anteriores. E esses significados são colocados em movimento na recuperação da memória e da história que o sujeito receptor realiza ao inferir sentidos. Entra, portanto, em cena o papel da história como espaço não centralizado onde circulam e significam as textualidades da mídia – história em quadrinhos - e as textualidades da literatura.

Eco defende pensar adaptação com mudança de suporte consistindo numa forma de interpretação, mas não necessariamente numa tradução. Pois, —as variações são múltiplas, mas se deveria falar sempre de adaptação ou transmutação, justamente para distinguir essas interpretações da tradução propriamente dita. (2007, p.382).

Plaza também acredita que deve haver essa diferenciação, já que o material utilizado para contar uma mesma história, é outro, e logo, deve haver sim uma alteração das estruturas, novos sentidos e claro que vai se distanciar do original, visto que utiliza de recursos antes não explorados ou até inexistentes no momento da escrita original.

Numa tradução intersemiótica, os signos empregados têm tendência a formar novos objetos imediatos, novos sentidos e novas estruturas que, pela sua própria característica diferencial, tendem a se desvincular do original. A eleição de um sistema de signos, portanto induz a linguagem a tomar caminhos e encaminhamentos inerentes à sua estrutura (PLAZA, 1987, p. 30).

Porém o que se nota na adaptação de *Dom Casmurro* é uma preocupação em manter-se o mais próximo possível da ideia original. Mesmo quando o texto sofre alterações, como no caso do roteiro escrito por Ivan Jaf, em 2012, “ele preferiu transferir grande parte das metáforas criadas por Machado de Assis para as imagens – ao invés de inseri-las nas legendas; ao mesmo tempo, procurou criar cenas inusitadas e fantásticas, nas quais Bento menino interage com Casmurro, mais velho”. (Trecho do *Making off*, da adaptação de Rodrigo Rosa e Ivan Jaf, 2012, pg.84).

No site “Quadrinhofilia”, há uma descrição de como o segundo livro adaptado para quadrinhos, também mantém a fidelidade com a obra original:

Adaptação do romance clássico de Machado de Assis. O roteirista Wellington Srbeek preserva o texto machadiano, reunindo os 148 capítulos curtos que integram a obra original em 20 partes. O realismo da obra é também transposto nos traços de José Aguiar, que trazem dois estilos para diferenciar a narração feita por Casmurro dos fatos que ele narra. (QUADRINHOFILIA, 2013. Disponível em: <<http://quadrinhofilia.com.br/projetos/dom-casmurro/>>. Acesso: 07/04/2016).

A adaptação mais completa foi a de Felipe Grecco e Mario Cau. Seis anos trabalhando sem número de páginas determinado, o que normalmente acontece na maioria das adaptações e tentando manter tanto na escrita, quanto nos traços, as marcas machadianas. Em entrevista para Paulo Floro, da Revista “O Grito”, em 2013, os adaptadores da obra relatam como foi essa experiência:

Esse trabalho serviu para que eu revisitasse certas resistências em relação ao autor. Arte, para mim, é encontro. Você não pode forçar ninguém a gostar de algo, seja o que for (pintura, cinema, música etc.). Ao forçar a leitura de certas obras, por exemplo, “o tiro sai pela culatra”: em vez de novos leitores, você acaba criando inimigos dos livros. [...] Espero que nossa adaptação de *Dom Casmurro* também funcione como um bom convite para que leitores de quadrinhos sintam vontade de ler o texto original. (GRECCO apud FLORO, Revista “O Grito”, 2013).

O quadrinista se rende aos encantos machadianos e descreve o que tentou transpor para o papel, de forma a contar da mesma maneira que Machado de Assis a história de Bento e Capitu:

[...] Machado foi um gênio. O jeito de escrever, sobre coisas comuns, mas temperadas com tantas outras sacadas narrativas, à frente do seu tempo... Especificamente sobre *Dom Casmurro*, ainda me fascina que ele nunca tenha dado uma resposta para a questão crucial da obra. E melhor do que isso, a história é narrada pelo próprio Bento, que é um homem difícil, ciumento, mimado. A opinião dele é distorcida, não é verdade absoluta. E isso tendencia o leitor a acreditar nele. É um autor de camadas, de sutilezas, de subtramas elaboradas, e sabia como usar recursos de texto pra criar experiências únicas. (CAU apud FLORO, Revista “O Grito”, 2013).

Considerações finais

Além de se constituírem como um instrumento que contribui na construção de memória, as adaptações são objetos imagéticos culturais operadores de memória social, e traduzem a visão de mundo de seu tempo. Assim, podemos observar, por meio das histórias em quadrinhos, práticas sociais que vigora em determinado período. As adaptações feitas a partir de *Dom Casmurro*, de acordo com a conceituação de Grigoletto (2005), caracteriza-se como um discurso próprio, novo, mas que não produz uma ruptura e sim um deslocamento, um espaço intervalar, em que as sociabilidades são ressignificados para o leitor e sendo esse discurso duplamente atravessado, tanto pelo discurso da mídia, como pelo discurso cultural.

Assim, os quadrinhos *Dom Casmurro* dentro dos contextos de transformações ocorridas na contemporaneidade em diferentes esferas, encontrou o habitat perfeito para uma maior aceitação, difusão e desenvolvimento. A partir da noção de memória coletiva de Halbwachs, definida como

por reter do passado o que ainda é vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém, sendo que não ultrapassa o limite do grupo, *Dom Casmurro* em quadrinhos demonstra que o acontecimento lembrado reencontre sua vivacidade e que seja reconstituído a partir de dados e noções comuns entre os diferentes membros de uma comunidade. Ocorre, pois, um processo em que há uma ligação direta entre o que está sendo dito e sua referência histórica do passado.

Referências

Academia Brasileira de Letras, 2011. Machado de Assis. Disponível em:<<http://www.machadodeassis.org.br/>>. Acesso: 05.04.2016)

ASSIS, Machado. *Dom Casmurro*. 2.ed – São Paulo: Ciranda Cultural, 2008 – (Literatura Brasileira)

CALVINO, I. (Tradução Nilson Moulin). **Por que lêr os clássicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ECO, Umberto. *Apocalípticos e Integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1970

EISNER, Will. *Quadrinhos e arte seqüencial*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FLORO, Paulo. **Entrevista: Felipe Greco e Mario Cau, autores da HQ Dom Casmurro**. Revista O Grito, 2013. Disponível em:<<http://revistaogrito.ne10.uol.com.br/page/blog/2013/02/18/entrevista-felipe-greco-e-mario-cau-autores-da-hq-dom-casmurro/>>. Acesso: 07/04/2016.

GUILHERMINO, Almir. **DOM CASMURRO: A ENCENAÇÃO DE UM JULGAMENTO** Na adaptação cinematográfica de Moacyr Góes e de Paulo César Saraceni. 1ª Ed. EDUFAL.

GRECO, Felipe. *Dom Casmurro/ Machado de Assis*. [adaptação e roteiro de] Felipe Greco; [ilustrações de] Mario Cau; [prefácio de] Paulo Ramos. São Paulo: Devir, 2012.

GRIGOLETTO, Evandra. **O discurso de divulgação científica: um espaço discursivo intervalar**. Tese. Porto Alegre, UFRGS, 2005. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ppgletras/defesas/2005/EvandraGrigoletto.pdf>>. Acesso em 28 abr. 2014.

HUTCHEON, Linda. **Uma Teoria da Adaptação**. Tradução: André Cechinel – 2. Ed. – Florianópolis : Ed. Da UFSC, 2013.

JAF, Ivan. *Dom Casmurro/Machado de Assis; roteiro Ivan Jaf; arte Rodrigo Rosa*. 1.ed. São Paulo. Ática, 2012.

KRISTEVA, Julia. **Introdução à Semanálise**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

LIMA, Luiz Costa. **Teoria da Literatura e suas fontes**. Vol. 2/ seleção, introdução e revisão técnica, Luiz Costa Lima – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MOYA, Álvaro de. História da História em Quadrinhos. Editora L&pm – São Paulo-SP, 1986.

PLAZA, Júlio. Tradução Intersemiótica. São Paulo: Perspectiva. 1987. (Coleção estudos; 94).

QUADRINHOFILIA. Dom Casmurro, 2013. Disponível em:<
<http://quadrinhofilia.com.br/projetos/dom-casmurro/>: Acesso: 07/04/2016.

SENDAY, Fabiane Mathias Ferreira. Psicologia na Literatura em Dom Casmurro. Traição ou Obsessão: A dúvida que paira no final do Romance. Tese de 2011. Disponível em: <http://bia-senday.blogspot.com.br/2011/01/tese-psicologia-na-literatura-em-dom.html>. Acesso: 07/04/2016.

SRBEK, Wellington. Dom Casmurro/Machado de Assis/ roteiro de Wellington Srbek; Ilustrações de José Aguiar – 1.e.d, 2.reimp – São Paulo: Editora Nemo, 2015. 80p. Il

LEITURA DE IMAGENS EM MOVIMENTO: A CONSTRUÇÃO DE SABERES, A (RE)CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA OBRA CINEMATOGRAFICA TEMPO DE MATAR

Cláudia Maris Tullio (UNICENTRO)
Leticia Jovelino Storto (UENP)

Resumo: O presente trabalho tem como objeto de estudo a análise da obra cinematográfica Tempo de Matar a partir da Teoria das Representações Sociais, proposto por Moscovi, e da construção da identidade, vinculado a Hall. Nesta pesquisa, concebemos o cinema como uma prática discursiva que possibilita apreender modos de percepção e de representação da realidade social. Modos estes que constroem identidades e que constituem sujeitos. O objetivo geral da pesquisa é verificar de que forma os estereótipos sociais, trazidos pelo senso comum ao longo da história, são representados no cinema, haja vista, este auxiliar a constituir ou representar a visão que temos do mundo e dos papéis sociais. Como objetivos específicos, elencamos observar como se dá a construção das identidades na obra e verificar as relações intertextuais e simbologias presentes no filme. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica centrada nos estudos de Moscovi (2003), de Kristeva (1969), Bakhtin (1999), Hall (2000), Koch (2003) e Woodward (2000), e a pesquisa documental do filme mencionado. Cabe ressaltar que nas representações, os estereótipos são tratados como memórias ou combinação de fatos verificados, os quais podem ser considerados como modelos calcados na sociedade, que podem ser matizes de uma deformação social, por exemplo, rotulando todos que exercem a profissão.

Palavras-chave: Representações Sociais; Identidade; Cinema.

O presente trabalho tem como objeto de estudo a análise da obra cinematográfica Tempo de Matar a partir da Teoria das Representações Sociais, proposto por Moscovi, e da construção da identidade, vinculado a Hall.

Nesta pesquisa, concebemos o cinema como uma prática discursiva que possibilita apreender modos de percepção e de representação da realidade social. Modos estes que constroem identidades e que constituem sujeitos. O objetivo geral da pesquisa é verificar de que forma os estereótipos sociais, trazidos pelo senso comum ao longo da história, são representados no cinema, haja vista, este auxiliar a constituir ou representar a visão que temos do mundo e dos papéis sociais. Como objetivos específicos, elencamos observar como se dá a construção das identidades na obra e verificar as relações intertextuais e simbologias presentes no filme.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica centrada nos estudos de Moscovici (2004), de Kristeva (1969), Bakhtin (1999), Hall (2000), Koch (2003) e Woodward (2000), e a pesquisa documental do filme mencionado.

Cabe ressaltar que nas representações, os estereótipos são tratados como memórias ou combinação de fatos verificados, os quais podem ser considerados como modelos calcados na sociedade, que podem ser matizes de uma deformação social, por exemplo, rotulando todos que exercem a profissão.

Tecendo os fios

Num primeiro momento engendraremos os meandros que norteiam as Representações Sociais e o cinema, para posteriormente adentrarmos nas questões pertinentes à construção da identidade.

Para Costa (1989, p.23), “cinema é, simultaneamente, narração e representação e pode ser visto como um dispositivo de representação com seus mecanismos, e sua organização dos espaços e dos papéis”. A linguagem cinematográfica articula, dessa maneira, um tempo-espaço que tem como ponto de referência o real, o que permite criar no público-leitor um sentimento de identificação.

Stam (2003, p. 305) propõe uma abordagem a respeito das representações no cinema, focalizada nas vozes e nos discursos, pois para ele o cinema é “um ato de interlocução contextualizada entre produtores e receptores socialmente localizados”. Destarte, é possível compreender como estereótipos e imaginários sociais se produzem ou manifestam na narrativa fílmica, haja vista o cinema ser produtor de discursos, capaz de não apenas refletir a realidade, mas também instituir visões sobre ela.

Para Pimentel (2011, p.102) a interpretação de uma imagem cinematográfica é:

[...] dizer o sentido que ela tem para o receptor; não é se entregar a generalidades, a impressões primeiras ou mesmo a metáforas, a associações de dados já adquiridos sem que haja algum tipo de correspondência ao que está disponível na imagem. Se isto ocorre, a ponto de descaracterizá-la, temos indícios de certa deformação perceptiva, isto é, o receptor viu apenas aquilo que desejou ver na imagem. Muitas vezes, revela dificuldades de atenção, discernimento e necessidades de o receptor exercitar sua observação para conseguir, adequadamente, recriar e relacionar situações.

Observa-se, portanto, a importância do trabalho com narrativas cinematográficas nas salas de aula a fim de propiciar espaços e condições de aprimoramento do olhar para as condições de produção e para o reconhecimento dos estereótipos, representações sociais e ideologias veiculadas, assim como para a construção das identidades culturais.

As considerações acerca das representações sociais nos estudos culturais encontram-se concentradas nas questões relacionadas à identidade. Hall (2006), por exemplo, defende que todas as identidades se localizam no espaço e no tempo simbólicos e estão profundamente envolvidas, assim como também são formadas e transformadas, no processo de representação. As identidades culturais, por assim dizer, seriam como comunidades imaginadas, capazes de manipular no indivíduo um sentimento de identificação e de pertencimento.

Cabe salientar que o conceito de representação foi concebido por Emile Durkheim (1978). Moscovici (2004) resgata a ideia de representação coletiva presente em Durkheim e a integra no campo de pesquisa da psicologia social, onde desenvolve o conceito de representações sociais, considerando as relações entre o conhecimento do senso comum e o comportamento humano a

partir de uma perspectiva coletiva, mas sem invalidar as complexidades individuais. As representações sociais são as maneiras como a sociedade visualiza o indivíduo, elas nascem em determinado local mais não necessariamente permanecem apenas nele, elas podem migrar e se transformar com o passar do tempo e com a realidade vivida em cada estrutura social.

Segundo Moscovici (apud REIS; BELLINI 2001, p. 150) “as representações conservam a marca da realidade social onde nascem, mas também possuem vida independente, reproduzem-se e se misturam”. A representação é a maneira de classificarmos o que vemos em categorias e nomes. Não seria uma resposta individual emitida em relação a um estímulo social, mas a maneira como os grupos sociais constroem e organizam diferentes significados dos estímulos do meio social e as possibilidades de respostas que podem acompanhar esses estímulos.

Para Jodelet (2001, p. 4-5) “é uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e compartilhado, que tem um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. São, portanto, sistemas de representação que expressam nossa relação com o mundo e com o outro.

Com relação às identidades, podemos destacar que não há uma identidade única e estável, como se acreditava no passado. Assim, existem várias identidades que são fragmentadas e até mesmo contraditórias, como afirma Stuart Hall (2000),

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2000, p. 13).

As identidades não são qualidades inerentes às pessoas, mas construídas por meio das práticas discursivas específicas.

De acordo com Hall (2000), há três diferentes concepções de identidade que se relacionam às visões de sujeito ao longo da história. A primeira é denominada identidade do sujeito do Iluminismo, a qual denota uma visão individualista de sujeito, definido pela centração e unificação, em que prevalece a capacidade de razão e de consciência. Dessa forma, o sujeito permanece como tal durante toda sua vida. A segunda concepção diz respeito à identidade do sujeito sociológico e considera a complexidade do mundo moderno, reconhecendo que o núcleo interior do sujeito é constituído na relação com outras pessoas, cujo papel é de mediação da cultura. Assim, o sujeito é, a um só tempo, individual e social; é parte e é todo.

A terceira concepção de identidade é do sujeito pós-moderno, o qual não tem uma identidade fixa, essencial ou permanente, mas formada e transformada continuamente, sofrendo a influência das formas como é representado ou interpretado nos e pelos diferentes sistemas culturais de que

toma parte. A noção de sujeito assume contornos históricos e não biológicos, e o sujeito adere a identidades diferentes em diversos contextos, são, as quais são via de regra, contraditórias, impulsionando suas ações em inúmeras direções, de modo que suas identificações são continuamente deslocadas. Destarte, é inviável a separação de identidade, sociedade e cultura.

Tecendo os fios de Tempo de Matar

O filme Tempo de Matar, de John Grisham¹², retrata a história de Carl Lee Hailey, um negro que teve a sua filha estuprada aos dez anos de idade por dois homens brancos, bêbados e racistas na cidade de Canton, no Mississippi, no Sul dos Estados Unidos da América. Ao ver a inocência de sua filha ser destruída de forma tão violenta, Lee decide fazer justiça com as próprias mãos e dispara tiros com uma metralhadora na entrada do local onde aconteceria o julgamento, matando, dessa forma, os dois agressores e deixando deficiente um policial que os acompanhavam.

Cabe ressaltar que a condução do processo, fio central da narrativa, indica que a condenação do réu é iminente, haja vista estar sendo julgado por homicídio de brancos, em uma cidade cuja população é majoritariamente branca e racista, e que, além desses ocuparem todos os cargos de poder, a cidade sofre ataques terroristas do Ku Klux Klan -Organização racista branca estadunidense-, sendo também acirrada a tensão entre negros e brancos nos meios de comunicação. Aliás, a cidade literalmente se torna um barril de pólvora em meio a um conflito racial, sem mencionar o envolvimento de ordem religiosa em prol do réu.

Este é representado por um advogado branco, Jake Brigance, o qual no decorrer da trama também sofre perseguições assim como aqueles com quem trabalha. A narrativa é dinâmica, rápida, reproduzindo clichês e lugares-comuns da tópica judiciária. O advogado defensor do pai vingador passa a receber ameaças de setores mais conservadores da cidade, liderados pelo irmão de um dos rapazes que fora assassinado. Grupos de defesa de direitos civis sugerem que o criminoso mude de advogado. Em atitude firme, mantém-se aliado do jovem causídico, que busca conselho com um advogado que bebia, que fora seu professor, e que estava impedido de atuar em juízo, certamente por problemas decorrentes do alcoolismo. As pressões fazem com que a mulher do advogado e sua filha deixem a cidade. Dada a dificuldade em se constituir corpo de jurados imparcial, tenta a defesa desaforar o feito. O juiz chama o defensor do assassino em sua casa, adiantando que indeferirá o pedido, de certa forma deixando entender que não é simpático às teses da defesa.

Tumulto ocorrido em frente ao tribunal caracteriza tensões sociais que o processo suscita.

12

Especialista em narrativas que envolvam o mundo jurídico. É ex-político e advogado aposentado. Escolheu o Direito como área de atuação, tornando-se advogado especializado em defesa criminal e processos por danos físicos. Escrevia nas horas livres e publicou seu primeiro livro, Tempo de Matar, em 1989 e, em 1996, lançou o filme homônimo Tempo de Matar, do qual foi roteirista e produtor.

Um membro da Klan é queimado vivo, atingido por um coquetel molotov. A casa do advogado de defesa é queimada. Os jurados tendem a condenar o réu, que morreria na câmara de gás. Policial ferido testemunha em favor do acusado. Descobre-se que médico que fizera avaliação do mesmo, dizendo-o inimputável, fora condenado por estupro. A condução do processo, fio central da narrativa, indica que a condenação do réu é iminente. Não há mais recursos técnicos, que possam alterar ao desdobramento dos acontecimentos. Apenas um evento Deus ex machina poderia redirecionar os fatos.

O advogado de defesa, que é branco, intui que deve pensar como membro da classe dominante. Neste interim, deve-se destacar o papel fundamental de Carl Lee ao escolher o advogado a despeito da pressão da comunidade negra em mudar para um defensor negro. Vejamos a justificativa do réu.

Carl: — Não posso pegar prisão perpétua, Jake!

— Precisa me livrar. Se você fosse o réu...

Jake: — Não sou eu...

— Nós não somos iguais. O júri precisa se identificar com o réu. Em você, eles veem um operário em mim veem um advogado. Sou da cidade, você é do campo.

Carl: — Você é branco e eu sou negro!

— Não vê, Jake? Você pensa exatamente como eles. Por isso escolhi você. Você é um deles, não percebe? Você acha que não é, porque come comida crioula e aparece na TV falando de brancos e negros, mas a verdade é... que você é igual a todo o resto.

— Ao olhar para mim, você não vê um homem. Vê um homem negro.

— você não me vê como aquele júri me vê. Você é eles. Jogue fora seus argumentos jurídicos. Se você estivesse sentado naquele júri... o que seria preciso para convencer você... a me libertar”.

‘crioulo, negro, preto, afro americano’ Não importa como me veja, você me vê como alguém diferente.

— Ao olhar para mim, você não vê um homem. Vê um homem negro

Carl: — Nos não somos amigos! Moramos de lados diferentes dos tri-lhos. Nunca vi você no meu bairro. Aposto que nem sabe onde moro. Nossas filhas... nunca vão brincar juntas. (GRISHAM, 1996).

Carl: — A América está em guerra. E você está do outro lado. Como um negro pode receber um julgamento justo com o inimigo na tribuna e no júri? [...] — Você, Jake! Você é a solução. Você é minha arma secreta porque é um dos vilões. [...] — Você não me vê como aquele júri me vê. Você é eles. Jogue fora seus argumentos jurídicos. Se você estivesse sentado naquele júri... o que seria preciso para convencer vo-cê...a me libertar? —É assim que vai salvar a minha pele. —É assim que vai nos salvar... a ambos. (GRISHAM, 1996).

Sem mais argumentos jurídicos, restam-lhe recursos retóricos e persuasivos Deve convencer o corpo de jurados, discursando como falaria para convencer a si mesmo. É o ápice do julgamento. Pede que fechem os olhos e narra o estupro da filha do réu, passo a passo, com impressionante riqueza de pormenores. Quando da conclusão de sua fala, pede que imaginem que a menina violentada é branca e em seguida ordena que abram os olhos. A comoção é geral. O recurso de oratória utilizado foi eficiente e o réu foi inocentado. Não havia regras específicas que protegessem o acusado, que foi socorrido por artificial construção argumentativa, determinante de reflexões em torno do compromisso do orador com a verdade.

Quero contar uma história. Vou pedir para que fechem os olhos enquanto eu a conto. Quero que me ouçam e que ouçam a si mesmos. Vamos, fechem os olhos, por favor. [...] É a história de uma garotinha ... que voltava do armazém numa tarde ensolarada. Quero que imaginem a garotinha. De repente, surge uma picape. Dois homens saem e a agarram. Eles a levam para uma clareira... amarraram-na...arrancam-lhe as roupas do corpo...e montam nela...primeiro um, depois o outro...estuprando-a. despedaçando tudo o que há de inocente...com suas arremetidas...numa névoa de hálito ébrio e suor... E, ao acabarem... [...] Conseguem vê-la?
Seu corpo estuprado, espancado, massacrado, molhado de urina e de sêmen deles... e do próprio sangue...abandonado para morrer.
Conseguem vê-la?
Quero que façam uma imagem ... dessa garotinha.
Agora imaginem que ela é branca.
A defesa terminou meritíssimo.
(GRISHAM, 1996).

As Representações Sociais, doravante RS, implicam um significado comum de objetos ou eventos sociais para os membros de uma comunidade. Os significados dependem das normas sociais, dos valores e da história comum da comunidade. Um objeto é imediata e simultaneamente percebido e conceitualizado em termos de sua simbólica e significativa realidade.

Dessa forma, o advogado de defesa ao proferir o discurso final, por meio da retórica, parte da história comum da comunidade para constituir seu ponto central de argumentação.

Consequentemente, consegue ao pedir para os jurados imaginarem que a menina da narrativa contada seja branca constituir uma nova identidade para o próprio réu, ou seja, constitui funções das RS definir e permitir a proteção das especificidades de um grupo social, além de situar os indivíduos e os grupos dentro do campo social permitido, e também guiar os comportamentos e as práticas. A função das Representações Sociais é rotular o que não conhecemos, segundo Moscovici, (apud REIS; BELLINI, 2001, p. 154) "a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não-familiar".

Considerações Finais

A afirmação das identidades sofre consequências causadas pelo conflito, turbulência, desgraça social e econômica entre os grupos. Ao analisar como as identidades são construídas, Hall (2000), aponta que elas são formadas via comparação com outras identidades, ou relacionadas às diferenças.

De acordo com Silva (2000):

As afirmações sobre diferença também dependem de uma cadeia, em geral oculta, de declarações negativas sobre (outras) identidades. Assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis. (SILVA, 2000, p. 75).

Destarte, novamente, o advogado de defesa em sua arguição final além de constituir uma

nova identidade para o réu, conforme mencionado anteriormente, reconstrói a sua própria identidade por meio da diferença. É o olhar do branco sobre um crime cometido por um negro, mas que via palavra “Agora imaginem que ela é branca” (GRISHAM, 1996), se torna o olhar do branco sobre um crime cometido contra uma menina branca. “a palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros” (Bakhtin, 1992, p 113).

“Eu quis provar que um negro podia ser julgado com justiça no sul, que somos todos iguais aos olhos da lei. Que buscamos a verdade. Mas o que é verdade (GRISHAM, 1996).” A verdade é que as Representações Sociais acabam por definir as identidades, preservam e justificam as diferenciações sociais, e o cinema como instrumento de divulgação de ideologias, de estilos de vida, como instrumento de formação, de concepção de mundo, não explica, apenas sugere e propicia a manutenção ou não dessas Representações Sociais.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

COSTA, Antonio. **Compreender o Cinema**. 2. ed. São Paulo: Globo, 1989.

DURKHEIM, Emile. **As Regras do método Sociológico**. SP: Ed. Nacional, 1978.

GRISHAM, John. **Tempo de Matar**. (A Time To Kill). Direção de Joel Schumacher. EUA: 1996. (DVD clmc; NTSC; colorido; inglês; legendado em português; 149 min).

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 8. ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

JODELET, Denise. **As representações sociais**. Rio de Janeiro, UERJ, 2001.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

PIMENTEL, L. S. L. **Educação e cinema: dialogando para a formação de poetas**. São Paulo: Cortez, 2011.

REIS, Sebastiana Lindaura de Arruda; BELLINI, Marta. Representações Sociais: Teoria, procedimentos metodológicos e educação ambiental. **Acta Scientiarum**. Human and Social Sciences Maringá, v. 33, n. 2, p. 149-159, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

STAM, Robert. **Introdução à teoria do cinema**. Trad. Fernando Mascarello. Campinas: Papyrus, 2003.

MODOS DE SIGNIFICAR NO DICIONÁRIO INFANTIL ESCOLAR DE LÍNGUA PORTUGUESA: UM ESTUDO SOBRE A DEFINIÇÃO

Maria Cláudia Teixeira (DELET-UNICENTRO)

Resumo: Considerado como o lugar do saber inquestionável, por apresentar a definição das palavras, o dicionário, tomado aqui como *corpus*, deve ser lido discursivamente, como passível da opacidade, de falhas, pois a relação entre as palavras e o que elas significam não se faz de modo transparente, mas opaco, no qual estão presentes a deriva, o sentido outro e o silêncio. O dicionário funciona como lugar da ‘estabilização’ dos discursos e eles são consultados/retomados o tempo todo e, por essa retomada os discursos dos dicionários são reconstruídos, (re)-significados, rememorados, temporalizados no dizer. A estabilização dos sentidos no dicionário é um efeito do movimento histórico e político e inscreve-se nas divisões do dizer; ele significa, portanto, no confronto entre unidade e diversidade. Desse modo, tomamos o dicionário infantil como discurso, trabalhando na chamada lexicografia discursiva aos moldes de Eni Orlandi e Horta Nunes, portanto, inscritos na Análise de Discurso francesa. O *corpus* deste estudo é composto por dicionários infantis de língua portuguesa, distribuídos nas escolas de ensino público fundamental pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), em 2006 e 2012, neles, buscamos compreender o modo como o enunciado definidor é organizado sintaticamente para significar, no dicionário infantil escolar de língua portuguesa, os verbetes que não podem ser representados como coisas materiais. Metodologicamente, recortamos para análise os verbetes iniciados pela letra “A”, tendo foco naqueles que não podem ser representados como coisas materiais, como os substantivos abstratos.

Palavras-chave: Dicionário Infantil; Definição; Significado; Efeitos de sentido.

Contextualização

A produção de dicionários de língua portuguesa no Brasil, destinados ao público em idade escolar, ou dicionários infantis, segundo Martins (2007, p. 32), “[...] inicia-se no final do século XX (1989) e se acentua a partir de 2003”, quando esta materialidade passa a fazer parte do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), que avalia e distribui obras didáticas para o ensino público de todo o país.

O PNLD, criado em 1985 pelo Ministério de Educação brasileiro, objetiva a seleção, aquisição e distribuição gratuita de livros didáticos para alunos de escolas públicas do ensino fundamental. Desde 2001, os dicionários passaram a fazer parte desse processo, ocasionando um boom no mercado editorial e despertando o interesse de estudiosos e pesquisadores.

De 2001 até a atualidade, muitos editais foram publicados objetivando definir os critérios de escolha das obras e a classificação dessas. Até 2006, por exemplo, os dicionários escolares eram distribuídos a todos os alunos do ensino público, com um exemplar igual para todos, independente do nível de ensino. A partir de 2006, as escolas receberam diferentes tipos de dicionários para atender a públicos específicos, pois o PNLD classificou os dicionários em três categorias: tipo 1 – contém de mil a três mil verbetes; tipo 2 - de três mil e quinhentos a dez mil verbetes e tipo 3 - de dezenove mil a trinta e cinco mil verbetes. Essa mudança atendia aos alunos de ensino fundamental do primeiro segmento, sendo que os alunos de 1ª e 2ª séries recebiam os dicionários de tipo 1; de 3ª série os de tipo 2 e os de 4ª e 5ª séries recebiam os de tipo 3. Quanto à forma de utilização, os dicionários deixaram de ser individuais e passaram a ser de uso coletivo; os exemplares recebidos, portanto, ficavam sob responsabilidade da escola.

No edital do PNLD de 2012, os dicionários escolares passaram por novas adequações e foram classificados em 4 tipos, conforme o público ao qual se destinam: tipo 1 – 1º ano de ensino fundamental; tipo 2 – 2º ao 5º ano de ensino fundamental; tipo 3 – 6º ao 9º ano do ensino fundamental e tipo 4 – 1º ao 3º ano do ensino médio. Os acervos de dicionários foram distribuídos em 2006, 2012 e 2015.

Dos 60 dicionários inscritos no PNLD para distribuição em 2005/2006, apenas 18 foram selecionados; desses, 9 foram destinados ao primeiro segmento do ensino fundamental (1ª a 4ª séries) e 9 ao segundo segmento e ensino médio. Desse total de 9 que procuram contemplar o primeiro segmento, 4 destinam-se aos alunos entrantes (1ª e 2ª séries) (1) Descobrimo novas palavras: dicionário infantil, assinado por Gilio Giacomozzi, Gildete Valério e Geonice Valério; (2) Meu primeiro livro de palavras: um dicionário ilustrado do português de A a Z, de Maria Tereza Camargo Biderman e Carmen Silvia Carvalho; (3) Meu primeiro dicionário Caldas Aulete infantil ilustrado, cujo editor é Paulo Geiger e (4) Aurelino: dicionário infantil ilustrado da língua portuguesa, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira.

No PNLD 2012, foram selecionados 19 dicionários, distribuídos entre os 4 tipos definidos pelo programa. Desses, apenas 3 para o tipo 1: (1) Meu primeiro dicionário Caldas Aulete com a Turma do Cocoricó, organizado por Paulo Geiger; (2) Dicionário Infantil ilustrado Evanildo Bechara, elaborado por Evanildo Bechara e (3) Meu primeiro livro de palavras: um dicionário ilustrado do português de A a Z, de Maria Tereza Camargo Biderman e Carmen Silvia Carvalho.

Para este trabalho selecionamos um exemplar de 2006 e outro de 2012. Assim, constitui-se como *corpus*: Aurelino: dicionário infantil ilustrado da língua portuguesa, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira e Meu primeiro dicionário Caldas Aulete com a Turma do Cocoricó, organizado por Paulo Geiger, nos quais buscamos compreender o modo como o enunciado definidor é organizado sintaticamente para significar, no dicionário infantil escolar de língua portuguesa, os verbetes que não podem ser representados como coisas materiais.

O dicionário como objeto discursivo

Da posição em que nos colocamos, analistas de discurso, fundamentados na análise de discurso pecheuxiana, compreendemos o dicionário como objeto discursivo, que deve ser lido discursivamente, como passível da opacidade, de falhas, pois a relação entre as palavras e o que elas significam não se faz de modo transparente, mas opaco, no qual estão presentes a deriva, o sentido outro e o silêncio.

O dicionário funciona como lugar da ‘estabilização’ dos discursos e eles são consultados/retomados o tempo todo e, por essa retomada os discursos dos dicionários são

reconstruídos, (re)-significados, rememorados, temporalizados no discurso. A estabilização dos sentidos no dicionário é um efeito do movimento histórico e político e inscreve-se nas divisões do dizer; ele significa, portanto, no confronto entre unidade e diversidade. O que possibilita observar o funcionamento da língua e seus efeitos de sentido no movimento histórico.

Deste modo, entendemos o dicionário como um material histórico da língua. Pela sua leitura é possível, não só conhecer a história de uma palavra, mas também flagrar movimentos na história da língua e da sociedade pelas condições de produção, pelas quais esse histórico pode ser significado, não como fato datado, temporalizado, mas como historicidade, ou seja, não se trata de pontuar fatos históricos, mas de observar o movimento discursivo da história produzindo sentidos, historicizando o dizer e significando no discurso pelo mesmo (paráfrase) ou pelo diferente (polissemia).

Conforme Nunes (2006, p. 18), “como todo discurso, o dicionário tem uma história, ele constrói e atualiza uma memória, reproduz e desloca sentidos, inscrevendo-se no horizonte dos dizeres historicamente constituídos”. Assim, pode-se dizer que os sentidos são repetidos e deslocados em diversos momentos históricos. É somente no nível em que o dizer inscreve-se no repetível e a memória intervém como constitutiva, como resultado da inscrição do sujeito e do dizer na história, que a língua significa, produz sentidos.

Dizemos, portanto, que o texto dicionarístico encaminha para a interdiscursividade, fazendo ressoar um já-dito devido aos furos que estruturam o intradiscurso, o fio discursivo, e não deixa que a palavra permaneça em estado de dicionário, estática, mas a devolve à discursividade, ao funcionamento da língua na história, fazendo com que os sentidos se movimentem.

Ao definir uma palavra, o lexicógrafo, conforme aponta Nunes (2006), atribui uma unidade imaginária a uma porção do real, constrói, assim, uma imagem de si e uma imagem do outro. Essa ‘construção’ se dá de forma inconsciente, pois o sujeito é interpelado pela ideologia e, embora represente as relações sociais é regulado pelo histórico, por isso a memória social está também representada no dicionário, irrompendo no fio do discurso, produzindo efeitos de sentido. Trata-se, portanto, de um modo de significar a historicidade; deslocamento da história, enquanto disciplina relacionada à continuidade, à estabilidade, buscando a discursividade do acontecimento pela historicidade que é, de acordo com Orlandi (2012), a intervenção da história na língua.

Ancorado por este modo de conceber o dicionário é que faremos a análise do *corpus*, tomando como objeto a definição de verbetes iniciados pela letra A, mais especificamente os classificados gramaticalmente como substantivos abstratos.

Os substantivos, de acordo com Bechara (2009, p. 112) é a “classe de lexema que se caracteriza por significar o que convencionalmente chamamos de objetos substantivos”, isto é, nomeiam pessoas, lugares, animais, vegetais, minerais e coisas, ou seja, seres de existência

independente, e também designam ações, estado e qualidade, neste caso, seres de existência dependente, como se tivessem existência individual. Os substantivos dividem-se em concretos e abstratos.

Os substantivos concretos são próprios e comuns, são estes substantivos que nomeiam os seres, enquanto os substantivos abstratos designam ações. Como se pode notar a gramática coloca-os em oposição, os concretos com existência própria e os abstratos com existência dependente, entretanto tal oposição pode, em muitos casos, ser desfeita a depender das condições de produção do discurso e do modo como passam a funcionar na língua. Salientamos, conforme aponta Basílio (1987, p. 35) que “indivíduos e objetos, como os demais tipos de seres e entidades, só podem ser designados por substantivos”.

De acordo com Borba (2003) a classe dos nomes (substantivos) é dividida em dois grandes blocos, conforme já sinalizamos acima: concretos e abstratos:

Entenda-se por concretos aqueles que têm um referente no mundo dos objetos (tesoura, ovo, arganaz) e abstratos aqueles que, não tendo um referente independente, constituem-se em atos, eventos, estados relacionados a seres, coisas ou estados de coisas (corrida, crescimento, lrezeza) (BORBA, 2003, p. 176-177).

Interessamo-nos pelos substantivos especificamente, porque estes compõem em sua maioria o corpo do dicionário, principalmente do infantil, e o fato de os substantivos abstratos não terem um referente independente nos leva a questionar o modo como são definidos para a criança, sujeito leitor do dicionário infantil. Reiteramos aqui que recortamos os verbetes iniciados pela letra A, destes selecionamos para análise somente os substantivos abstratos, em dois dicionários infantis distribuídos pelo PNLD nas escolas públicas de ensino fundamental.

Mapeamento

Iniciamos o mapeamento dos verbetes pelo dicionário *Aurelinho: dicionário infantil ilustrado da língua portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, distribuído pelo PNLD em 2006. Este dicionário contém 270 verbetes iniciados pela letra A, deste total recortamos 4 verbetes que se classificam como substantivos abstratos, e tratam de sentimentos:

1. **AFETO** (a-fe-to) substantivo
Sentimento de uma pessoa por outra: Tenho um grande afeto pela minha professora (2005, p. 27).
2. **AFLIÇÃO** (a-fli-ção) substantivo
Sofrimento ou preocupação desgastante [Plural: aflições] (2005, p. 27).
3. **ALEGRIA** (a-le-gri-a) substantivo
Sentir grande felicidade; estado de quem está contente, satisfeito, feliz: Na festa de Natal,

era grande a alegria de todos (2005, p. 30).

4. **AMOR** (a-mor) substantivo

1. Sentimento próprio de quem ama. 2. Sentimento que leva uma pessoa a procurar proteger alguém ou alguma coisa: amor aos animais; amor à natureza (2005, p. 33).

Em (1) afeto é significado como um sentimento de uma pessoa por outra, mas não especifica que tipo de sentimento, se positivo ou negativo. Espera-se que a compreensão se dê pelo exemplo, que também não é nada esclarecedor, afinal nem todos gostam de seus professores. A definição se organiza como uma frase declarativa afirmativa, como se respondesse à pergunta “O que é?”. Nesta definição podemos observar que afeto é definido como um sentimento, mas este não é significado como sentimento de afeição, pois este sentido não é dado ao sujeito leitor. Esta definição produz uma imagem para o sujeito aluno e para o sujeito professor, no qual o sujeito aluno assume ter grande afeto pelo professor, exemplo que instaura uma relação amistosa entre os sujeitos.

Em (2) a organização também se dá por meio de uma frase declarativa afirmativa, mas não se tem nenhum tipo de especificação capaz de levar o sujeito aluno a produzir um significado. Afirma-se ser um sofrimento, mas não se explica nem o sofrimento nem a aflição.

Em (3) a definição se inicia pelo verbo sentir e não mais pelo substantivo sentimento e os adjetivos funcionam como complementos que funcionam como sinônimos: contente, satisfeito, feliz. Define-se alegria como felicidade, se diz a alegria pela relação de aproximação de sentido equivalente com outras palavras. Trata-se de um estado do sujeito, como é apontado no texto definatório, diferente de (1) individual. O exemplo é construído a partir da ideia de que o natal é uma época de alegria para todos, pondo em funcionamento e reforçando o imaginário coletivo de natal como festa que une, como dia de alegria para todos.

Em (4), pela mesma estrutura declarativa afirmativa, define-se como sentimento individual atrelado ao outro, quem ama, ama alguém ou algo e isto leva a determinadas ações, como a de proteção, por exemplo.

Meu primeiro dicionário Caldas Aulete com a Turma do Cocoricó

Este dicionário faz parte da segunda distribuição do PNLD feita em 2012, na qual os dicionários passaram por algumas mudanças, como a redução do número de palavras constantes em cada tipo de obra. Em 2006 o PNLD classificou os dicionários em três categorias: tipo 1, com um mil a três mil verbetes; tipo 2, com três mil quinhentos a dez mil verbetes; e tipo 3, com dezenove mil a trinta e cinco mil verbetes. No edital do PNLD de 2012 os dicionários escolares passaram por adequações e foram classificados em 4 tipos, conforme o público ao qual se destinam: tipo 1 – 1º

ano de ensino fundamental; tipo 2 – 2º ao 5º ano de ensino fundamental; tipo 3 – 6º ao 9º ano do ensino fundamental e tipo 4 – 1º ao 3º ano do ensino médio. Quanto ao número de palavras-entrada: tipo 1: no mínimo 500 e no máximo 1.000 verbetes; tipo 2: no mínimo 3.000 e no máximo 15.000 verbetes; tipo 3: no mínimo 19.000 e no máximo 35.000 verbetes e os de tipo 4 no mínimo 40.000 e no máximo 100.000 verbetes.

Enquanto o dicionário *Aurelinho*, mostrado acima, continha 270 palavras-entrada iniciadas pela letra A, no *Meu primeiro dicionário Caldas Aulete com a Turma do Cocoricó*, este número se reduz para 94 e entradas como afeto, aflição, alegria não constam na obra. Das palavras-entrada recortadas do dicionário *Aurelinho*, apenas amor consta neste dicionário:

Amor – a-mor

Amor é o que você sente por alguém de quem você gosta muito e que é muito importante para você (2011, p. 17).

No *Meu primeiro dicionário Caldas Aulete com a Turma do Cocoricó*, a definição é construída retomando a palavra a ser definida, seguido do verbo ser no presente do indicativo. Deste modo, produz um efeito de fechamento e certitude na definição. Além disso, instaura-se como interlocutor o sujeito-aluno e a definição é dirigida diretamente a ele por meio do pronome pessoal você. Nota-se maior proximidade entre o sujeito dicionarista e o sujeito leitor do dicionário. A palavra-entrada é significada como sentimento, mas o modo como se organiza a definição é muito mais acessível para o sujeito leitor.

Considerações finais

Na análise dos dicionários infantis tomados como corpus, foi possível observar o modo como as palavras iniciadas pela letra A, classificadas como substantivos, especificamente os substantivos abstratos, são definidas para o sujeito leitor, neste caso o sujeito leitor criança inserido em contexto escolar. Os dicionários diferem-se não só pelo número de palavras-entrada, mas no modo como organizam o texto da definição.

No *Aurelinho* a definição se aproxima muito dos dicionários gerais, como se fosse adaptada para o público infantil. Informações como a divisão silábica e a classificação gramatical estão presentes neste dicionário, além disso, na maioria das definições são adicionados exemplos para facilitar o entendimento da criança. Entretanto, mesmo com exemplificações é seguro dizer que a construção do significado pela criança é mais complexa, devido ao modo como o texto se organiza. Não se trata de organização complexa, pois em todas as definições a estrutura é a de pergunta e resposta (P: O que é amor? R: Sentimento próprio de quem ama) pelo contrário, mas distante do

universo infantil, pois não há adequação da linguagem.

No *Caldas Aulete*, observamos uma estrutura, organização textual semelhante (P: O que é amor? R: Amor é o que você sente...), entretanto o modo como a resposta é organizada, levando em conta o sujeito para a qual se destina, torna a significação mais acessível. Diferente do primeiro dicionário este não apresenta a classificação gramatical, nem traz exemplos, no caso deste recorte. O distanciamento com o modo tradicional do dicionário faz com que este atinja seus propósitos ao exigir menos de seus leitores. O discurso pedagógico e o lúdico falam mais alto do que o discurso lexicográfico.

O estudo mostra, por esta breve análise, que as obras dicionarísticas devem considerar o público leitor para o qual se destinam, buscando uma aproximação com o leitor e isto poderá ser alcançado pelo modo como a língua é posta em funcionamento.

Referências

- BASILIO, Margarida. **Teoria lexical**. São Paulo: Ática, 1987.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BORBA, Francisco da Silva. **Organização de dicionários**: uma introdução à lexicografia. São Paulo: editora UNESP, 2003.
- BRASIL. MEC/FNDE. Edital de Convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de dicionários brasileiros de Língua Portuguesa para o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD. Brasília: SEF/MEC, 2006. 32 p.
- BRASIL. SEF/MEC. **Guia de livros didáticos do PNLD 2006** — Dicionários. Brasília: SEF/MEC, 2006.
- BRASIL. SEF/MEC. **Guia de livros didáticos do PNLD 2012** — Dicionários. Brasília: SEF/MEC, 2012.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Aurelino Dicionário Infantil Ilustrado da Língua Portuguesa**. Curitiba: Ed. Positivo, 2005.
- GEIGER, Paulo. (editor). **Meu primeiro dicionário Caldas Aulete com a turma do Cocórico**. São Paulo: Globo, 2011.
- NUNES, J. H. Lexicologia e lexicografia. In: GUIMARÃES, E.; ZOPPI-FONTANA, M. G. (Orgs.). **Introdução às ciências do léxico**: a palavra e a frase. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2010.
- _____. **Léxico e língua nacional**: apontamentos sobre a história da lexicografia no Brasil. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional**. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.

_____. **Dicionarização no Brasil**: condições e processos. In: NUNES, J. H; PETTER, M. (Orgs.). História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro. São Paulo, SP: Humanitas, FFLCH-USP e Pontes, 2002.

_____. Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX. Campinas, SP: Pontes Editores – São Paulo, SP: Fapesp – São José do Rio Preto, SP: Faperp, 2006.

NICOLAU E CÂNDIDO: LUGARES DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA LITERÁRIA PARANAENSE

*Scheyla Joanne Horst (PPGL Unicentro, CLC, Bolsista Capes)
Márcio Ronaldo Santos Fernandes (Unicentro, CLC)*

Resumo: Se entre os motivos principais da existência de lugares de memória estão as tentativas de interromper o tempo e atrapalhar o esquecimento, conforme Pierre Nora (1993), nós trazemos à tona os exemplos dos jornais Nicolau (1987-1996) e Cândido (2011-Atual), ambos viabilizados pela Secretaria de Estado da Cultura do Paraná. Em nosso ponto de vista, com base em autores da área, os dois meios de comunicação atuam tanto na preservação quanto na construção da memória coletiva cultural paranaense. Neste trabalho, que advém das reflexões da nossa pesquisa de Mestrado, analisamos com mais intensidade os trabalhos desenvolvidos por Nicolau e realizamos uma relação com a frequente rememoração da sua trajetória feita por Cândido. Com base nos estudos de Marialva Barbosa (2007), ponderamos a respeito das práticas políticas dos senhores da memória, isto é, dos membros das equipes no que se refere à seleção do que era publicado. A preocupação recente do poder público em disponibilizar para a população todas as edições fac-similares no formato digital e impresso – mesmo duas décadas após o fim do projeto Nicolau – nos revela o interesse em elaborar um dossiê do que um dia já foi com vistas ao que um dia será; produzindo novos conhecimentos e reatualizando memórias.

Palavras-chave: Jornalismo Cultural; Divulgação Literária; Lugares de Memória.

Recentemente, a Biblioteca Pública do Paraná produziu uma edição especial do *Cândido* a respeito do aniversário de cinco anos da publicação¹³. No exemplar comemorativo de número 61, referente ao mês de agosto de 2016, a equipe realiza um apanhado especial com relevantes informações a respeito da história literária do Estado. Entre os acontecimentos, pessoas e periódicos recuperados nessa investigação, encontramos a trajetória do *Nicolau*, jornal que circulou entre 1987 e 1996 e é citado como detentor de um “legado literário fundamental”. Em ambos os projetos, percebemos uma preocupação em construir e também em preservar a memória coletiva cultural. Por isso, no presente trabalho refletimos sobre a atuação dos dois veículos impressos de comunicação – principalmente do *Nicolau*, mas também do *Cândido* – como lugares de memória (NORA, 1993).

Apenas como contextualização: em nossa pesquisa de Mestrado realizada no PPGL (Programa de Pós-Graduação em Letras) da Unicentro, analisamos um recorte de reportagens publicadas em *Nicolau* (1987-1996). Por meio da desconstrução daqueles textos, percebemos que a publicação buscava dar voz a quem tinha menos poder: a pessoa comum, o imigrante, o artista ainda sem reconhecimento, os habitantes dos municípios distantes de Curitiba..., todavia, a importância do meio comunicativo não se restringe à produção jornalística: trata-se de um periódico focado na disseminação de poesias, contos, experimentações em prosas, opiniões, pesquisas acadêmicas,

13

Atual publicação produzida pela Biblioteca Pública do Paraná. A circulação é gratuita e mensal e todos os números estão disponíveis na versão digital no endereço: <http://www.candido.bpp.pr.gov.br>.

ensaios fotográficos, resenhas, entrevistas e, conseqüentemente, polêmicas e pontos de vista divergentes. O editor-chefe do período que analisamos, inclusive, era o escritor Wilson Bueno, que ressaltava constantemente nos editoriais a necessidade da pluralidade de opiniões para a efetivação da democracia em todos os âmbitos da vida em sociedade.

Por conta de tudo isso, conforme resalta o jornal *Cândido* (2016, n. 61, p. 31), o *Nicolau* deu visibilidade à produção literária de escritores como “Paulo Leminski (1944-1980), Jamil Senege (1933-2003), Alice Ruiz, Manoel Carlos Karam (1947-2007), Valêncio Xavier (1933-2008), Wilson Bueno (1949-2010) e Luci Collin”, que, antes da existência da publicação, apresentavam ressonância local, mas depois conseguiram atingir leitores em vários pontos do país, em virtude da ampla repercussão, distribuição e tiragem (chegou a 160 mil unidades) dos exemplares.

Apesar de limitado, por ter poucas páginas (em média 32) e impressão mensal, as práticas políticas desenvolvidas por *Nicolau* conseguiram elevar certas questões importantes para a construção da memória coletiva paranaense, como a resistência à Ditadura Militar no período de consolidação da abertura política; a denúncia do desleixo com o passado verificado no abandono de certas pesquisas; a situação das minorias em datas comemorativas, um exemplo é o centenário da Lei Áurea versus a realidade dos quilombolas buscando regularização de terras; os pontos negativos ao meio ambiente gerados pelo desenvolvimento industrial sem planejamento e fiscalização, como no caso da cidade de Araucária (PR). Ou seja: encontramos uma série de assuntos que deveriam ser lembrados e repercutidos no decorrer das 60 edições, não apenas a respeito da produção literária nacional, mas também questões fundamentais para a organização social da vida cotidiana. Por isso, olhando a partir de hoje, consideramos o *Nicolau* como um espaço onde “a memória se cristaliza e refugia” (NORA, 1993, p. 7).

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e repentinas revitalizações (NORA, 1993, p. 9).

Para Pierre Nora (1993), lugares de memória contemplam, entre outros aspectos, “*fidelidades particulares* de uma sociedade que aplaina os particularismos. *Diferenciações efetivas* numa sociedade que nivela por princípio; *sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo* numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos” (NORA, 1993, p. 13, grifo nosso). Ainda conforme o autor, são necessários ao menos três dos aspectos a seguir para que algo seja um lugar de memória: material (*Nicolau* podia ser encontrado nas bibliotecas e, agora, está acessível na internet); funcional (objetivava prestar serviços de informação e educação à população, por isso era viabilizado pelo poder público) e simbólico (sua reverberação no imaginário social por meio das produções).

Da citação inserida no parágrafo anterior, encontramos os fatores grifados na maior parte das

12 reportagens que analisamos, mas exemplificamos aqui com o texto *Curitiba, um negócio da China*. Na matéria assinada por Adélia Maria Lopes, encontramos fidelidades particulares – quando a repórter constrói a sua pauta a partir do ensino de uma nova língua, isto é, da possibilidade de os paranaenses conhecerem um idioma até então não ensinado formalmente; diferenciações efetivas – no esforço por revelar as distinções culturais entre os vários asiáticos que começaram a residir na capital do Paraná na época; e reconhecimento de pertencimento ao grupo – na tentativa de a repórter focar nas riquezas da interação entre brasileiros e chineses não baseada na excentricidade do outro, manifestada pelo interesse de um menino de 8 anos, loiro e de olhos de azuis, em aprender mandarim apenas porque “deu vontade” (LOPES, 1988, p. 18).

Seguindo ainda os estudos de Nora, que cita a necessidade de os lugares de memória acumulem vestígios daquilo que um dia existiu, como se fosse necessário construir um completo dossiê para um possível julgamento futuro, ressaltamos o esforço recente da equipe da Secretaria de Estado da Cultura durante quase dois anos, que consistiu na recuperação (tratamento e digitalização) de todas as edições e relançamento em 2014. Por conta desse trabalho, o nosso acesso aos documentos foi facilitado, pois conseguimos revisitar constantemente os números por meio dos impressos fac-similares, isto é, reproduzidos dos originais, relançados em três caixas e distribuídos por todo o país – além de serem comercializados para as pessoas interessadas – e também dos arquivos digitais, que podem ser acessados no site da BPP¹⁴.

Figura 1: Algumas capas de edições do *Nicolau*, que agora também estão disponíveis na Internet. Fonte: BPP.



Conforme o atual secretário de Estado da Cultura, a ideia de reimprimir o jornal se deu em virtude da relevância do projeto até os dias de hoje. Paulino Viapiana chama o *Nicolau* de “um canal de difusão dos múltiplos pensamentos que, enfim, se revelavam pós-ditadura” (BPP, 2014, *online*). Após o anúncio do relançamento, diversas matérias circularam nos meios de comunicação brasileiros, principalmente nos paranaenses, sempre valorizando o importante papel de referência da

14

Disponíveis no endereço: <http://goo.gl/p6f1xC>.

publicação para o Jornalismo Cultural. Realizando um giro pelas ferramentas de busca na Internet, encontramos textos da época que definem o *Nicolau* em tom comemorativo, como por exemplo: “farol no caos da inteligência brasileira no período da redemocratização” ou “uma lenda do fim de século passado”. Em uma entrevista, o diretor da BPP, Rogério Pereira, afirmou que a biblioteca tenta resgatar projetos que marcaram a história do Paraná e que “de alguma maneira, precisam ganhar nova vida”¹⁵.

Sendo assim, a edição nº 34 do *Cândido* é exemplar para a discussão que propomos neste texto. No mês de maio de 2014, quando do relançamento da edição fac-similar do *Nicolau*, o atual jornal fez uma homenagem com um exemplar praticamente inteiro direcionado à história do meio de comunicação que marcou o fim dos anos 1980 e início dos anos 1990. O interessante é perceber um jornal recuperando o outro. O objetivo era criar expectativas em relação à recuperação do meio de comunicação, como mostra-nos a apresentação do número: “Quase 20 anos após a extinção do *Nicolau*, os leitores que só conhecem o mito em torno da publicação ou mesmo aqueles que nunca ouviram falar do jornal, poderão ter acesso a essa experiência que marcou época”. (CÂNDIDO, 2014, p. 2).

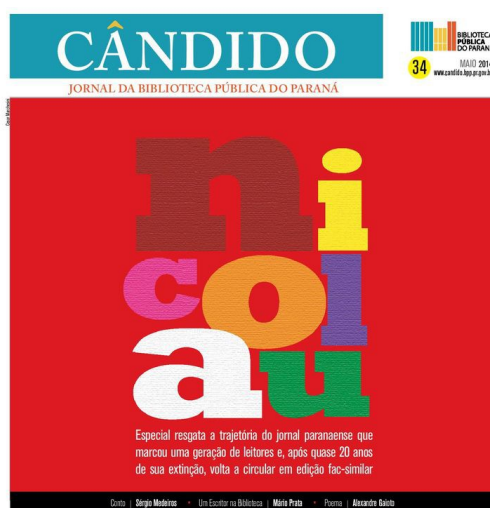


Figura 2: Edição do *Cândido* recupera a trajetória do *Nicolau*.
Fonte: BPP.

Em suas 40 páginas, o *Cândido* dedicou espaço ao tema no editorial e nos seguintes textos: *A era Nicolau*; *Com quantos paus se fazia um Nicolau*; *As melhores edições do Nicolau* e *O jornal também fez parte do legado do escritor*. Ao realizar a reportagem *A era Nicolau*, a respeito dos elementos marcantes do jornal – como a diversidade autoral, o artesanato visual, a criatividade e a experimentação – o jornalista Ben-Hur Demeneck resalta a validade da reedição para possibilitar novas imersões numa interessante experiência regional de Jornalismo Cultural, isto é, a reatualização da memória proporciona a produção de novos conhecimentos e reflexões sobre o

15

passado, o que de fato se constata em nossa pesquisa de Mestrado. “Os fac-símiles, ao replicarem a experiência editorial, tendem a estimular produções acadêmicas e novas publicações culturais” (DEMENECK, 2014, p. 24).

Senhores da memória coletiva

Conforme Maurice Halbwachs (2006), as lembranças estão vinculadas à coletividade porque “sempre levamos em nós um certo número de pessoas inconfundíveis”. Ou seja, não é possível dar conta de uma memória individual, pois a recordação se reconstrói socialmente. Sendo assim, a memória individual depende da existência de uma comunidade afetiva, em outras palavras, de outras pessoas que se relacionaram com a história. Além disso, carece de pontos de referência que são originados na sociedade. Daí emergem outras expressões idealizadas por Halbwachs, como memória histórica. A memória histórica apresentaria o passado de maneira resumida e fluída enquanto a memória autobiográfica se apresenta mais turbulenta.

Para Halbwachs, existem os marcos da memória coletiva que podem ser distribuídos em duas instâncias: os marcos temporais e os espaciais. Se por um lado os temporais fazem referências a acontecimentos significativos, como uma data comemorativa, um período específico que reconstitui determinada recordação, por outro lado os espaciais se relacionam à continuidade da memória coletiva, como uma igreja e, em nosso ponto de vista, um meio de comunicação, mais especificamente o *Nicolau* e o *Cândido*. Em outras palavras, a memória coletiva se dá quando uma lembrança é reconhecida por várias pessoas de uma mesma localidade. “Durante o curso de minha vida, o grupo nacional de que faço parte foi teatro de certo número de acontecimentos a respeito dos quais digo que me lembro, mas que só conheci através de jornais ou do testemunho dos que neles estiveram envolvidos diretamente” (HALBWACHS, 2006, p. 72).

De acordo com Peter Berger e Thomas Luckmann (2013), em *A Construção Social da Realidade*, entre múltiplas realidades possíveis, uma emerge como a principal, dando a ideia de que existe ordem nas coisas rotineiras, em virtude da disposição dos acontecimentos em padrões. “A vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente”. (BERGER, 2013, p. 35). Com origem e referência na vida cotidiana, então, a linguagem, em especial a escrita e disseminada amplamente nos meios de comunicação de massa, possui uma interessante capacidade expansiva:

A linguagem me permite objetivar um grande número de experiências que encontro em meu caminho no curso da vida. A linguagem também tipifica as experiências, permitindo-me agrupá-las em amplas categorias, em termos das quais têm sentido não somente para mim, mas para meus semelhantes (BERGER, 2013, p. 57).

Considerando tal afirmação, verificamos que no ponto de vista de Marialva Barbosa (2006, p. 165), não é possível distanciar da mídia o papel de construtora de discursos relacionados à realidade social, sobretudo, por conta da multiplicidade de vozes e da materialização em significações, como símbolos, valores, tradições e maneiras de ver e expressar o mundo. É através das significações que “os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atitudes perante a vida, ou seja, a cultura carrega dessas significações vozes dialógicas”.

Ainda para Barbosa (2008), os meios de comunicação e os repórteres podem ser considerados, de certa forma, senhores da memória. Isto é, em virtude de produzirem materiais que conquistam validade e se tornam documentos, os jornalistas inevitavelmente selecionam fatos que devem ser lembrados e também se esquecem de outros. É o que nos explica a metáfora do Gate Keeper¹⁶ (Guardião do Portão), bastante usada no Jornalismo para definir aquele “ser” que seleciona o que vai ganhar destaque na mídia conforme valores-notícia, ou seja, critérios que contemplam uma série de características não apenas a respeito do acontecimento em si, mas também sobre a linha editorial da empresa de notícias – resultando no que pode e deve ser mostrado e de qual maneira.

Neste contexto, o Guardião do Portão assume também a face de Senhor da Memória. Ao fazer uma cobertura seletiva, inevitavelmente os meios de comunicação, sobretudo os hegemônicos, enquadrados na rotina *hard news*¹⁷, valorizam alguns elementos e abandonam outros. Segundo Barbosa, mesmo quando o repórter procura garantir que nada lhe escape, acaba omitindo muitos pontos de vista, afinal, uma história não tem pelo menos duas versões, mas inúmeras, dependendo do olhar que se lança ao tema. “Ao selecionar o fato, transpondo-o do lugar da normalidade para o da anormalidade, transformando-o em acontecimento, e ao escolher a forma da narrativa, o jornalista está constituindo o próprio acontecimento e criando uma memória da atualidade”. Esta memória, para a pesquisadora, segue aspectos subjetivos e se relaciona com o poder.

Para nós, o *Nicolau*, mesmo não enquadrado num modo convencional de funcionamento e com mais tempo para produção, por ser mensal, também selecionava assuntos e deixava outros para trás. Isso porque não é possível abarcar todos os olhares ou temas relevantes em uma edição. Todavia, consideramos que os senhores da memória inseridos no jornal realizavam o seu trabalho de uma maneira diferenciada. Com base nas reportagens que analisamos, consideramos que eles

¹⁶

Teoria do Gatekeeper foi relacionada às pesquisas em comunicação pela primeira vez em 1949, pelo pesquisador David Manning White. O objetivo era compreender como se dava o filtro de notícias nos veículos de comunicação.

¹⁷

Segundo o manual da Folha de São Paulo, consiste no relato objetivo dos fatos considerados importantes para a vida política, econômica e cotidiana.

escolhiam pontos de vista inéditos, apresentando novidades mesmo quando a pauta já havia sido debatida em outros espaços comunicativos. Talvez por isso Demeneck (2014, p. 23), em conversa com o redator e editor de *Nicolau*, José Fernando Karl, tenha descoberto que Wilson Bueno afirmava que o alvo da equipe era “cumprir uma pauta impossível” a cada edição.

Por fim, constatamos que os jornais impressos viabilizados pela Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, principalmente o *Cândido* e o *Nicolau*, que são nosso foco de interesse neste trabalho, se caracterizam como *lugares de memória* tanto da produção literária quanto de variados assuntos pertinentes para a vida em sociedade no Paraná que não são encontrados com facilidade na grande mídia.

Mesmo atuando como *senhores da memória*, os membros das equipes aparentemente se preocupam em abrir espaço para novos talentos ou vozes pouco reverberadas em outros espaços, o que revela uma preocupação em construir inéditas *memórias da atualidade*.

Pensamos ainda que o esforço em torno de manter todas as edições disponíveis à população *online* e no acervo da Biblioteca Pública do Paraná revela o trabalho para produzir um completo dossiê a respeito da área cultural do Estado, a fim de que as construções de sentido encontradas naquelas páginas – são 1.828 páginas considerando todas as edições de *Nicolau* – não se percam no tempo, mas permaneçam como exemplos a serem observados pelas próximas gerações.

Referências

BARBOSA, Marialva Carlos. **Percursos do olhar**: Comunicação, Narrativa e Memória. Niterói: EdUFF, 2007.

BARBOSA, Marialva. Percursos do olhar: televisão, narrativa e universo cultural do público. In: FILHO, João Freire; VAZ, Paulo (Orgs.). **Construções do tempo e do outro**: representações e discursos midiáticos sobre a realidade. Rio de Janeiro: MauadX, 2006.

BPP. **Biblioteca Pública do Paraná**. Jornal Nicolau ganha edição fac-similar. 2 de setembro de 2014. Disponível em: <http://www.bpp.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=554>. Acesso em 23 de agosto de 2016.

CÂNDIDO. **Jornal da Biblioteca Pública do Paraná**. Curitiba, PR, n. 34, mai. 2014.

DEMENECK, Ben-Hur. A era Nicolau. **Cândido** – Jornal da Biblioteca Pública do Paraná, Curitiba, PR, n. 34, p. 20-24, mai. 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

LOPES, Adélia Maria. Curitiba, um negócio da China. **Nicolau**, Curitiba, ano 1, n. 10, abr. 1988, p. 16-18.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História**: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo, 10, dez. 1993.

BERGER, Peter. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Trad. Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

O ESQUECIMENTO DAS MARCAS DA PRESENÇA NEGRA EM CURITIBA

Tatiane Valéria Rogério de Carvalho
Universidade Positivo - UP

Resumo: Com base na Análise do Discurso (AD) francesa, na perspectiva de Pêcheux, este trabalho tem por objetivo analisar como é/foi o processo de esquecimento das marcas da presença negra na concepção urbana de Curitiba. Para isso, será utilizado como fundamentação teórica os conceitos de memória e esquecimento, na perspectiva sociológica (HALBWACHS, 1990; ROSSI, 2010); e, na perspectiva da AD, os conceitos de memória discursiva, comemoração e rememoração (VENTURINI, 2009) e lugares de memória (NORA, 1993). A história do Paraná foi marcada por um discurso fundador que valorizava o imigrante europeu e a superioridade da raça branca e invisibilizava o negro/escravo. Esse discurso fundador, baseado nos escritos de Auguste de Saint-Hilaire (1995), Romário Martins (1995) e Wilson Martins (1989), materializou-se no projeto urbanístico criado e aplicado na capital Curitiba, no governo de Jaime Lerner, criando lugares de memória que impedem o esquecimento de certos interdiscursos e contribuem para a fixação e atualização de uma identidade que direciona certo sentido – esquecimento do negro e a visibilidade do imigrante europeu. Assim, por meio da análise de alguns lugares de memória de Curitiba, é possível verificar que o discurso fundador paranaense foi materializado, produzindo o sentido de inexistência do negro na história da formação identitária dessa capital - por meio da sobreposição dos lugares de memória do imigrante europeu sobre os lugares de memória do negro – e corroborando com a assimilação do discurso da representação e da imagem que nega o passado escravocrata e a presença do negro na cidade.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Lugares de Memória; Negro.

Introdução

Observa-se que a história do Paraná foi marcada por um discurso fundador que valorizava o imigrante europeu e a superioridade da raça branca e invisibilizava o negro/escravo. Esse discurso fundador, que funciona como referência no imaginário constitutivo de uma cidade/país, é baseado nos escritos de Auguste de Saint-Hilaire (1995), Romário Martins (1995) e Wilson Martins (1989).

Ligado à Formação Discursiva (FD)¹⁸ do Movimento Paranista, esse discurso contribuiu para a construção do imaginário paranaense, que dá identidade à cidade de Curitiba, e materializou-se no projeto urbanístico criado e aplicado na capital, principalmente no governo de Jaime Lerner, criando lugares de memória (NORA, 1993), como parques, monumentos, portais, praças, que permitem a conservação da memória coletiva. São esses lugares de memória que produzem sentidos por meio da ideologia que significa, ou seja, que impedem o esquecimento de certos interdiscursos

18

Conceito criado por Foucault (2008), a Formação Discursiva (FD) constitui-se de regras anônimas que determinam o que pode ou não ser dito a partir de uma posição ideológica sócio-histórica dada.

(discursos já-ditos) e contribuem para a fixação e atualização de uma identidade que direciona certo sentido por meio da rememoração/comemoração (VENTURINI, 2009), isto é, da memória que faz lembrar, retornar, atualizar e ressignificar sentidos já-ditos (comemorados).

Assim, este artigo tem por objetivo analisar como foi/é o processo de esquecimento das marcas da presença negra na concepção urbana de Curitiba, tendo em vista o planejamento urbano e os lugares de memória lembrados/comemorados na capital.

Construção da identidade paranaense

A partir da metade do século XIX, quando o Paraná deixou de ser parte da Capitania de São Paulo, em agosto de 1853, e passou a existir como unidade política e cultural, verificou-se a necessidade da criação de uma imagem/identidade para o estado do Paraná, logo para sua capital, Curitiba. Esse seria um trabalho difícil, pois o Paraná não tinha características marcantes nem fronteira geográfica delimitada nessa época.

Com a chegada de imigrantes europeus e a explosão industrial, a sociedade paranaense passou a buscar uma identidade regional própria, mas de matriz europeia, na qual o negro não estava incluído. Primeiramente, tentou-se construir essa identidade por meio de um ideal de branqueamento, que buscava criar uma identidade em que a imagem da população ideal era loira, de olhos azuis. Acreditava-se que com a chegada dos imigrantes europeus no Paraná seria estabelecida uma supremacia racial, em que, por meio da mestiçagem, eliminar-se-iam os negros ou, pelo menos, os traços da negritude. Um engano! Com a chegada dos imigrantes o que ocorreu de fato foi um choque entre as diferentes culturas. Iniciou-se, assim, uma nova busca de identidade.

Surge, então, por volta do final do século XIX, o Movimento Paranista. Formado por intelectuais, artistas, literatos, etc., além da construção de uma identidade baseada em histórias regionais, lendas primitivas e uma natureza característica para região, tinham como objetivo conseguir criar no imaginário popular o sentimento de ser parte do Paraná. Assim, a primeira preocupação desse movimento voltou-se para com os imigrantes, e migrantes, pois o grande número de grupos étnicos do Paraná precisava estar englobado em seus planos. No entanto, novamente, o negro não foi visto como um dos grupos étnicos pertencente a esse Estado. Mesmo o Movimento Paranista trabalhando com a heterogeneidade da população, o modelo de civilização continuou a ser o europeu.

Nesse sentido, podemos dizer que o discurso do Movimento Paranista, que considera que somente os imigrantes europeus foram os responsáveis pela história e cultura da cidade, dissemina um discurso fundador que instaura uma nova ordem de sentidos, cria uma nova tradição, ressignificando o que veio antes e instituindo um novo sentido: o discurso da representação e da imagem da cidade que nega o passado escravocrata e invisibiliza o negro.

Discursos fundadores da identidade paranaense

Segundo Orlandi (2003, p. 13), o discurso fundador desqualifica sentidos anteriores e instaura outra tradição de sentidos, isto é, produz outros sentidos instaurando uma nova filiação. “É talvez esse efeito que o identifica como fundador: a eficácia em produzir o efeito do novo que se arraiga, no entanto na memória permanente (sem limite). Produz desse modo o efeito do familiar, do evidente, do que só pode ser assim” (ORLANDI, 2003, p. 14). Assim, consideramos como discursos fundadores o ideário proposto nas obras *Viagem pela Comarca de Curitiba*, de Auguste de Saint-Hilaire, publicada em 1851; *História do Paraná*, de Romário Martins, publicada em 1899; e *Um Brasil Diferente*, de Wilson Martins, publicada de 1955, visto que essas obras, por meio de seus discursos, contribuíram para a construção de uma nova identidade paranaense.

Em *Viagem pela Comarca de Curitiba*, de Auguste de Saint-Hilaire, temos um discurso que projeta um pensamento racista, que essencializa um grupo étnico positivamente – a raça branca –, defendendo uma suposta superioridade pela via do físico, da estética, da inteligência, dos hábitos e da linguagem. Para Saint-Hilaire, a fixação e expansão de imigrantes europeus em Curitiba surtiria no progresso e na civilização do povo natural. Temos, então, em sua obra, um painel etnográfico onde o negro/escravo, mais da metade da população na época (1818-1838), não é contemplado nem valorizado.

Em *História do Paraná*, de Romário Martins, um dos principais articuladores do Movimento Paranista, temos a materialização do discurso desse movimento. Nessa história regional, Romário não hierarquiza as raças brancas, reconhece a presença de índios e não nega a presença de negros/escravos no Paraná, no entanto os apresenta com um discurso depreciativo, discriminatório, e como sendo de número insignificante; além de prever seu desaparecimento total a partir da miscigenação. Observa-se que o discurso fundador de Romário Martins apresenta uma preocupação étnica e social da evolução histórica do povo paranaense, mas é esta preocupação que revela seu entusiasmo ao ideal de branqueamento, tanto ideológico (a importância do europeu para o desenvolvimento e progresso do paranaense) quanto empírico (a miscigenação).

Em *Um Brasil Diferente*, de Wilson Martins, são apresentadas duas zonas de colonização no Brasil – uma nacional (de origem portuguesa, matricial) e outra de predominância estrangeira –, a fim de destacar a heterogeneidade do povo paranaense e sua diferença ao nacional, visto que a formação social do Paraná seria de predominância estrangeira, teria a ausência do português e a quase inexistência da escravatura – fato contraditório, pois, até 1888, a sociedade paranaense era escravocrata e, em 1955, a população negra e parda no estado do Paraná era de 35% do total. No discurso desse autor vemos projetado tanto o ideal racista, pois é destacada a etnia alemã como superior, quanto o ideal de branqueamento (ideológico e empírico), visto que é exaltado o imigrante

européu e acredita-se que a população negra, por meio da miscigenação, com o tempo, iria desaparecer.

É nesse contexto, então, que surge o mito de um Estado/capital branco(a), fruto de colonização europeia, sem o elemento negro. Enquanto aos imigrantes europeus é dado destaque, a escravidão e a presença do negro são colocadas em segundo plano, quando não omitidas, apagadas. Esses três discursos fundadores fixam um imaginário em que Curitiba é identificada com a Europa e que o imigrante europeu é valorizado, ou seja, um discurso que trabalha tanto a exclusão quanto a fixação de certos efeitos de sentidos que produzem a identidade de Curitiba.

Enquanto a história considera a presença de escravos em Curitiba, bem como a participação de negros na construção do Paraná, o discurso fundador, instituído na FD do Movimento Paranista, busca apagar o escravo, o negro e seus descendentes da história desse Estado. É nesse jogo de poder que se privilegiam lugares de memória para a imigração europeia e não para a presença afro.

Lugares de memória em Curitiba: imigrantes vs. negros

Desde a emancipação do Paraná verificou-se certo contraste no Estado, e na capital, que para a elite e políticos representava atraso. Assim, era necessária uma ação urbanística sobre a cidade para solucionar esse problema – que consistia desde problemas de circulação e saneamento, até hábitos sociais (como as religiões afro-brasileiras e práticas como o curandeirismo e a feitiçaria) e questões étnicas (população negra/escrava).

Como ocorrido em outros países, o planejamento de Curitiba-PR também foi direcionado pelos interesses da burguesia, conseqüentemente os planos urbanos imprimiram à cidade a aparência política da segregação entre ricos e pobres / brancos e negros. O intuito do planejamento urbano desde o início foi o de ordenar o espaço urbano e seus habitantes, ou seja, ordenar o que estava fora do lugar. Essa ideia de organização proposta pela elite e pelos políticos teria, assim, o intuito de forjar o imaginário urbano.

Em Curitiba, essa idealização ocorreu por meio das várias políticas de planejamento: o Código de Posturas de Curitiba (1895), que buscava manter a ordem da cidade por meio de normas e padrões urbanos, separando a cidade em zonas; a política de higienização (1913), que tinha o objetivo de cuidar da “saúde” da cidade, higienizar/embelezar as regiões centrais e controlar a vida da população por meio de regras e normas – quem infringisse passava a ser considerado marginal, sendo afastado da zona central e passando a morar no subúrbio; o Plano Diretor Agache, que visava à modernidade e à civilidade francesa; o Movimento Paranista, que buscava reconstruir/criar uma identidade ao Estado, apagando o legado colonial escravagista; e o Plano Serete, que com a concepção de cidade compartilhada buscou ordenar o espaço e o convívio da população. Todos estes difundiam o discurso fundador que valorizava o modelo europeu.

Além disso, entre 1960 e 1970, o projeto urbanístico criado para Curitiba, que visava um modelo de desenvolvimento planejado e a modernização, ajudou na materialização desse discurso que invisibiliza, silencia e esquece o negro. Surgem então os lugares de memória, ou seja, a materialização do discurso em objetos discursivos que fazem sentido na sociedade e permanecem vivos nela. Segundo Venturini (2009, p. 70), o lugar de memória “impede o esquecimento de antigas tradições, como agente de mudança e transformação, pela preservação das tradições, e promove o resgate dos laços de continuidade”.

No entanto, esse projeto urbanístico só foi concretizado por meio da política de planejamento político-institucional, na gestão do arquiteto e urbanista Jaime Lerner, a partir de 1970. Esse projeto, que tinha como objetivo solucionar alguns problemas urbanos que haviam surgido (como loteamentos clandestinos; inundações frequentes no centro da cidade, entre outros), contribuiu para invisibilidade/exclusão do negro e para a preservação da positividade em torno da imagem da capital, Curitiba.

Além disso, a partir de 1980, com a gestão voltada para a preocupação ambiental, dá-se a início à construção de parques, bosques, praças e monumentos. Verifica-se que esses espaços/lugares criados, em sua maioria, homenageiam os imigrantes, sendo, assim, poder de persuasão simbólico dos ideais paranistas: em que se tem a valorização do elemento europeu e o esquecimento do elemento negro. Esses lugares trazem à lembrança os vestígios de um passado, mas a falta em relação ao negro atualiza saberes e fixa uma identidade criada, direcionando sentidos pelo que apagam e pelo que deixam visíveis. Cabe destacar, aqui, que a rememoração, que se constitui pelos discursos fundadores e pela memória, autoriza/ancora a comemoração, que, no processo discursivo, ocorreria por meio de paráfrases, sinonímias, substituições (VENTURINI, 2009). Assim, muitos dos lugares de memória de Curitiba rememoram/comemoram o interdiscurso do Movimento Paranista, logo dos discursos fundadores.

Dentre os vários lugares de memória (cerca de 31) que homenageiam os imigrantes, inaugurados, em sua maioria, na década de 1990, estão:

- Bosque do Alemão, inaugurado em 1996 em homenagem aos primeiros imigrantes a se estabelecer em Curitiba, localizado no bairro Vista Alegre;
- Bosque do Papa João Paulo II e Memorial Polonês, inaugurados em 1980 em homenagem à comunidade polonesa, localizados no bairro Centro Cívico;
- Bosque de Portugal, inaugurado em 1994 em homenagem ao povo e à cultura portuguesa no Brasil (lá existe o Memorial da Língua Portuguesa), localizado no bairro Jardim Social;
- Jardim Botânico, inaugurado em 1991 à imagem dos jardins franceses, localizado no bairro Jardim Botânico;
- Memorial Ucrâniano, inaugurado em 1995 em homenagem ao centenário da chegada dos

imigrantes ucranianos em Curitiba, localizado no Parque Tingui, no bairro São João;

- Portal Italiano e Memorial da Imigração Italiana, localizado no bairro Santa Felicidade;
- Praça da Espanha, inaugurada em 1955 em homenagem à colonização **espanhola**, localizada no bairro Bigorriho.

Quanto aos lugares de memória construídos em homenagem ao negro, temos apenas dois: a Praça Zumbi dos Palmares e seu Memorial Africano e uma placa em bronze em homenagem a personalidades negras paranaenses.

A Praça Zumbi dos Palmares foi inaugurada em 1991 e, em 2010, ganhou um portal de entrada, o Memorial Africano – um conjunto de pilares com as bandeiras e a localização de cada um dos países da África. Essa praça está localizada na região periférica (bairro Pinheirinho), fora da rota turística curitibana, logo sem visibilidade. Verifica-se que esse lugar, construído na região periférica, não visibiliza a participação do negro na história do Paraná, mas rememora/comemora um líder negro do Quilombo dos Palmares, Zumbi dos Palmares, ou seja, esse lugar ressoa a memória de resistência dos escravos e não a memória da participação do negro na história e formação de Curitiba. Nesse sentido, esse lugar de memória ainda materializa o discurso do negro escravo, produzindo uma memória de resistência tanto pela lembrança do líder da resistência abolicionista quanto por ser um discurso antagônico à FD do Movimento Paranista, e do discurso fundador: a confirmação da presença de escravo no Brasil, logo no Paraná.

Já a placa em bronze, localizada na Praça Santos Andrade, na frente ao prédio histórico da Universidade Federal do Paraná (UFPR), foi instalada em 1988 como homenagem da Câmara de Vereadores de Curitiba à população afro-brasileira do Paraná, em que é apresentada uma lista com alguns nomes de personalidades negras de Curitiba. Ao contrário da praça Zumbi dos Palmares, este lugar de memória encontra-se em um ponto de visibilidade da cidade (região central), no entanto não produz o efeito de rememoração/comemoração que deveria fazer, visto que não visibiliza os homenageados. Por ser uma placa não muito atrativa, que contém uma lista grande de nomes em letras pequenas, ela demanda um esforço do transeunte (parar, olhar e, principalmente, ler), dificultando a produção de sentido.

Assim, observa-se que a materialização do discurso do Movimento Paranista está no planejamento da cidade. Isso ocorre devido a haver memórias e discursos que autorizam esse dizer, ou seja, temos em Curitiba um imaginário em torno do imigrante que o valoriza como trabalhador, inteligente, como um povo que trouxe a tecnologia e o progresso; e um imaginário sobre o negro que o vê como escravo, passivo, inferior às outras raças. É esse discurso que legitima essa rememoração/comemoração sobre o imigrante e naturaliza o trabalho escravo que faz com que os dois lugares de memória referentes aos negros não consigam produzir sentido dentre tantos outros que reforçam a rememoração do discurso fundador do Movimento Paranista, seja pelo que é

rememorado/comemorado seja pelo local da comemoração – região central e em área de maior visibilidade da cidade e de rota turística.

Desse modo, a memória discursiva da representatividade do imigrante europeu na formação da cidade de Curitiba ficou impressa na cidade por meio desses lugares de memória rememorativos/comemorativos, que são lembrados através do tempo, passando, assim, a fazer parte da memória coletiva dos curitibanos. É nesses lugares que o funcionamento ideológico da discursividade sobre a Curitiba de hoje silencia a presença do negro social, cultural e historicamente.

Considerações finais

Verifica-se que o discurso fundador ligado à FD do Movimento Paranista ficou para sempre na história do Paraná. Com a construção da identidade de Curitiba, criou-se uma materialidade simbólica que culminou na construção de uma origem “outra”, diferente da realidade. Esse discurso construiu o imaginário necessário para dar uma identidade à Curitiba.

As modificações urbanísticas realizadas na capital ajudaram a manter o poder de persuasão simbólica das ideias paranistas, logo do discurso fundador. Por meio do interdiscurso da FD do Movimento Paranista, que ecoa o discurso fundador, temos a comemoração/comemoração do imigrante europeu e o esquecimento do negro na conformação da cidade de Curitiba – tanto em sua história quanto em seu espaço urbano. Esse discurso está nos lugares de memória (parques, monumentos e bosques) que causam a impressão de que somente os imigrantes europeus foram os responsáveis pela história e cultura da cidade.

Cabe destacar que esse apagamento do negro no interior da FD do Movimento Paranista não significa seu esquecimento no interdiscurso. A participação do negro na formação da cidade de Curitiba está nos lugares de memória citados, só não é rememorado/comemorado devidamente – o que os lugares ressoam é a escravidão e não a importância do negro para com a formação da cidade. É isso que impossibilita a divulgação da história do negro na capital; intervém na trajetória dos sentidos sobre o negro; e não possibilita o processo de identificação dessa etnia. Ou seja, é isso que causa o esquecimento da presença negra na capital, Curitiba.

Referências

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. (Campo Teórico).

MARTINS, R. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995. 176p

MARTINS, W. **Um Brasil diferente**: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná. 2. ed. São

Paulo: T. A. Queiroz, 1989. (Coleção Coroa Vermelha. Estudos Brasileiros; v. 16).

NORA, P. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. **Projeto História**, PUC/SP, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

ORLANDI, E. P. Vão surgindo sentidos. In: _____. (Org.). **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem pela comarca de Curitiba**. Trad. de Cassiana Lacerda Carollo. Curitiba: Fundação Cultural, 1995. (Farol do Saber).

VENTURINI, M. C. **Imaginário urbano**: espaço de rememoração. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009.

PROBLEMATIZAÇÕES E NOTAS METODOLÓGICAS SOBRE AS MEMÓRIAS NA PLATAFORMA FACEBOOK

Filipe Arnaldo Cezarinho (PPGH-UNICENTRO)
Hélio Sochodolak (orientador)

RESUMO: As Mídias Digitais têm possibilitado que um universo ampliado de pessoas compartilhem suas memórias ao público. Por outro lado, os debates em termos de problematizações bem como os de cunho metodológicos na disciplina de História sobre essa proliferação da memória parecem não acompanhar essa progressão. O propósito desse trabalho é discutir algumas das dificuldades metodológicas encontradas na apropriação das memórias individuais e coletivas nas mídias digitais, ou melhor, na plataforma Facebook. Sendo assim, serão tratados dois aspectos: a questão factual (data) das fontes postadas na plataforma, levando em consideração um caso específico e, por fim, falar do exercício metodológico realizado para coleta de algumas memórias para a pesquisa no mestrado em História. A princípio, um dos maiores problemas enfrentados na coleta das memórias está na sua efemeridade, na sua impermanência, fazendo com essas memórias sejam selecionadas instantaneamente. Obviamente que o recorte é um princípio metodológico usado em qualquer tipo de fonte, seja ela digital ou não. A ideia é tornar público algumas das dificuldades que temos enfrentado na pesquisa. Assim, é possível contribuir, mesmo que de maneira incipiente, na possibilidade de instigar profissionais em História no uso das memórias produzidas na internet, desde que estejam cientes do rigor metodológico. Essas memórias, entendidas como fontes para o conhecimento histórico, podem contribuir e muito para o entendimento da sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Memória; História; Mídias Digitais.

Introdução

Entre o momento em que você abriu esta página e leu estas poucas palavras, 100 horas de vídeo entraram no YouTube. Foi o que aconteceu na internet em um minuto em janeiro de 2014. Nesse mesmo espaço de tempo, cerca de 3.025 fotos foram postadas no Flickr, enquanto outras 20 milhões de imagens são visualizadas nesse mesmo serviço e 3.600 imagens são compartilhadas no Instagram. O Facebook, um “planeta” de 1,15 bilhões de pessoas, registra, em um dia, a média de 650 milhões de publicações diversas. Dessas, 350 milhões são fotos. (BEIGUELMAN, 2014, p.23).

Escolhemos essa citação como pontapé inicial do nosso texto com objetivo de instigar os olhares dos/as possíveis leitores/as para a explosão de informações compartilhadas nas redes sociais, sites, blogs e aplicativos na internet. Essas informações, entendidas por muitos/as como algo não importante, pode ser vista pelo historiador/a de outra maneira. Nós nos referimos ao proliferar de memórias, sejam elas individuais ou coletivas. Assim sendo, a escolha pela citação não foi passiva. Pelo contrário. Busca ascender o fogo da preocupação metodológica para os usos dessas fontes que se propagam em velocidade inapreensível e que parece colocar em nível de “coisa” um elemento que tem importância fundamental para a História, a memória¹⁹.

As memórias têm sido produzidas, registradas e compartilhadas no século XXI como

19

O conceito de memória do Jacques Le Goff parece ser o mais pertinente para proposta presente. A memória seria a capacidade de armazenamento de informações do passado. Assim sendo, pode ser vista como documento ou fonte histórica. Ver: LE GOFF, Jacques. “Memória”. In: História e Memória. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994, p. 423-483.

nunca visto antes. A utilização das Mídias Digitais²⁰ tem possibilitado a emergência desenfreada das mesmas. Foi tentando capturar uma fotografia postada por um colaborador para pesquisa que percebemos a impossibilidade de tal empreitada. Aquilo que foi postado em um determinado dia pode não mais ser visto ou encontrado uma semana depois.

Nesse sentido, eis outro alerta:

Produzimos e publicamos em escalas de petabytes em serviços que podem desaparecer a qualquer momento. Nossos equipamentos deixam de funcionar na velocidade de um clique e uma estranha nostalgia de um passado não vivido invade o circuito de consumo próprio pop (BEIGUELMAN, 2014, p.12).

A depender do nível de estresse do seu colaborador ou um desentendimento entre casais por compartilhar uma foto que revive memórias passadas com outrem, aquela fonte que servia para o seu trabalho desaparece como mágica. A efemeridade das memórias nas mídias digitais é um dos maiores problemas com o qual o (a) pesquisador (a) precisa lidar.

Outra dificuldade aparece nesse mesmo caminho. Basta lembrar-se da plataforma Orkut onde as pessoas faziam uma conta e compartilhavam, assim como no Facebook²¹, fotos, vídeos, textos digitados e outros. Com o fim do Orkut todas aquelas memórias foram perdidas.

Anita Lucchesi alertou sobre essa catástrofe das memórias digitais:

As clássicas referências bibliográficas, parte indissociável dos livros de história, continuam verificáveis, e ainda que não estejamos em condições de acessá-las manualmente de imediato, a verificação pode ser feita em qualquer tempo, desde que nos desloquemos até o lugar onde a obra referenciada se encontra depositada. O problema que se apresenta a essa altura, em relação às teias de hipertextos que temos tecido, é como garantir que o percurso de links que fazemos para construir um texto estará sempre disponível? Referimo-nos à velocidade com que alguns endereços “saem do ar” e arquivos se corrompem – problema já anunciado, o da conservação perante a obsolescência e fragilidade dos formatos digitais (LUCCHESI, 2015, p.36).

O problema não se restringe aos ânimos dos (as) nossos (as) colaboradores (as), mas adiciona-se ao fato dessas memórias estarem submetidas aos interesses dos gerenciadores dessas plataformas *online*, em nosso caso o Facebook. Como garantir que essas memórias continuem sendo interessantes para os gerenciadores (as) da plataforma? O tempo de vida dessas memórias

²⁰

Sobre o conceito ver: MISKOLCI, Richard. Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. Cronos: R. Pós-Grad. Ci. Soc. UFRN, Natal, v.12, n.2, p. 09-22, jul./dez. 2011, ISSN 1518-0689. Disponível em: < <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/3160> > Acesso em: 03/09/2016

²¹

O Facebook é a plataforma mais utilizada no mundo atualmente. Para melhor conhecimento, ver: CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro; MOREIRA, Maria Faia Rafael. Novas formas de comunicação: história do Facebook – Uma história necessariamente breve. ALCEU – v. 14 – n.28 – p. 168 a187 – jan./jun. 2014. Disponível em: < <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu%2028%20-%20168-187.pdf> > Acesso em: 21/09/2016.

estaria relacionado com interesses econômicos de grupos gerenciadores do Facebook? São questões difíceis de responder e, para deixar claro, não pretendemos dar uma resposta para elas.

As fotos e as datas: o factual como necessidade para o trabalho historiográfico.

Milhões de fotografias postadas diariamente no Facebook pelas pessoas remetem a uma série de possibilidades. Muitas delas possuem relações familiares, ou seja, lembranças de antepassados falecidos e de pessoas que ali rememoram. Fotos de práticas culturais também são constantes. Porém, muitas delas não dispõem dos simples dados, como: autoria²² e data. No caso do presente texto, daremos foco apenas na questão da datação.

Selecionamos uma foto de determinada prática cultural localizada na cidade de Cruz das Almas/BA, conhecida como Guerra de Espadas²³. Assim como nas fotografias tradicionais, aquelas guardadas em álbuns por nossos familiares, a noção de temporalidade pode se perder com o passar dos anos, caso a foto não estiver devidamente datada. No Facebook essa ausência de datação é mais corrente, pois não há tanta preocupação em estabelecê-las.

Diante disso, os procedimentos tradicionalmente usados por historiadores (as) podem ser transportados para o campo digital e assim possibilitar uma possível aproximação. No caso analisado aqui, conhecer o objeto de estudo se faz de grande importância. A foto abaixo foi postada em um grupo de WhatsApp, mas também no Facebook, sem a sua datação.

Fotografia 1- Postada, em 2016, via *WhatsApp* em um Grupo privado denominado Associação dos Espadeiros.

22

Preferimos abordar a questão da autoria em outra oportunidade por envolver uma maior complexidade teórica.

23

A Guerra de Espadas, realizada no mês de junho, tem o dia 24 como o dia principal. A festa de São João foi legada pelos portugueses e que aqui, além de venerar o santo católico, ganhou novos tons por ser um período de forte produção agrícola. Toda estrutura festiva desenrola-se pela cidade. Na área urbana ou rural, no centro ou nos bairros periféricos observam-se pessoas soltando espadas. Grosso modo, são grupos de pessoas que saem às ruas soltando ou queimando as espadas e lançando-as uns nos outros. Porém, a tradição está proibida por lei desde 2011. Para maiores informações sobre o fenômeno, ver: PEIXOTO, Rafael Caldas Barros. **A Queima de Espadas na Cidade de Cruz das Almas – BA: Uma Relevância da Cultura, Memória, Simbolismo e seu Processo de Turistificação**. ENAPEGS: V Encontro nacional de Pesquisadores em Gestão Social. Florianópolis/SC 26 a 28 de maio de 2011. Disponível em: <<http://anaisenapegs.com.br/2011/dmdocuments/p116.pdf>> Acesso em: 23/09/2016; OLIVEIRA, Adriana da Silva. **Festejar e Partilhar: inter-relações nas comemorações juninas em Cruz das Almas BA**. XXVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal – RN – 22ª 26 de julho 2013. Disponível em: <<http://www.snh2013.anpuh.org/>>. Acesso em: 23/09/2016; CARVALHO, Moacir. **Brincando com Fogo: origem e transformações da Guerra de Espadas em Cruz das Almas**. V ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. 27 a 29 de maio de 2009. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador – Bahia –Brasil. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19327.pdf>> Acesso em: 23/09/2016.



Descrição: Esse é o momento no qual os espadeiros/as colocam o bambu, gramínea bastante comum na região, e um dos materiais mais importantes na confecção das espadas, para secar sob o sol. Esse processo de secagem, após ser cozido, pode levar dois ou três dias.

Selecionamos esta imagem por apresentar a marca do seu autor, o que já possibilita maior segurança em seu uso. Mas essa foto foi compartilhada em 2016 e sem uma data especificada. O alerta que fazemos visa esclarecer que na maioria das vezes uma foto postada em determinado dia não significa que ela tenha sido produzida no mesmo. No caso dessa foto específica, a data se torna muito importante, pois ela pode caracterizar dois momentos da prática da Guerra de Espadas em Cruz das Almas, o da legalidade e da ilegalidade. Até o ano de 2010, a produção das espadas se dava em vias públicas, ao ar livre e sem restrições. De 2011 aos dias atuais, com o advento da sua criminalização, esses processos deixaram de ser feitos aos olhos de todos, principalmente da lei, e tomaram outros rumos. Sendo assim, essa foto é anterior à proibição da Guerra de Espadas.

Outro mecanismo que possibilita mapear, nem sempre com sucesso, a data é considerar as variações das logomarcas quando integradas às fotos. Notamos que a partir de 2015 os álbuns do autor da fotografia que utilizamos acima já contém outra representação gráfica da logo, o que pode fornecer instrumental para um ponto de partida das análises das fontes.

Para nós historiadores (as) a data se torna elemento focal na formação da narrativa histórica. Se tomássemos essa foto como absoluta, inscrita no momento em que foi compartilhada, poderíamos perder as possíveis rupturas e acontecimentos em detrimento de uma percepção linear dos fenômenos sociais. Nesse sentido, transportar as problematização que sempre fizemos sobre qualquer tipo de fontes para o contexto *online* se faz necessário e imprescindível.

As seleções das memórias: o imediatismo das fontes digitais

Nessa seara discutiremos sobre alguns dos procedimentos metodológicos para coleta das fontes nas mídias digitais, limitando-se ao nosso objeto de análise. Visto que a seleção ou o recortar

das fontes é uma atividade constante no campo das diversas ciências humanas. Tal elemento possibilita localizar o leitor tanto no tempo como no espaço e, também, permite a construção narrativa de quem está escrevendo. Esses recortes se fazem de maneiras diversas a depender, obviamente, da tipologia das fontes e de onde elas emergem.

Falamos isso, pois quem se apropria das fontes orais ou impressas para desenvolver pesquisas poderá ter outros (ou não) problemas metodológicos. No entanto, problematizar e indicar o motivo pelo qual escolheu seguir aquele caminho e não o outro deve ficar explícito. Nesse sentido, cabe tornar claro como selecionamos as nossas fontes digitais e seus possíveis motivos²⁴.

As problematizações metodológicas com relação às fontes digitais, ou seja, aquelas advindas da internet, ainda são pouco produzidas no campo da História. Não cabe aqui propor uma forma de extração e seleção das fontes digitais, mas apenas explanar que o exercício aqui proposto tem relação com as dificuldades encontradas quando buscamos recortar nossas fontes no Facebook.

A questão da impermanência, irregularidade, inconstância, efemeridade das fontes digitais tem levado a selecioná-las imediatamente, assim quem nos deparamos com elas. Como já problematizado no início desses escritos, são essas as principais dificuldades encontradas. Nesse sentido, o *Screenshot* (foto/print) tem sido utilizado para manter a memória (fonte) produzida em nossas mãos. Esse movimento permite que retornemos à imagem ou fotografia sem o perigo de perda.

Porém, o problema surge desse movimento instantâneo que realizamos para coletar as fontes da internet. As nossas fontes acabam sendo selecionadas não por um possível potencial para a pesquisa, mas pelo perigo de não serem mais encontradas. No caso específico, ilustrado aqui nesse texto, essa fotografia pode não ser mais encontrada no suporte que possibilitou o seu compartilhamento, o WhatsApp²⁵.

Nesse sentido, o questionamento sobre o procedimento de coleta se torna coerente, mas a resposta para a mesma também. Referimo-nos às críticas com relação às fontes que não passaram sob a tutela dos nossos olhares, aquelas que foram postadas enquanto dormíamos ou realizávamos trabalhos outros que nos impediam de acessar 24 horas por dia a internet. Esclarecemos que o esquecimento é inato ao produto do conhecimento. Seja ele proposital (no sentido de que existem

24

Para conhecer alguns trabalhos que contribuem metodologicamente no uso das fontes digitais, ver: LEDESMA, Xavier Rodríguez; PLÁ, Sebastián. **Tuiteros Históricos: entre la vieja historia escolar y los nuevos usos públicos de la historia**. OPISIS, Catalão, v. 13, n. 1, p. 137-157 – jan./jun. 2013 Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/20967/15179#.V-fy9IgrLIU>> Acesso em: 25/09/2016; ALMEIDA, Fábio Chang de. **O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas**. AEDOS. Revista do corpo discente do PPG – História da UFRGS. Num. 8, vol. 3, Janeiro – Junho p. 9-30, 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/16776>> Acesso em: 25/09/2016

25

Aplicativo de mensagens instantâneas onde se compartilha fotos, áudios e vídeos.

fontes em abundância e é preciso a sua delimitação) ou não, é fundamental relegar algumas fontes em detrimento de outras.

Considerações finais

Como foi apresentado ao longo do texto, a internet tem oferecido problemas novos aos historiadores (as) e para quem se dispõe em pesquisar as fontes a partir desse contexto. Não buscamos solucionar tais dificuldades, mas apenas mostrar algumas delas. Acreditamos que se apropriar da internet e buscar produzir conhecimento a partir dela se faz necessário, tendo em vista a dependência que criamos dela na sociedade em que vivemos.

A internet pode oferecer tanto para os historiadores (as) como para os (as) outros (as) pesquisadores de áreas diversas um lugar de movimentação constante das práticas de pesquisas. Tencionamos, e esse é outro dos nossos objetivos, que a internet não deve ser entendida como um espaço apenas para trocas comunicacionais entre as pessoas. Nós como produtores de conhecimento devemos encarar com seriedade os novos problemas ela nos traz. A internet permite que estejamos em permanente circulação, mutação. Ela possibilita ressignificar alguns dos nossos dogmas, nos retira do estacionamento e oferece movimento. Não seria essa uma das nossas principais potencialidades, o movimento?

Referências

ALMEIDA, Fábio Chang de. **O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas**. AEDOS. Revista do corpo discente do PPG – História da UFRGS. Num. 8, vol. 3, Janeiro – Junho p. 9-30, 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/16776>>. Acesso em: 25/09/2016.

CARVALHO, Moacir. **Brincando com Fogo: origem e transformações da Guerra de Espadas em Cruz das Almas**. V ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. 27 a 29 de maio de 2009. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador – Bahia –Brasil. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19327.pdf>>. Acesso em: 23/09/2016.

CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro; MOREIRA, Maria Faia Rafael. **Novas formas de comunicação: história do Facecebook – Uma história necessariamente breve**. ALCEU – v. 14 – n.28 – p. 168 a187 – jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu%2028%20-%20168-187.pdf>>. Acesso em: 21/09/2016.

LEDESMA, Xavier Rodríguez; PLÁ, Sebastián. **Tuiteros Históricos: entre la vieja historia escolar y los nuevos usos públicos de la historia**. OPISIS, Catalão, v. 13, n. 1, p. 137-157 – jan./jun. 2013 Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/Opis/article/view/20967/15179#.V-fy9IgrLIU>>. Acesso em: 25/09/2016.

LE GOFF, Jacques. “Memória”. In: **História e Memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994, p. 423-483.

LUCCHESI, Anita. Historiografia em rede: história, internet e novas mídias – Preocupações e questionamentos para historiadores do século XXI. In: MARTINS, Estevão C. de Rezende; MOLLO, Helena (Orgs.). **Desafios e caminhos da história da historiografia: 2012**. Mariana: SBTHH, 2015. 202p.

MISKOLCI, Richard. Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. Cronos: **R. Pós-Grad. Ci. Soc.** UFRN, Natal, v.12, n.2, p. 09-22, jul./dez. 2011, ISSN 1518-0689. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/3160>>. Acesso em: 03/09/2016.

OLIVEIRA, Adriana da Silva. **Festejar e Partilhar: inter-relações nas comemorações juninas em Cruz das Almas BA**. XXVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal – RN – 22ª 26 de julho 2013. Disponível em: <<http://www.snh2013.anpuh.org/>>. Acesso em: 23/09/2016.

PEIXOTO, Rafael Caldas Barros. **A Queima de Espadas na Cidade de Cruz das Almas – BA: Uma Relevância da Cultura, Memória, Simbolismo e seu Processo de Turistificação**. ENAPEGS: V Encontro nacional de Pesquisadores em Gestão Social. Florianópolis/SC 26 a 28 de maio de 2011. Disponível em: <<http://anaisenapegs.com.br/2011/dmdocuments/p116.pdf>>. Acesso em: 23/09/2016.

TRABALHO ARQUIVÍSTICA: DIAGNÓSTICO DO ARQUIVO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA -MST/CE¹

Francisco Flavio Pereira Barbosa. Pós-Graduando em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável – PPGADRS /UFFS; Bolsista CNPq. Graduado em história-UFPB.

Resumo: O presente estudo está pautado no diagnóstico do arquivo Permanente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST no Ceará, como instrumento de apoio a gestão interna da entidade, à promoção da cultura, e ao desenvolvimento científico, como partes constituintes de memória, através da organização de sua massa documental acumulada. O motivo baseia-se na virtude do MST, em sua caracterização social, de movimento de massa, dentro de um contexto de luta de classe no campo, que envolve cenários de disputa por projetos de desenvolvimento agrícola para o país. Nesse sentido o trabalho de arquivística torna-se fundamental na organicidade da secretaria estadual da entidade.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Memória; história; Arquivologia

INTRODUÇÃO

O Diagnóstico de um arquivo é uma das primeiras ações a serem realizadas para dar início ao projeto de organização documental. Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística (1996, p. 24), diagnóstico de arquivo “[...] é a análise das informações básicas (quantidade, localização, estado físico, condições de armazenamento, grau de crescimento, frequência de consulta e outros) sobre arquivos, afim de implantar sistemas e estabelecer programas de transferência, recolhimento, microfilmagem, conservação e demais atividades”.

Este diagnóstico tem como objetivo conhecer as condições da documentação existente no Arquivo do MST/CE. Com este instrumento, procuramos revelar as condições de como se encontra a documentação, dando ênfase ao espaço físico que ocupa, as condições de organização, acondicionamento, estado de conservação e mensuração. Com estes dados coletados, pretendemos organizar a produção intelectual e elaborar um catálogo, instrumento de pesquisa, para agilizar na recuperação das informações e incrementar a pesquisa sobre o MST e a Questão da Terra no Ceará.

A documentação existente no arquivo da secretaria estadual do MST Ceará. É uma massa documental acumulada ao longo de 22 anos (1989-2011) de história do MST no estado. Sendo que houve momentos, em que o trabalho de acolhimento e organização de

¹ O presente trabalho é parte da monografia do autor apresentado à UFPB em 2011, sob o seguinte título: *Catálogo como fonte de informação e memória: a produção intelectual sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a questão da terra no Ceará*. Orientado pela prof.^a Maria Victoria Barbosa Lima

documentos não foi tão intenso, supostamente, devido à ausência de uma política de guarda e gestão dos documentos.

O estado atual do arquivo da Secretaria Estadual apresenta uma desorganização. Muitos dos documentos têm sido alocados sem a devida atenção, o que caracteriza sua estética, algo idêntico a um armazém de estocagem, do que um arquivo. Veja imagem 01 abaixo, ilustrando um dos espaços existentes na Secretaria Estadual.



Imagem 01: Situação da documentação no arquivo

Direção Estadual, no estabelecimento de critérios, de quantidade para cada brigada e outros. Após esses passos, é muito comum ficar estoque restante, que vai se acumulando. Esse espaço tem característica de arquivo devido sua extensão: há dois armários e uma prateleira - onde estão os materiais descritos na tipologia documental.

Os documentos estão em dois armários de ferro: um com três gavetas e o segundo com quatro gavetas, e numa estante de ferro com quatro prateleiras.

O arquivo da secretaria tem um sentido de armazém/almojarifado, ele é porta de entrada para receber materiais em quantidades, principalmente materiais relacionados às campanhas de conscientização que o MST desenvolve. Normalmente esses materiais entram nesse espaço e ficam no aguardo do encaminhamento da coordenação da secretaria, que advém das definições da



Imagem 02: Arquivos de jornais e outros documentos



Imagem 03: Arquivos de jornais e material iconográfico

Convém destacar que não foi visto a parte de filmes, livros, encomendas, quadros, lembranças (materiais mais “íntimos” do MST, que estão expostos ao público que visita a secretaria). A imagem ao lado mostra os monumentos/documentos. De acordo com LE GOFF (1990) “O



Imagem 04: mostruário com filmes, livros, encomendas, quadros, lembranças e horários do MST

monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos” (LE GOFF, 1990, p. 462).

Ressalta-se também o acervo/biblioteca do setor de educação, repartição da secretaria que tem um grande volume de livros que foram arrecadados durante a campanha “doe livro para as escolas do MST”. No acervo além de haver muita literatura, livros de história geral e diferentes temas como as publicações de setor de educação e educação do campo.



Imagem 05: biblioteca do setor de educação

Existe também na secretaria estadual um arsenal de documentos alocados em outras salas de alguns setores na secretaria estadual. Estes são documentos que estão na função do arquivo intermediário por razões administrativas ou legais, para cumprir prazos até sua destinação final de eliminação ou conservação. Existem ainda, dentro do corpo, do arquivo intermediário, os documentos de finalidades jurídicos administrativos, que fazem parte do setor de direitos humanos, produções oriundas da atuação dos advogados e dirigentes do movimento no acompanhamento e execução dos processos judiciais e extrajudiciais.

As imagens 06 (visão panorâmica), e 07 (visão no detalhe) ilustram o ambiente dos documentos fiscais, de patrimônio e acompanhamento às empresas sociais “ligadas” ao MST. Este setor é restrito ao pessoal que trabalha com administração das entidades

sociais, ficando sobre custódia da equipe e da Direção Estadual do Movimento. Tendo, porém, estatura de arquivo corrente. Este contém “[...] um conjunto de documentos, em tramitação ou não, que, pelo seu valor primário, é objeto de consultas frequentes pela entidade que o produziu, a quem compete a sua administração” (DICIONÁRIO, 2005, p. 29).



Imagem 07: Visão panorâmica de um dos ambientes de documentos jurídico, administrativos e fiscal



Imagem 08: Detalhe das caixas arquivo com descrição das especificações dos documentos

ACONDICIONAMENTO E ESTADO DE CONSERVAÇÃO

O acondicionamento e o estado de conservação dos documentos se encontram em estado precário, carecendo de uma atuação rápida e eficiente na recuperação e preservação. De acordo com o diagnóstico realizado, identificamos somente no setor de documentos fiscais, principalmente os relacionados à gestão contábil, de acordo com as fotos 07 e 08, alguma preocupação em acondicioná-los em caixas arquivos ou em pastas AZ e em identificá-los. Os demais ambientes/espços demonstram um visível descaso, conforme imagens ilustrativas nº 01, 02 e 03 que destacam a desorganização e ausência de uma política arquivista na gestão dos documentos.

TIPOLOGIA E MENSURAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

No diagnóstico constatamos uma amplitude muito grande de documentos e monumentos constituídos no arquivo da secretaria estadual, na responsabilidade da Direção Estadual do MST. Este trabalho desenvolvido tem muitas limitações em virtude da grande abrangência de materiais existentes na secretaria, com isso, minha atuação ficou estritamente relacionadas aos espaços registrados nas fotos 5 e 6, por

Das tipologias, encontramos as seguintes:

GÊNERO (linguagem e suporte)	
TEXTUAIS	Manuscritos, datilografados e impressos.
ICONOGRÁFICO	Fotografias, desenhos e gravuras (<i>negativos de foto</i>).
ESPÉCIE (natureza e forma de registro)	
Atos de correspondências	Comunicação entre pessoas e ou entidades (ofícios, memorando, carta, telegrama, edital, exposição de motivos).
Atos enunciativos	Esclarecimentos, opiniões (parecer, relatório).

Algumas considerações

O arquivo da secretaria estadual tem uma massa documental acumulada no período de 22 anos (1989-2011), muitos materiais foram sendo guardados, mesmo aqueles com vida curta, e hoje precisa de descarte. O arquivo da secretaria tem um sentido de armazém/almojarifado, ele é porta de entrada para receber materiais em quantidades, principalmente, os relacionados às campanhas de conscientização que o MST desenvolve. Normalmente esses materiais entram nesse espaço e ficam no aguardo do encaminhamento da coordenação da secretaria, que advém das definições da Direção Estadual, no estabelecimento de critérios, de quantidade para cada brigada e outros. Após esses passos, é muito comum ficar estoque restante, que vai se acumulando.

Convém destacar que não foi visto a parte de filmes, livros, encomendas, quadros, lembranças (materiais que estão expostos ao público que visita à secretaria), registrados conforme imagem 04.

Vale salientar que também não foram trabalhados os arquivos do almojarifado central, onde contêm muitos livros de campanhas governamentais sobre: saúde, educação, direitos humanos; publicações de parlamentares, senado federal; cartazes; cartilhas sobre agricultura, mulheres.

Ressalta-se, também, o arquivo/biblioteca do setor de educação, repartição da secretaria que tem um grande volume de livros que foram arrecadados durante a campanha “doe livro para as escolas do MST”. No acervo além de haver muita literatura, livros de história geral e diferentes temas como as publicações de setor de educação e educação do campo, conforme imagem 05.

A documentação identificada está acondicionada em dois arquivos de aço. O primeiro possui três gavetas e o segundo quatro gavetas, conforme a descrição a seguir.



DOCUMENTOS EXISTENTES NO ARQUIVO 01

Gaveta I

11 tubos de foto negativo; filme em negativo: aproximadamente 320 fotos no filtro.

Gaveta II

120 fotos pré-selecionadas; 17 dedos/polegar de fotos em álbuns com aproximadamente 500 fotos; 10 fotos que guardadas em saco plástico; 128 fotos arquivadas em uma pasta plástica de cor verde claro; 15 fotos enrolados em papel de cor branca; 40 fotos em uma pasta vermelha, tipo BNB; 132 fotos arquivadas em pasta plástica de cor rosa.

Pasta colecionador verde com arquivo “dossiê casos de violência e impunidade contra trabalhadores”; 04 pastas pretas para catalogação, apenas 02 encontram-se totalmente preenchidas, as demais poderão ser utilizadas em ação futura.

Gaveta III

40 fotos filtros para revelação em 02 filtros plásticos; 16 polegar /dedos em álbuns plásticos pequenos com aproximadamente 500 fotos; 300 fotos soltas – foram alocadas em pasta / colecionador de cor branca; material de estudo da comunicação, no colecionador vermelho/vinho; material referente ao boletim “um passo à frente”; pasta

vermelha com pacotes de jornais sobre o MST; comunicações recebidas/passivas e enviadas/ativas pelo setor de comunicação, alocadas no colecionador verde claro; pasta vermelha “controle de listas de assinantes do Jornal Sem Terra e Revista Sem Terra”; pasta verde “arquivo de matérias para a mídia do MST”; pasta azul “recortes de jornais com assuntos diversos”; pasta vermelha “controle de assinaturas JST e RST”; pasta vermelha “arquivo de convites e cartilhas do MST”; pasta vermelha “arquivo com matérias enviadas para o JST – 1999 à 2000; etiquetas, carbonos – material de secretaria sem uso – 1999 a 2000; 07 embrulho em envelopes contendo matérias de jornais.

DOCUMENTOS EXISTENTES NO ARQUIVO 02

Gaveta I

Arquivos sem organicidade, com materiais difusos.

Gaveta II

Arquivo sem organicidade com livros, materiais de campanhas, pesquisa sobre mulheres.

Gaveta III

08 pastas/ colecionador com materiais das pesquisas de gênero.

Gaveta IV

Sem documentação.

Referências bibliográfica

BARROS, S.D; NEVES, D. Arquivo e memória: uma relação indissociável. Transformação, Campinas; SP. 21 (1): p. 55-61, jan./abr., 2009.

BELLOTO, H. L. Arquivos permanentes: tratamento documental. 4.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

DIEHL, A. A. Cultura historiográfica: memória, identidade e representação. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

FERREIRA, L. A organização de arquivo e a construção da memória. Revista Saeculum. João Pessoa – PB. I(1): 50- 58 Jul/Dez/1995.

LE GOFF, J. História e memória. 2.ed. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

NOBRADE: Normas Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

ORGANIZAÇÃO DE ACERVO: PESQUISA E MEMÓRIA DO COOPERATIVISMO. UMA FERRAMENTA A SERVIÇO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.

Pedro Ivan Christoffoli.

*Dr. em Desenvolvimento Sustentável. Prof. da UFFS.
Coord. do Núcleo de Estudos em Cooperação (NECOOP)*

*Francisco Flavio Pereira Barbosa. Pós-Graduando em Agroecologia e
Desenvolvimento Rural Sustentável – PPGADRS /UFFS; Bolsista CNPq*

Resumo

O presente trabalho está pautado na organização do acervo, do Centro de Documentação em Cooperativismo e Desenvolvimento Regional Padre Arizmediarrieta¹ (CEDOC), instalado no Centro de Vocacional Tecnológico – CVT, vinculado a UFFS – Laranjeiras do Sul. O mesmo se propõe ter função acadêmica, no desenvolvimento de pesquisas e produção historiográfica, na área do cooperativismo e no desenvolvimento com base na Economia Solidária. Portanto, o acervo pretende ser referência em preservação da memória e conservação da história. Portanto, servir a produção intelectual, da gestão econômica de empreendimentos cooperativos no Brasil, e ao mesmo tempo possibilitar à sociedade, o acesso à memória cultural das experiências passadas, através do espaço físico de custódia dos documentos decorrentes das atividades econômicas realizada por grupos associativos, que constituíram experiências de gestão cooperativa, e que muitos destes não foram bem sucedidos. Existe na região, uma série de grupos associativos em processo de incubação, e esse instrumento de informação potencializará a inter-relação desse processo, que pode culminar com uma dinâmica ampla de intercooperação.

Palavras-chave: Arquivologia, Cooperativismo, Memória

Introdução

O acesso a informação das experiências humanas de cooperação agrícola e associativas torna-se fundamental no contexto sócio econômico atual, de concentração e centralização gerencial dos empreendimentos empresariais, aonde as fusões entre empresas tem sido muito frequente, mediante a competitividade do mercado. Nesse contexto, a UFFS surge na emergência dessa contemporaneidade social, em que a região da fronteira sul tem muitos micros e médios empreendimentos econômicos que passam por problemas geracionais, com vários destes que foram a falência nas últimas décadas, devido às questões de gestão administrativa e a concorrência desigual realizada pelas conglomerações agrícolas nas relações econômicas de mercado.

¹D. Jose Maria Arizmendiarieta (1915-1976) Ele foi um dos ideólogos e fundadores do sistema cooperativista de Arraste/Mondragon, país Basco.

O desenvolvimento do cooperativismo é tido na história humana, como uma experiência organizativa recente, logo se distingue do associativismo que tem um percurso histórico mais amplo no espaço temporal. De acordo com Andrioli (2007), o associativismo não estar inscrito somente aos aspectos econômicos da atividade humana, ele contemplar as dimensões sociais, políticas, culturais e religiosas; em quanto, o cooperativismo se inscreve nas atividades econômicas, e é recente em relação ao associativismo.

A presença do cooperativismo ocorre através da cooperativa, uma empresa organizada para resolver problemas econômicos dos associados. Isso não significa dizer que a cooperativa não tenha uma dimensão política, social e cultural. No entanto, ela surge em função de problemas econômicos e atua, prioritariamente, com essa finalidade. (ANDRIOLI, p.34, 2007)

Desse modo, a temática do cooperativismo e da Economia Solidária se fazem presente no campus Laranjeiras do Sul - UFFS. Para viabilizar essa abordagem, constituiu-se o Núcleo de Estudos em Cooperação (NECOOP) a partir de proposição originada neste campus em consonância com a comunidade regional. Além disso foram criadas disciplinas como Teoria Cooperativista I ofertada para os cursos de Ciências Econômicas, Agronomia e Engenharia de Aquicultura. O curso de Economia conta ainda com uma disciplina de Economia da Cooperação para aprofundar a formação dos educandos na temática. Com isso vários trabalhos de conclusão de curso vem sendo concluído anualmente focados na temática da cooperação e da economia solidária.

Considerando que esse acervo temático tem uma relação estreita com a universidade e arquivo, Bellotto (1989) caracteriza essa interdependência.

“... de um lado, acha-se a universidade; esta, para que cumpra adequadamente, suas funções fundamentais – ensino, pesquisa e extensão necessita de informações exatas, atualizadas e pertinentes sejam elas ligadas suas atividades-fins sejam às atividade-meio. De outro lado, situa-se o arquivo, significando o grande referencial informativo a organizar, a moldar, a valorizar as próprias relações administrativas; igualmente, ele significa o referencial/memória apto a oferecer retratos das situações, atos, fatos e comportamentos passados.” (BELLOTTO, p.23. 1989)

O CEDOC é uma iniciativa embrionária conduzida pelo Núcleo de Estudos em Cooperação (NECOOP) vinculado a UFFS², e vem para fortalecer esse vínculo interconexo das atividades acadêmicas desenvolvida junto à comunidade regional. O Centro dispõe de um acervo bibliográfico voltado à temática do cooperativismo e do

² O NECOOP nessa perspectiva, é um instrumento de interseção entre o ensino, a pesquisa e a extensão, por meio dele realiza-se o encontro entre teoria e prática acadêmica, mediado pela vivência com o real, ou seja, a realidade do território da região Cantuquiriguaçu.

desenvolvimento regional. Os documentos disponíveis no acervo estão em processo de classificação, de modo que, após esse processo poderá realizar-se instrumentais de pesquisa, tais como guias, inventários e catálogos. A grande monta de materiais consta de livros, livretos, cartilhas, jornais e etc.

A origem desse acervo é diversa, e provém boa parte de acervos particulares de professores³ que ao longo de suas pesquisas foram acumulando esses materiais. A maioria dos matérias são livros, o que dá estatutos de biblioteca, daí poderíamos nos perguntar o porquê da não incorporação à biblioteca da UFFS? Segundo o professor Pedro Ivan, uma vez foi realizada essa tentativa e houveram argumentos diversos para não aceitação da doação, dessa maneira, se teve essa ideia de organizar um Centro de Documentação específica que pudesse dar conta das demandas de pesquisa e extensão da universidade, e ao mesmo tempo ser referência em estudos de cooperação e economia solidária para região da fronteira sul.

Organização do acervo

O acervo do CEDOC teve seu início com o trabalho de organização arquivista a partir da disponibilização do espaço físico no CVT, que compreende a uma sala com estantes, duas mesas para realização de consultas e estudos. A proposta inicial é que ele não realize o serviço bibliotecário de empréstimos de livros, sendo creditado somente o acesso interno ao acervo no âmbito de consulta e pesquisa. Porém, pretende-se desenvolver metodologias de difusão de informação acerca dos materiais contido no acervo, tais como guias bibliográficos, inventários e catálogos temáticos e cronológicos, de modo que a missão do centro venha a concretizar-se, ou seja, servir a comunidade e ser referência a produção intelectual do cooperativismo popular com base na economia solidária.


O trabalho vem obedecendo à procedimentos e princípios básicos das normas de gestão de documentos⁴ em arquivos. A condução vem sendo realizada pela equipe do NECOOP, e tem sido uma experiência valiosa. Estamos lidando com um grande volume de livros, cartilhas, folders, guias. Estimamos que temos aproximadamente 500 publicações bibliográfica e 400 exemplares de cartilhas/livretos.

Os documento que estamos manuseando tem seu valor probatório e informativo, porque testemunham a realização de exercícios das funções/atividades realizadas sobre o

³ De modo particular, o acervo pessoal do professor Pedro Ivan Christoffoli.

⁴ “Um conjunto de medidas e rotinas visando à racionalização e eficiência na criação, tramitação, classificação, uso primário e avaliação de arquivos” (DICIONÁRIO de terminologia arquivística, 1996).

tempo passado, e por isso carregam o valor histórico e imaterial no presente, e devem ser difundido à sociedade permitido dessa maneira, o acesso a informação de fontes coerentes. Para responder a questão organizativa do acervo, de modo a permitir a localização, e a identificação desses documentos. Realizamos um levantamento inicial procurando agrupar os livros por meio de sua identidade temática, porém não logramos êxito, pois nos confrontamos com uma inter-relação entre as publicações, dificultando nossa premissa inicial de agrupa-los por abordagens temáticas, tais como economia política, auto gestão, economia solidaria... concluímos que o acervo é um conjunto indivisível, e por isso optamos por agrupar através das tipologias de livro, livretos, cartilhas e folders.



LEVANTAMENTO DO ACERVO BIBLIOGRAFICO DO CEDOC / NECOOP / UFFS				
TÍTULO	ABORDAGEM	LOCALIZADOR	AUTOR	ANO DE PUBLICAÇÃO, EDIÇÃO E EDITORA
FONTES DE ENERGIA	CONTOS	1A-1	GALEANO, EDUARDO	1 ed. 3 reimpr. -Buenos
PRÁTICAS CONTRA-HEGEMÔNICAS NA	EDUCAÇÃO NO	1A-2	MOLINA, MÔNICA	MDA, 2014 (SÉRIE NEAD
GRAMSCI, O ESTADO E A ESCOLA	EDUCAÇÃO -	1A-3	SOARES, ROSEMARY DORE	EDITORA UNIJUI, 2000
REVOLUÇÃO AGROECOLÓGICA: o movimento	AGROECOLOGIA -	1A-4	SOSA, BRAULIO MACHIN; JAI	EXPRESSÃO POPULAR,
EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL	EDUCAÇÃO RURAL -	1A-5	BARBOSA, FRASCISCO	ANAIS SEMINÁRIO
EMPRESA SOCIAL E GLOBALIZAÇÃO	EMPRESAS DE	1A-6	SINGER, PAUL	ANTEAG, 1998
AValiação DE POLÍTICAS PÚBLICAS	PAA - PROGRAMA	1A-7	FILHO, FLÁVIO BORGES	CENTRO DE ESTUDOS
GOVERNANÇA DA TERRA E	GOVERNANÇA	1A-8	ORG: CAZELLA, ADEMIR	NOVA LETRA, 2015
AUTOGESTÃO: o que fazer quando as fábricas	COOPERATIVAS -	1A-9	ORG: VALLE ROGERIO	RELUME DUMARÁ, 2002.
COLETIVA REFLEXÕES SOBRE INCUBAÇÃO	ECONOMIA SOLIDÁRIA	1A-10	ITCP UNICAMP	ITCP UNICAMP 1 EDIÇÃO.
A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA AMÉRICA	ECONOMIA SOLIDÁRIA	1A-11	ORG: LIANZA, SIDNEY;	SOLTEC UFRJ, 2012
ECONOMIA SOLIDÁRIA E LONDRINA:	ECONOMIA SOLIDÁRIA	1A-12 (4)	ORG: BORINELLI, BENILSON,	UEL, 2010
VEINTE ANOS DE ECONOMIA POPULAR	POLÍTICA SOCIAL -	1A-13	ORG: BERTUCCI, ADEMAR	CÁRITAS BRASILEIRA,
ECONOMIA SOLIDÁRIA E	AUTOGESTÃO -	1A-14 vol 1	ORG: MELLO, SYLVIA	NESOL-USP, ITCP-USP,
ECONOMIA SOLIDÁRIA E	AUTOGESTÃO -	1A-15 vol 2 (2)	ORG: MELLO, SYLVIA	NESOL-USP, ITCP-USP,
SAÚDE MENTAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA:	SAÚDE MENTAL -	1A-16	MINISTÉRIO DA SAÚDE	EDITORA DO MINISTÉRIO
SOLIDARIDAD ECONÓMICA Y	ECONOMÍA	1A-17	ORG: MARAÑON PIMENTEL,	1a ed. - Ciudad Autónoma
LA ECONOMÍA SOLIDARIA: concepto y	ECONOMÍA SOLIDARIA	1A-18	URIARTE, LEIRE;	GERTU, ONATI
AUTOGESTÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA: uma	AUTOGESTÃO -	1A-19 vol 2	ASSOCIAÇÃO NACIONAL	ANTEAG, 2o vol., 2005
AUTOGESTÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA: uma	AUTOGESTÃO -	1A-20 vol 3	ASSOCIAÇÃO NACIONAL	ANTEAG, 3o vol., 2007.

Imagem 01: ilustra o modelo adotado nas descrição bibliográfica dos livros do acervo

O nosso plano de classificação do acervo bibliográfico segue as seguintes etapas: título, abordagem, localizador, autor, ano de publicação, edição e editora. A riqueza do material disponível é incalculável pelo valor material e imaterial de certos exemplares bibliográficos, pelo fato de muitos destes títulos não ter havido republicações e pela existência de obras clássicas que os próprios acadêmicos da UFFS não encontram na rede

de bibliotecas, por exemplo a obra prima de nossa pesquisadora pioneira em solos, Ana Primavesi⁵.

No acervo nos deparamos com vários títulos em outros idiomas. Os livros que estão escritos em espanhol nós incorporamos na descrição do acervo, e sua escrita é realizada de acordo com a versão do livro. Ressalta-se que os títulos em idioma inglês nós estamos deixando em separado para ao final dessa etapa de descrição, nós realizar o devido tratamento de descrição e incorporação ao acervo. Destacamos, que no acervo encontramos vários títulos que se encontram em péssimo estado físico de conservação, e que necessita de avaliação e definição acerca da sua restauração.



Imagem 02: acervo bibliográfico de livros



Imagem 03: acervo bibliográfico de livretos/cartilhas

Consideração finais

O trabalho de organização do acervo bibliográfico do CEDOC, nos traz algumas reflexões do ponto de vista das normas arquivística. A primeira, diz respeito à disponibilidade do espaço físico, pois ele é determinante na organização dos espaçamentos, posicionamento das estantes, localização das mesas de estudo. Essa questão se encontra solucionada. A segunda questão envolve os procedimentos técnicos que estão sendo adotado na organização do acervo. De acordo com o andamento do trabalho, visualizamos que poderemos alcançar essa meta de identificação dos materiais,

⁵ Manejo ecológico do solo, publicado em 1982, editora Nobel.

incluindo à sua devida localização no espaço físico, de modo a permitir a realização do serviço de consulta à informação acerca do acervo dos materiais que estão sob custódia do acervo.

Após a realização desse trabalho arquivístico, o CEDOC poderá cumprir sua missão de poder servir a universidade e a sociedade, o serviço de informação e formação para a produção do conhecimento. Do ponto de vista histórico, poderá cumprir a função de guarda e conservação de documentos e monumentos produzidos pela universidade e a sociedade e entre ambas (extensão) através de suas ferramentas de gestão cooperativa.

O NECOOP será o mediador e condutor dessa interseção entre a comunidade regional e a universidade, por meio da matriz econômica de gestão da economia solidária, que será um referencial teórico-prático da vivência de novas relações socioeconômicas nos grupos associativos existentes na região da Cantuquiriguaçu.

Nesse sentido, a UFFS como um todo poderá ser favorecida com o resultado de muitos trabalhos de monografias e dissertações, por meio do enfoque dos estudos da economia solidária, do cooperativismo e do desenvolvimento sustentável da região. Desse modo, contribuído para um processo de acúmulo qualitativo de produção técnico-científica voltado a uma outra economia de base popular, que considere outras dimensões da organização da vida.

Referências bibliográficas

ANDRIOLI, A. I. **Trabalho coletivo e educação**. 2.ed. Ijuí: ed. Unijuí, 2007.

BELLOTO, H. L. **Universidade e Arquivo: perfil, história e convergência**. Trans-informação, 1 (3): 15-28, set/dez, 1998. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/1679/1650>> Acesso em 13 de setembro de 2016

_____. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

BERNARDES, P. I., DELATORRE, H. (Org.) **Gestão Documental Aplicada**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://amormino.com.br/livros/00000000-gestao-documental-aplicada.pdf>> Acesso em 13 de setembro de 2016

Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em:

<<http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf> > Acesso em 13 de setembro de 2016

LOPES, A. P. A. **Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa**. São Paulo: Arquivo Público / Imprensa Oficial, 2002.

Disponível em: <
http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/589/1/LIVRO_como_descrever_documentos_de_arquivo.pdf > Acesso em 13 de setembro de 2016

NOBRADE: **Normas Brasileira de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em:

<http://www.arquivonacional.gov.br/download/nbda200512.pdf> > Acesso em 13 de setembro de 2016

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Tradução de Nilsa Teixeira Soares. Rio de Janeiro: FGV, 2006.